

JOSIANE ANESI

O LAZER NO NÚCLEO URBANO CENTRAL DE JOINVILLE: PRÁTICAS
E ESPAÇOS PÚBLICOS

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI - como requisito para a obtenção do título de mestre em Turismo e Hotelaria.

Orientadora: Prof^a Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira

Balneário Camboriú

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSIANE ANESI

“O Lazer no Núcleo Urbano de Joinville: práticas e espaços públicos”

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, no Programa de Mestrado Acadêmico, do Curso de Pós-Graduação Stricto sensu em Turismo e Hotelaria, Área de Concentração: Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria, da UNIVALI Balneário Camboriú, SC, pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira - UNIVALI

Prof^a. Dra. Josildete Pereira Oliveira - UNIVALI

Prof. Dr. Aloysio Marthins de Araujo Junior - UFSC

Balneário Camboriú, 19 de março de 2007

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a evolução espacial do núcleo urbano central de Joinville e os elementos definidores dessa evolução, localizando as áreas públicas e identificando as principais práticas de lazer de sua população. A área objeto de estudo corresponde à porção central da cidade, a qual teve o seu desenvolvimento relacionado à da indústria metal-mecânica, principal motor de seu crescimento. Situada no nordeste do estado de Santa Catarina, Joinville foi fundada por imigrantes alemães que, ao longo de sua história, foram imprimindo características sócioespaciais singulares ao seu núcleo urbano. O trabalho levantou dados históricos, documentais e bibliográficos, visando analisar a gênese e a evolução do ordenamento espacial do núcleo central de Joinville, bem como levantar características dos espaços públicos de lazer ali existentes. Foi intenção da pesquisa definir também as influências naturais, históricas, culturais, sociais e econômicas, responsáveis por seu ordenamento sócioespacial e demonstrar os fatores que contribuíram para a definição das áreas públicas de lazer. Ao longo do trabalho fez-se necessário igualmente também discutir a definição de lazer e suas práticas mais comumente realizadas pela população urbana de Joinville, relacionando-as às origens de seus primeiros colonizadores e às mudanças decorrentes das transformações sociais geradas ao longo do tempo.

Palavras-chave: gênese de Joinville, evolução urbana, espaços públicos de lazer.

ABSTRACT

This work analyzes the spatial development of the urban center of Joinville and the elements defining this development, localizing the public areas and identifying the main leisure practices of its population. The region of the study is the central part of the city, the development of which is related to the metal-mechanical industry, the main driving-force behind its growth. Located in the Northeast of the State of Santa Catarina, Joinville was founded by German immigrants who, throughout their history, have stamped unique social and spatial characteristics on the urban center. The work investigates historical, documentary and bibliographic data, in order to analyze the origins and development of the spatial organization of the central part of the city, and to investigate characteristics of public leisure spaces that exist there. A further aim of the study was to define the natural, historical, cultural, social and economic influences that led to its social and spatial organization, and demonstrate the factors that have contributed to defining the public leisure areas. Throughout the course of the work, it was also necessary to discuss the definition of leisure and the more common leisure practices of the urban population of Joinville, relating them to the origins of its early colonizers and the changes that have arisen from the social transformations generated over time.

Key words: Origins of Joinville, urban development, public leisure spaces.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----------|
| Figura 1 – Localização do Município de Joinville | 19 |
| Figura 2 – Divisão Bairro Centro | 21 |
| Figura 3 - Trecho do Rio Mathias em 1911. | 40 |
| Figura 4 - Praça Lauro Muller | 42 |
| Figura 5 – Bairros de Joinville | 49 |
| Figura 6 – Espaços Públicos de Joinville | 59 |
| Figura 7 e 8 – Praça Castelo Branco | 60 |
| Figura 9 e 10 – Praça Castelo Branco | 61 |
| Figura 11 e 12– Praça da Bandeira | 62 |
| Figura 13 e 14 – Praça da Bandeira | 63 |
| Figura 15 e 16 – Praça Dario Salles | 64 |
| Figura 17 e 18– Praça das Palmeiras | 65 |
| Figura 19 e 20 – Praça das Palmeiras | 66 |
| Figura 21 e 22 – Praça Hercílio Luz..... | 67 |
| Figura 23 e 24– Praça Hercílio Luz..... | 68 |

| | |
|---|-----------|
| Figura 25 e 26 – Praça Lauro Muller | 69 |
| Figura 27 e 28- Praça Lauro Muller | 70 |
| Figura 29 – Praça Marco Zero..... | 71 |
| Figura 30 e 31 – Praça Nereu Ramos | 72 |
| Figura 32 e 33 - Praça Nereu Ramos | 73 |
| Figura 34 e 35– Praça Hercílio Luz..... | 76 |
| Figura 36 e 37 – Praça das Palmeiras | 80 |
| Figura 38 e 39 – Praça Lauro Muller | 81 |
| Figura 40 e 41- Praça Nereu Ramos | 85 |
| Figura 42 e 43– Praça Dario Salles | 87 |
| Figura 44– Praça Marco Zero..... | 89 |
| Figura 45 e 46 – Praça Castelo Branco..... | 90 |
| Figura 47 e 48 – Praça da Bandeira | 92 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| RESUMO | 2 |
| ABSTRACT | 3 |
| LISTA DE FIGURAS | 4 |
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| CAPÍTULO I | 18 |
| 1.1 Localização da área de estudo | 18 |
| 1.2 Breve histórico sobre a gênese de Joinville | 22 |
| 1.3 Evolução sócioespacial de Joinville | 34 |
| CAPÍTULO II | 56 |
| 2.1 Espaços Públicos Urbanos..... | 56 |
| 2.2 Delimitação dos espaços públicos de Joinville – praças públicas . (figura 06)..... | 59 |
| 2.3 As praças centrais de Joinville | 74 |
| 2.4 Resgate do lazer e cultura em Joinville | 93 |
| CAPÍTULO III | 99 |
| 3.1 Histórico do Lazer | 99 |
| 3.2 O Lazer como atividade produtiva | 109 |
| 3.3 Políticas Públicas de Lazer..... | 113 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 116 |
| REFERÊNCIAS | 119 |

1 INTRODUÇÃO

O ordenamento territorial de qualquer cidade brasileira deve ser analisado no contexto de seu quadro natural (características físicas locais) e da evolução histórica do grupo social que ali se instalou (SANTOS, 1997), da posição estratégica, de defesa e de comunicação, que favoreceram o encontro de homens e culturas ao longo de um processo que teve seu início no século XVI. Foi exatamente por sua localização geográfica, favorecida pela comunicação fluvial com a cidade portuária de São Francisco do Sul – cidade na qual chegaram os vicentistas, primeiros fundadores e protagonistas da história da região – que os primeiros imigrantes oriundos da Europa tiveram acesso à Joinville, em meados do século XIX. O núcleo original da cidade, de acordo com essas condições geográficas, foi estabelecido, então, às margens do Ribeirão Matias, afluente do Rio Cachoeira, que serviu como via natural de acesso para os colonizadores que chegaram às terras da Colônia Dona Francisca, hoje Joinville. Com o passar do tempo, o Rio Cachoeira tornou-se a principal via de escoamento da produção e coadjuvante no desenvolvimento industrial da cidade.

O espírito empreendedor desses colonizadores pioneiros contribuiu de forma decisiva para Joinville alcançar o status que ocupa hoje: o de pólo econômico de Santa Catarina com o maior Produto Interno Bruto (PIB) entre os municípios do Estado. Esse desenvolvimento industrial característico da cidade tem uma ligação profunda com sua história, devido, sobretudo, à influência dos imigrantes portadores de conhecimentos técnicos trazidos de uma sociedade industrial de forte ideologia capitalista¹. No ano de 1940, Joinville já era o maior centro industrial do Estado e, desde essa época, a cidade passa por uma gradativa mudança em sua estrutura, com a evolução do fluxo migratório de

¹ Os alemães colonizadores de Joinville que aqui chegaram em meados do século XIX eram procedentes de regiões onde se dava a transição do feudalismo para o capitalismo, visto que a unificação da Alemanha só ocorre em 1871, tendo o país despontado como a primeira potência industrial européia no final do século XIX, quando ocorre a 2ª Revolução Industrial.

outros estados, resultando no crescimento de pequenas e médias empresas.

O crescimento industrial na região de Joinville beneficia-se da existência de infra-estruturas produtivas com eficientes sistemas de transportes e comunicações, importantes para o escoamento da produção e transporte de matérias-primas. A própria organização espacial do nordeste catarinense também remete à análise de sua posição no contexto do comércio internacional e especificamente latino-americano, que se reflete na implantação de novas unidades fabris multinacionais, como se constata em Joinville e em cidades vizinhas. (KNIE, 2001).

Porém, se por um lado o fenômeno do desenvolvimento traz benefícios econômicos ao município, a consolidação da atividade industrial em Joinville é responsável por alguns problemas, tais como a poluição ambiental (metais pesados) e a crescente concentração da população na área urbana. O crescimento horizontal acabou se estendendo às áreas insalubres e de preservação ambiental, por meio de ocupações clandestinas, “favelizações” e aumento da violência. Tal fato passou a exigir a ampliação espacial da infra-estrutura, equipamentos e serviços, não adotada, no entanto, como meta principal pelo poder público. Por consequência, paralelamente ao vigor industrial da cidade, percebe-se a ampliação de cenários de carência e de pobreza urbana. (KNIE, 2001)

A intensidade dessa atividade industrial caracterizou a cultura sócioeconômica joinvilense, resultando em um progresso contínuo, mas ao mesmo tempo deixando-a cada vez mais deficiente em termos de espaços públicos. Para Santos, “o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade” (SANTOS, 1997, p. 49). Dessa forma, na definição da organização do espaço urbano de Joinville, a função produtiva, ou seja, a industrial, teve um papel muito mais significativo, o que relegou a um plano secundário a localização dos espaços públicos.

O espaço central de qualquer cidade é composto por um conjunto de áreas que desempenham diversas funções, tais como: a industrial, a comercial, a residencial e a de lazer. A forma como estas distintas atividades estão distribuídas pelo núcleo urbano define a sua configuração espacial. A área central assume, então, papel integrador entre os demais usos e funções desse

espaço. Para Castells (1979, p. 34)

A cidade tem uma organização moral e física e estas duas organizações estão englobadas por um processo de interação que as vai formando (e transformando) uma relação à outra. (...)essa vasta organização surgiu como resposta às necessidades dos seus habitantes, mas, uma vez formada, impõe-se-lhes como um facto bruto exterior e influencia-os, por seu lado, em função da interação e dos interesses que lhes são próprios e que se manifestam de diferentes maneiras.

Assim, a organização sócioespacial² acontece de acordo com as necessidades de consumo desse espaço pela população. A isso, somam-se os fatores políticos, econômicos, culturais e sociais provenientes da cidade e da sua população. Conseqüentemente, as cidades passam a ser reflexo das sociedades ao longo dos tempos.

Ainda para Castells, a área central das cidades apresenta-se como um espaço privilegiado por meio do qual pode-se observar as transformações decorrentes de mudanças de função ao longo de sua evolução histórica

Uma aglomeração é algo mais do que um conjunto de actividades, volumes e instalações unidos por uma simples coincidência espacial. A coexistência de uma série de elementos no espaço, a sua interacção como o meio geográfico e as suas relações internas determinam a formação de vínculos entre os factores básicos de um grupo humano localizado. A compreensão da evolução e da problemática de um conjunto urbano deve partir da análise da sua estrutura. Ao falar de estrutura urbana quer-se significar uma organização relativamente estável dos elementos básicos de uma unidade urbana, regida por uma lei determinada. Quer dizer, os vínculos estabelecidos são meramente conjunturais, mas correspondem à lógica da formação social da qual emanam. A cidade, mais que a imagem da organização social, é parte integrante dessa organização social e, por conseguinte, rege-se pelas leis da formação social a que pertence. A estrutura urbana é, pois, o sistema socialmente organizado dos elementos básicos que definem uma aglomeração urbana no espaço. (1979, p. 141)

No entanto, a área central é também sede de problemas sociais, apresentando tendência a sobrecargas advindas principalmente das atividades econômicas e gerando uma supervalorização de seu uso, o que acarreta a diminuição dos espaços públicos.

Diante desse fato, levantam-se vários questionamentos sobre os espaços e

² Há uma relação dialética entre espaço (natureza) e sociedade. A ocupação do espaço natural é ditada pelas necessidades dos grupos sociais e influenciada por fatores políticos, econômicos e culturais.

as práticas de lazer em Joinville, tais como:

- Quais são as formas de uso do espaço público para a prática do lazer e como os espaços evoluíram no ordenamento da cidade?
- Quais as formas de lazer mais praticadas na cidade e quais os principais espaços públicos de lazer em Joinville?
- Quais as influências da herança cultural dos imigrantes na definição das formas de lazer mais freqüentes em Joinville?

Esses questionamentos levaram à definição do objetivo geral da pesquisa, que se concentra em analisar a evolução espacial da área central do município de Joinville, levantando os espaços públicos de lazer e buscando destacar a praça enquanto espaço para a prática de lazer.

Para alcançar este objetivo geral foram definidos como objetivos específicos: resgatar a gênese da cidade de Joinville, buscando identificar os elementos responsáveis pelo progresso industrial, relacionando-os com os espaços públicos de lazer; identificar e caracterizar as áreas de lazer existentes no núcleo urbano de Joinville; levantar e discutir as práticas de lazer mais comuns no passado e no presente, associando-as com as características da população joinvilense.

Para tanto, foi necessário à pesquisa em autores que contribuíram de certa forma para a definição dos capítulos da dissertação.

O estudo a ser realizado está embasado em um aporte documental e bibliográfico capaz de oferecer elementos sobre a gênese de Joinville. A busca pelos antecedentes históricos da cidade, hoje em parte responsável pela forma material do seu espaço central, permitirá compreender os processos sociais e econômicos, a dinâmica evolutiva da cidade que engendraram a formação dos espaços e das práticas de lazer públicas em Joinville.

Recorrendo ao referencial histórico é possível observar as atividades sócioeconômicas que ocorrem no centro da cidade e sua correlação com a ausência dos espaços e das práticas públicas de lazer. Segundo Campenhaut(1998, p.155)

A observação engloba o conjunto das operações através das quais o modelo de análise (constituído por hipóteses e por conceitos) é

submetido ao teste dos fatos e confrontados com dados observáveis. Ao longo desta fase são reunidas numerosas informações (...). A observação é, portanto, uma etapa intermediária entre a construção dos conceitos e das hipóteses, por um lado, e o exame dos dados utilizados para testar, por outro.

Para atender ao primeiro objetivo da pesquisa, fez-se necessário, além do levantamento bibliográfico, a busca de informações históricas e documentais em diversos órgãos públicos, tais como: secretarias de planejamento do município, arquivo histórico, fundação cultural, museus, como também a coleta de dados por meio de entrevistas exploratórias, indispensáveis ao conhecimento dos inúmeros aspectos da realidade estudada.

Além disso, o trabalho consistiu em uma pesquisa de campo com a combinação dos enfoques quantitativos e qualitativos, pois foram adotadas duas formas de análise. Uma para a verificação dos espaços utilizados para a prática do lazer na área central da cidade e a outra de forma qualitativa, por intermédio de entrevistas não estruturadas, com o intuito de descobrir dados pertinentes à pesquisa por meio das respostas pessoais dos entrevistados.

A entrevista de caráter exploratório não tem como função verificar hipóteses nem recolher ou analisar dados específicos, mas de acordo com Campenhaut(1998) elas abrem as portas para a reflexão, alargam os horizontes de leitura, tomam consciência das dimensões e dos aspectos de um dado problema, do qual o entrevistador não se dera conta espontaneamente.

A presente pesquisa fundamentou-se nas idéias do geógrafo Milton Santos, acerca do espaço e suas derivações, sobretudo na análise da configuração geográfica da área central da cidade de Joinville, tomando como ponto de partida o paradigma de formação sócioespacial regional e conceitos-chave para o entendimento da organização do espaço urbano sugeridos por Roberto Lobato Corrêa.

A corrente teórica norteadora dessa pesquisa é influenciada pela geografia crítica, que a partir dos anos 70 passou a sofrer forte influência da economia política de Marx – interpretando as divisões e diferenciações do espaço como a materialização dos diferentes modos de produção. Nesse sentido, a análise da formação econômico-social da vertente marxista tornou-se central na ambição de compreender o significado da dimensão espacial, enquanto produto das relações sociais, idealizada pelo geógrafo Milton Santos. A partir dessa compreensão, o

autor passa a aliar a teoria do espaço aos fundamentos da economia política e do materialismo dialético, ressaltando que: “o espaço é fundamentalmente social e histórico, evolui no quadro diferenciado das sociedades e em relação com as forças externas, de onde mais freqüentemente lhes provém os impulsos.” (SANTOS, 1979, p. 10)

Nenhum estudo de formação sócioespacial pode, portanto, ser realizado sem alusão à gênese dessa formação e sem considerar os condicionantes naturais e humanos responsáveis por suas origens e evolução. Tal proposta exige, pois, a articulação das categorias de espaço e tempo. Neste estudo a cidade é considerada uma forma espacial em suas conexões com a estrutura social, processos e funções. É “um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. (CORRÊA, 2003, p. 11)

A cidade representa a materialização de uma sociedade constituída a partir de uma divisão social e técnica do trabalho, expressadas em uma organização espacial que lhe confere características particulares. Assim, as sociedades diferenciadas refletem formações sócioespaciais distintas face às características históricas, naturais e sócio culturais em que se desenvolveram.

Desse modo, sendo a cidade a história de seu espaço continuado, tem-se como ponto de partida o estudo de seu espaço. A relação entre espaço e sociedade é quem dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de *forma*, *função*, *estrutura* e *processo*, elementos fundamentais para a compreensão da produção do espaço. (SANTOS, 1997).

Para Santos (1997), essas categorias analíticas permitem a compreensão da totalidade social em sua espacialização. Segundo ele, *forma* é o aspecto visível, externo de um objeto ou de um conjunto que passa a constituir um padrão espacial. No entanto, somente a forma concretizada, ou seja, sua aparência, não é suficiente para entender a essência da organização espacial. Para isso é necessário entender também a *função*, que corresponde a uma tarefa ou atividade esperada de uma forma que é criada para desempenhar uma ou várias funções. Não existe função sem a sua forma correspondente.

Por sua vez, a *estrutura* refere-se a maneira como estão inter-relacionadas as categorias acima em uma organização. Estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento. Por último, o

processo é definido como uma ação que se realiza periodicamente, visando um resultado qualquer. Os processos acontecem em quaisquer estruturas, sendo responsáveis pelas transformações no tempo e pela mudança das estruturas.

É importante ainda enfatizar que a configuração territorial integra um conjunto de sistema natural, herdado da formação espacial de uma determinada sociedade e de um sistema material ou artificial, ou seja, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. (SANTOS & SILVEIRA, 2001). Dessa forma, a configuração não depende apenas da formação natural, mas de condições materiais ditadas pela formação sócioeconômica.

Segundo Santos (1982), a categoria de formação econômica e social é uma das mais adequadas para auxiliar a formulação de uma teoria válida do espaço. Essa categoria trata da evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e na sua relação com as forças externas dos quais lhes provem o incentivo.

Nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de força produtiva fixa, como também nenhuma é marcada por formas definitivas de relações sociais. As sociedades evoluem sistematicamente (SANTOS, 1982; MARX, 1982) e dentro desta perspectiva, Maria Adélia de Souza (1994) ressalta que é preciso considerar que os movimentos conjunturais sempre assumem uma dimensão espacial. E, afirma Santos (1986, p. 41), “a inserção da sociedade em movimento nesse conjunto de formas fixas constitui o processo de realização geográfica da sociedade”.

Para se entender como as cidades ordenaram-se no espaço físico e social é preciso também compreender de que forma a busca incessante pelo acúmulo de capital determinou a configuração geográfica das cidades. Filósofos como Marx, Engels e Lefebvre em seus escritos já demonstravam a preocupação com a aglomeração urbana e a falta de qualidade de vida dos habitantes das grandes cidades industriais.

Entre as possíveis histórias do ordenamento da cidade, submetidas às instâncias públicas e aos interesses meramente econômicos, estão as das atividades relativas ao emprego, à divisão do trabalho, às diferentes culturas, aos transportes, à especulação, à habitação, ou seja, à história das ideologias e mentalidades urbanas. (SANTOS, 1994).

A formação espacial das cidades e as categorias de análise propostas por

Santos, são fundamentais para explicar como o espaço social está estruturado e como os homens organizam a sociedade, promovendo o uso e as transformações. A perspectiva histórica permite-nos analisar a atual organização espacial e compreender os fatores que a originaram, bem como a falta de espaços públicos sociais na cidade de Joinville, objeto desse estudo.

É no capitalismo, contudo, que a visão mercantilista se torna ainda mais complexa. Esse fato faz com que os espaços públicos para interação social sejam distanciados das áreas centrais de grande interesse econômico, especulativo e imobiliário. Sob essa perspectiva, a apropriação espacial pela lógica do capital pressiona a transformação do espaço em mercadoria, sobrepondo-a ao valor de uso. Isso significa dizer que a prioridade deixa de ser o uso que a população de uma cidade venha a fazer de uma determinada área; o seu valor é ditado pela especulação imobiliária e ou pelo interesse que a classe que detém o poder político e econômico manifesta por uma porção da área urbana.

O autor Manuel Castells, influenciado pelos estudos de sociologia urbana e pensadores como Harvey, Lefevre e Marx, faz uma análise das formas sociais, nas quais o espaço está integrado e que exige uma reconstrução significativa das relações entre os elementos concretos que compõem a sociedade. Para ele, o espaço deve, pois, ser inserido nessa estrutura, com efeitos específicos e manifestar ao mesmo tempo, nas suas características, a articulação concreta das diferentes estruturas e níveis do conglomerado em que se acha circunscrito. A produção das formas espaciais ao conjunto de processos é que determina a articulação concreta de elementos materiais sobre um espaço dado. Mais concretamente, à determinação da organização no espaço, dos indivíduos e grupos, dos meios de trabalho, das funções, das atividades e etc, (CASTELLS; 1996)

No entanto, qualquer estudo que tome como fundamento a categoria de formação sócioespacial terá que começar investigando a gênese dessa formação e sua evolução histórica, responsável pela sua forma e função atual. Sob esta perspectiva, a dinâmica do espaço geográfico deve ser compreendida à luz das atividades econômico-sociais que a engendraram. Para tanto, faz-se necessário ter bem claro a definição de espaço em sua totalidade. Na visão mais abrangente de Milton Santos, o espaço é considerado como:

Uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (SANTOS, 1997, p.1)

Tudo isso pressupõe que o espaço pode ser entendido como a soma de todas as inter-relações entre coisas e ações, enfim, de todos os processos evolutivos das sociedades. Partindo dessa premissa, torna-se primordial entender como e por que ocorrem os processos evolutivos na sociedade, uma vez que a transformação do espaço deve-se às mudanças das categorias vistas acima como novas formas e funções, impostas muitas vezes pelas necessidades do sistema. Essas mudanças podem acontecer no meio físico ou social, na medida em que o espaço é constituído pela composição de ambos.

A materialização das formas no espaço pode ser provocada por fatores internos e externos, dependendo dos interesses sociais ou econômicos que influenciaram os processos de ação e reação refletidos sobre um espaço natural. Em outras palavras, a modernização da vida nas sociedades, bem como as adaptações do espaço ao trabalho, podem gerar mudanças que visam atender as necessidades básicas da sociedade atual, sendo a principal delas, a produção econômica. Dentro desses espaços, tem-se a cidade e, por meio dela, é possível verificar visivelmente as transformações físicas ou sociais ocorridas em prol dessa produção.

Para ilustrar a reflexão anterior, segundo a qual a formação sócioespacial deriva de processos relacionados à sociedade que ao longo do tempo atua sobre o espaço, pode-se apontar as diferenças estudadas por Peluso (1991), ao analisar os dois planos urbanos distintos referentes às cidades de colonização portuguesa e de colonização alemã. Diante desta perspectiva, entende-se que o plano urbano faz parte da ordenação cultural da sociedade, já que segundo esse autor, o plano mais difundido - o português -, tem como elemento predominante a praça central que emoldura a igreja, enquanto o outro - alemão -, mais raro, adapta-se ao relevo, partindo do centro comercial.

As cidades pesquisadas por Peluso Jr, Florianópolis e Lages (colonização

portuguesa) e Blumenau e Joinville (colonização alemã), confirmam este traçado.

Nos núcleos de origem portuguesa, as primeiras ruas adaptaram-se ao relevo, donde o desenvolvimento do plano, cujo caráter principal é de respeitar a proeminência da igreja com sua praça, ter sido feito em blocos irregulares... Nos agrupamentos alemães predominou a rua comercial, surgindo as quadras regulares quando o relevo permite, mas somente nos trechos isolados, sem a preocupação de cobrir uma área em torno de determinado centro. (PELUSO, 1991, p. 381)

Os fatos expostos mostram o aparecimento de traços tradicionais que são importantes de serem analisados, pois tratam de antigos usos sociais das populações que provêm as cidades. Os planos urbanos caracterizam as funções que a sociedade estabeleceu como exigência cultural. Ressalta Peluso Jr (1991) que a religião e o comércio são instituições relativas a crenças e às transações econômicas que derivam de tais heranças culturais. Os habitantes de Florianópolis e Lages são predominantemente católicos, como os primeiros povoadores das duas cidades. Já em Blumenau e Joinville, esses eram em sua maioria luteranos.

A localização da praça e da igreja, bem como da zona comercial das cidades, revela dois tipos de formação que admitem distintas interpretações de natureza psico social e cultural, pois partem de significações das culturas lusitana e germânica. Ainda de acordo com o autor, “o aparecimento, no Estado de Santa Catarina, de um tipo ou de outro plano urbano, não se deve ao ambiente geográfico, mas à força da tradição que dirige a escolha do plano urbano segundo a cultura do grupo que constrói a cidade.” (PELUSO JR, 199, p. 396)

O sítio de Joinville, nas condições expostas, não aparece como favorável à fundação de um núcleo urbano. Este se firmava ali porque daquele ponto partiram os produtos da nova colônia, e a ele chegariam os bens de consumo exigidos a ela. A função orientava a escolha do sítio, constituindo o elemento de formação e de progressão, pois que Joinville se desenvolveu graças ao comércio, a que se juntaram, mais tarde, outras funções. (PELUSO JR, 1991, p. 375)

Dessa forma, pode-se dizer que o ordenamento espacial urbano de Joinville sofreu uma certa influência do pensamento econômico, proveniente da cultura protestante, que visava às atividades comerciais, às atividades religiosas e aos usos públicos dos espaços centrais.

CAPÍTULO I

1.1 Localização da área de estudo

A cidade objeto do estudo, Joinville, está localizada na Região Sul do Brasil, faz parte da microrregião nordeste de Santa Catarina, juntamente com os municípios de Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e São Francisco do Sul. Com uma área de 1.135,05 Km² ³sendo 212,6 Km² de área urbana e 922,45 km² de área rural, o município de Joinville é o mais populoso do Estado, com 477.971 mil habitantes⁴. Caracteriza-se como o terceiro maior pólo industrial do Sul do País, que teve no desenvolvimento da indústria metal-mecânica o principal motor de seu crescimento. Joinville foi fundada, em 1851, por imigrantes alemães, os quais, ao longo de sua evolução histórica, foram imprimindo características singulares à cultura local, bem como ao próprio uso de seu espaço. (ver figura 1).

³ Fonte: www.joinville.sc.gov.br – consultado em 23/01/2007

⁴ Estimativa da população residente até 01.07.2004. Fonte: consultado no site: www.ibge.gov.br em 20/06/2005.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE

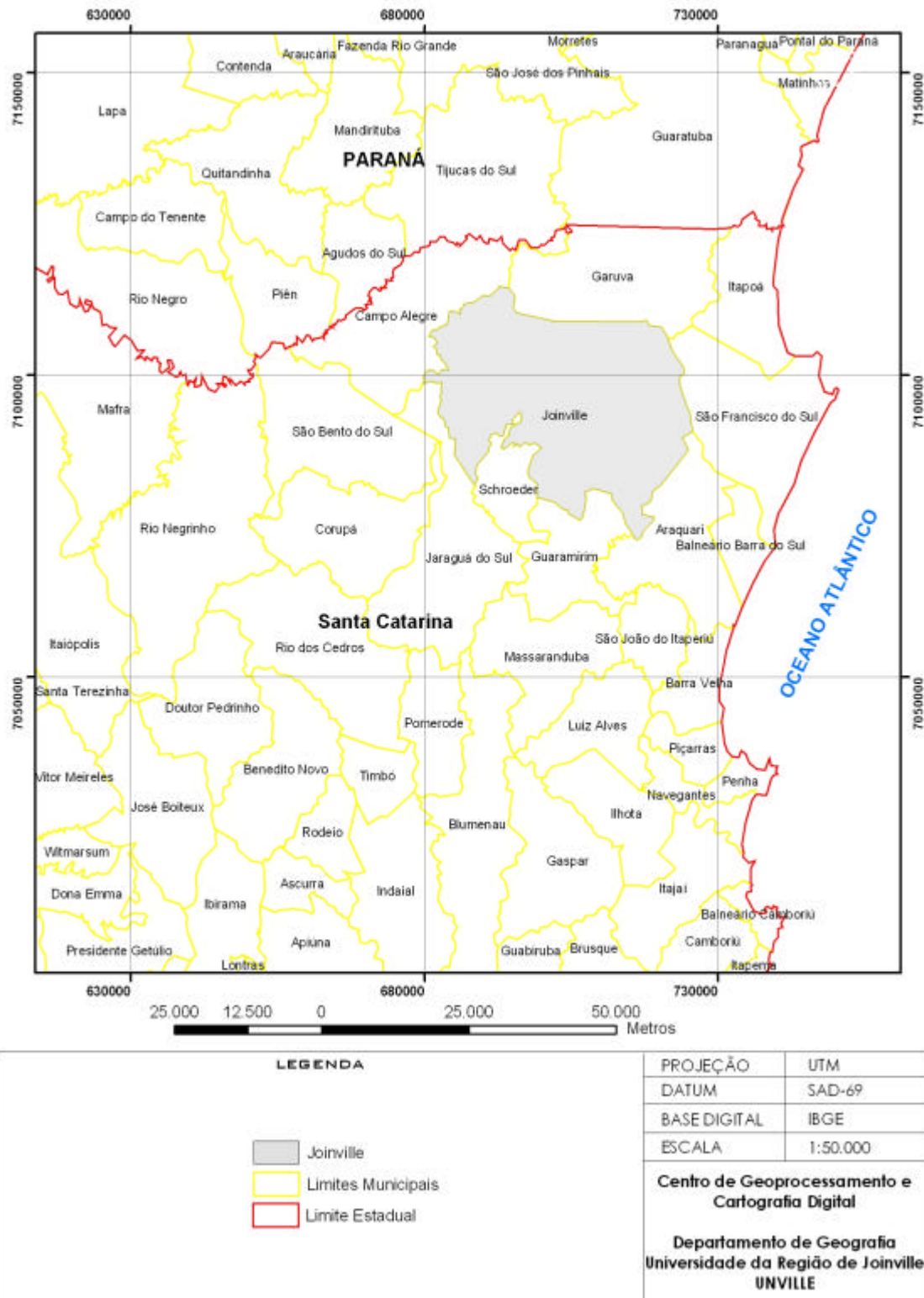
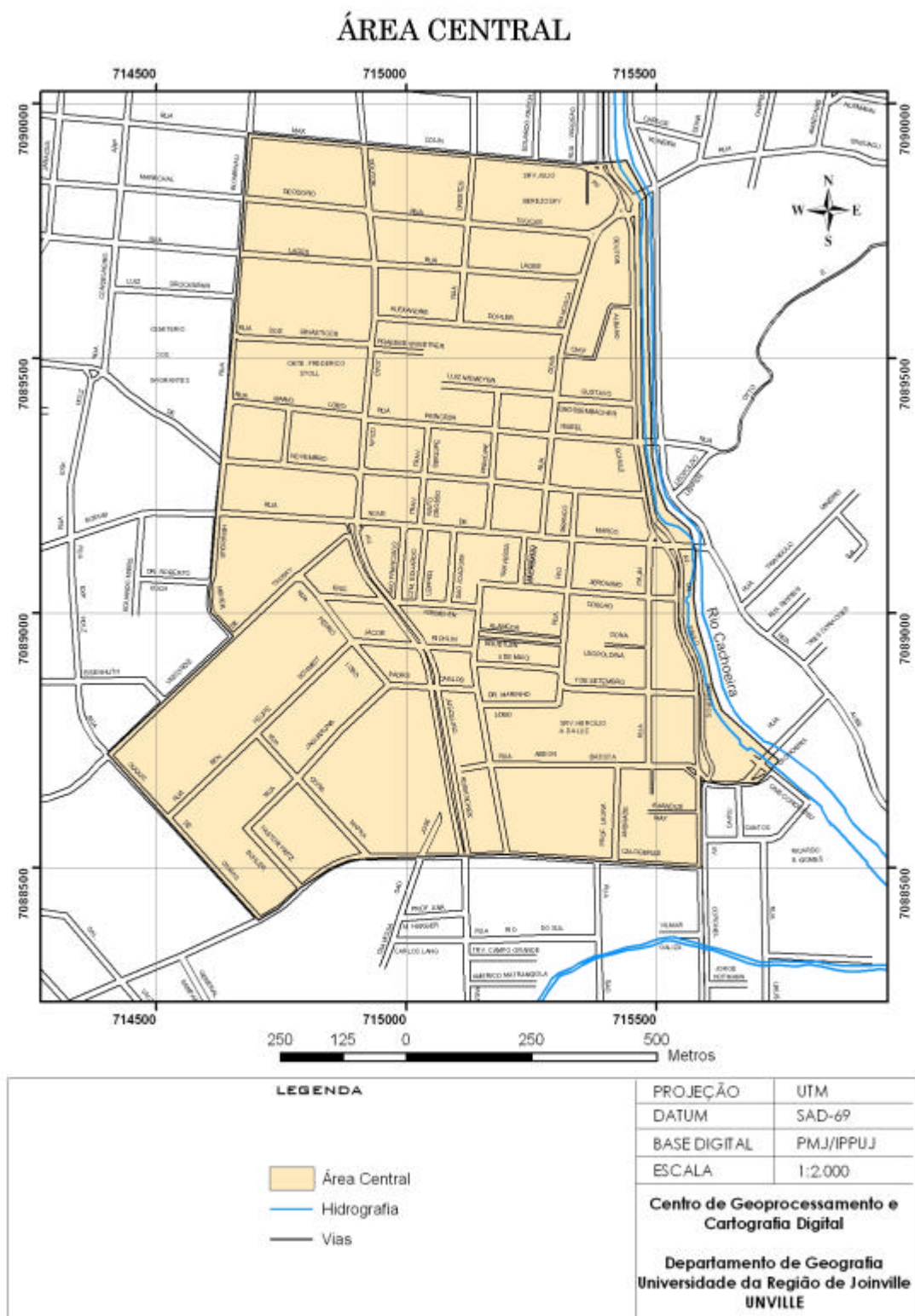


Figura 1 – Localização do Município de Joinville

Fonte: Concedido pelo Departamento de Geografia UNIVILLE e adaptado por ANESI (2005)

Na figura 2, observa-se o núcleo central de Joinville correspondente ao espaço situado na margem esquerda do Rio Cachoeira, representados pela linha tracejada azul. O seu traçado foi alterado significativamente nos últimos anos em prol do crescimento sócioeconômico da cidade e de sua adaptação ao crescente fluxo de veículos.

Figura 2 – Divisão Bairro Centro



Fonte: Fonte: Concedido pelo Departamento de Geografia UNIVILLE e adaptado por ANESI (2005)

1.2 Breve histórico sobre a gênese de Joinville

Um dos fenômenos mais freqüentes observados ao longo da história é o das migrações humanas. Em quase todas as civilizações ocorreram, em determinadas épocas e regiões, grandes deslocamentos humanos. O que nos interessa aqui são aqueles ocorridos, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX na Europa, particularmente na Alemanha, considerando-se que um número expressivo de imigrantes, neste período, se estabeleceu no Brasil meridional e, particularmente, em Santa Catarina.

No entanto, um dos fatores responsáveis pelas grandes mudanças na Europa no início do século foi a primeira Revolução Industrial, que impulsionou a transformação do capitalismo mercantil em capitalismo industrial. Esta – a Revolução Industrial - inaugurou o comportamento cíclico da economia capitalista, que N. Kondratieff denominou “ciclos longos”, cuja duração média, de 50 anos, divide-se numa fase de crescimento ou expansão econômica e fase de recessão ou crise. (RANGEL, 1982) Dessa forma, a economia mundial, liderada pela Inglaterra após um período de expansão de aproximadamente 25 anos (de 1790 a 1821), conheceu a depressão que atingiu também os demais países.

Os problemas sociais e econômicos da Europa da década de 1840-1850 são, evidentemente, os criadores da ambiência motivadora da emigração naqueles países onde, de um lado, ao homem do campo faltava a terra própria para produzir o necessário à produção agrícola, porquanto, periodicamente, as culturas agrícolas eram arrasadas pelos exércitos que passavam, ou, ainda, de gente que fugia do impacto da Revolução Industrial. (PIAZZA; 1994, p. 115)

Em toda a Europa a transição do feudalismo para o capitalismo, de um modo geral, trouxe uma situação de miséria aos menos favorecidos. O processo de expropriação de terra dos camponeses das regiões agrícolas feudais levou-os a procurar trabalho nos centros urbanos e a enfrentar condições de vida desumanas.

Não sendo diferente na Alemanha, as perspectivas de vida livre com altos impostos sobre o pequeno pedaço de terra e com as condições desfavoráveis de trabalho nas cidades, aliadas ao trabalho mal remunerado, geraram ainda mais miséria.

Com isso, a emigração de alemães em grande escala, no século XIX, segundo Seyferth (1974, p.18);

coincidiu com o período de grandes crises que antecederam à unificação da Alemanha sob a hegemonia da Prússia, a partir de 1871. As causas dessa emigração são tanto políticas como econômicas, acrescentando-se a elas uma intensa propaganda por parte das Companhias de colonização e de alguns países interessados em atrair imigrantes.

Além dos problemas suscitados pelas reformas, a rigidez no processo de desmantelamento da sociedade feudal, a lenta mecanização da lavoura, na segunda metade do século, foram alguma das razões do êxodo em massa dos camponeses. As máquinas diminuíram o trabalho rural e o início da industrialização veio competir com o trabalho artesanal do camponês, havendo uma redução da renda familiar. (HOBSBAWN: 2003; RICHTER: 1982; SEYFERTH: 1974)

De acordo com Schneider (1983, p. 212)

a emigração é comparável a um barômetro, que retrata, com bastante fidelidade, a situação econômica do respectivo país, neste caso, da Alemanha, na época um aglomerado de reinos, ducados e cidades hanseáticas que se fundiram apenas em 1871, para formarem uma nação, o Reich Alemão. Em 1815 foi o final das guerras napoleônicas, que deixaram atrás de si um rastro de miséria no continente europeu. Naquele ano perto de 10.000 alemães abandonaram o torrão natal". E ainda sob novas guerras "fez subir as cifras para 252.000", e resultou no total de emigrados "de 1815 até 1935, foi de 6.477.000 pessoas, cuja quase totalidade se dirigiu para os Estados Unidos. Segundo estimativas do IBGE, vieram para o Brasil a contar de 1850 até 1950 apenas 235.000 alemães (homens, mulheres e muitas crianças).

A imigração vem como resposta à fome, ao desemprego e à esperança de buscar em outras terras o que não conseguiam mais obter na Europa. O fluxo de imigrantes no Brasil, particularmente de alemães, obedeceu a essas diversas circunstâncias históricas inter-relacionadas. De início, esperava-se da imigração européia a solução do problema de ocupação de regiões escassamente povoadas, garantindo sua posse e, conseqüentemente, sua integração econômica ao panorama nacional, por meio da fixação de imigrantes em pequenas propriedades policulturas, tendo como base o trabalho familiar, propiciando assim a formação de uma camada social média, diante da extrema estratificação social resultante do desenvolvimento do Antigo Sistema Colonial. (HERING, 1987; PRADO, 1975)

O modelo de colonização do Sul do Brasil diferenciou-se do restante do

país, pois se caracterizou pelo assentamento das famílias em minifúndios, opção feita diante da necessidade de aproveitamento da pequena extensão de terra localizada, sobretudo, nos vales fluviais, visto que havia ainda disputas pelas fronteiras com os países vizinhos e com a colonização açoriana. Essa que já ocupara boa parte das terras litorâneas, especialmente na faixa costeira catarinense.

O processo de colonização do estado de Santa Catarina é um reflexo deste panorama. A conjunção dos fatores internos e externos ao Brasil, aliados ao panorama europeu, condicionou a forma, os meios e os objetivos da imigração. A estrutura sócioeconômica da tradicional sociedade rural brasileira, em função de sua ocupação tardia e da fixação dos imigrantes alemães e, mais tarde, também dos italianos no sul do país, teve um caráter diferenciado das outras regiões do Brasil, determinando assim o desenvolvimento econômico do Estado. Segundo Hobsbawn (2003, p. 77) “(...) essa mudança agrícola tinha precedido a revolução industrial e tornou possível os primeiros estágios de rápidos aumentos populacionais”

Pela característica do projeto agrícola de Joinville, a colonização determinou a ocupação do solo de forma muito espalhada pelo interior, fazendo com que as famílias ficassem separadas em colônias, fato hoje ainda característico da área rural do município.

Diante desse quadro, a imigração passou a ser vista como opção para a diminuição das tensões socioeconômicas na Europa e como uma alternativa para a ocupação de terras nas áreas ainda pouco povoadas do Sul do Brasil. Surge, então, por meio da iniciativa privada de grandes comerciantes, a fundação das Companhias de Colonização. Os interesses imperialistas e nacionalistas da Alemanha e o abastecimento de matérias-primas do Brasil em troca de produtos manufaturados estavam na base dos grandes interesses, mesmo antagônicos, em longo prazo.

Durante a primeira metade do século XIX, várias sociedades colonizadoras foram fundadas na Alemanha, recrutando aqueles que pretendiam emigrar, garantindo a negociação e obtenção de terras para fixação dos colonos, além de custear as viagens, a estadia e a sobrevivência nos primeiros tempos. (COELHO; 1993)

Entre essas sociedades, destacou-se a Sociedade Colonizadora de

Hamburgo que, segundo Richter “tinha sido a única empresa alemã a dedicar-se à introdução de colonos no Brasil. Durante o período principal das suas atividades, de 1850 a 1888, encaminhou 17.408 agricultores à Colônia Dona Francisca, em Santa Catarina, fundando os núcleos coloniais de Joinville e São Bento do Sul”. (RICHTER, 1986, p. 15)

Essas colônias foram o resultado da doação de terras pelo governo a empresários que eram tuteladas pelo Estado. A fundação de Joinville, que antes fora denominada Lugarejo de Schroeder e/ ou Colônia Dona Francisca, em 1851, caracterizou-se pela vinda do barco Colon. De acordo com Ficker (1965), a primeira leva de imigrantes europeus, dos quais faziam parte noruegueses e suíços e em maioria alemães (118 pessoas), era composta por cinco tecelões, um mecânico, dois alfaiates, um boticário, um sapateiro, um fabricante de tecelagem e um fabricante de tecido, além dos lavradores.

Segundo Ternes (1993, p. 52)

No instante em que o século XIX se dividia ao meio, iniciava-se o processo colonizador em Joinville. Uma iniciativa de caráter capitalista, que nascia da convergência dos interesses da corte imperial brasileira, preocupada com as extensas áreas desabitadas do sul, com o desejo de expansão das fronteiras alemãs, igualmente preocupada com o excesso populacional decorrente de sua retardada chegada ao modelo industrial.

Com o golpe da burguesia sobre a monarquia, instalara-se na França a Segunda República, sendo confiscados os bens do Rei, o que acabou levando o príncipe de Joinville a vender parte do seu dote recebido por sua mulher, a princesa Dona Francisca, filha de D. Pedro I. Assim, o Príncipe de Joinville recebera, devido ao exílio do Rei Philippe da França, influenciado pela Revolução Francesa, as terras pertencentes ao casal.

A colônia Dona Francisca foi fundada em 1851, pela Sociedade Hamburguesa de Colonização, (a *Hamburger Kolonizationsverein*, fundada em 1849), nas terras que o príncipe François Ferdinand Philippe, terceiro filho do rei Luiz Philippe, recebeu como dote ao casar-se em 1843 com a princesa Dona Francisca Carolina, irmã de D. Pedro II. Em conseqüência das dificuldades financeiras de sua família e ele decidiu vender parte do seu patrimônio herdado como dote de casamento. (CAVALETT, 1998)

A localização escolhida para a instalação da colônia foi intencional. Segundo Peluso Jr, (1951) em razão do porto marítimo existente na cidade de

São Francisco do Sul, fundamental para a remessa de mercadorias. Uma vez que a cultura que os imigrantes germânicos traziam favorecia o desenvolvimento da função comercial da colônia, oriunda dos excedentes da pequena produção mercantil praticada pelos colonos. A proximidade do Rio Cachoeira facilitava tanto a saída de produtos quanto a chegada de bens de consumo para a colônia.

O Rio Cachoeira foi, de certa forma, o elemento gerador da organização espacial da colônia que daria origem à cidade de Joinville, já que as primeiras ruas foram traçadas paralelamente e perpendicularmente a ele. A ligação fluvial com o porto foi de vital importância para o desenvolvimento do comércio e posteriormente das indústrias que foram surgindo de iniciativas tomadas por esses colonizadores.

Após as negociações contratuais e comerciais feitas, em meio às dificuldades de adaptação dos imigrantes, decorrentes das condições geográficas e sanitárias precárias, a ocupação se efetiva e com o decorrer do tempo, dos núcleos isolados formam-se os povoados, que mais tarde se constituirão em vilas. Segundo Coelho, (1993, p. 23);

o processo de desenvolvimento das colônias obedeceu ao que os autores chamam de 'fases clássicas de colonização', quais sejam, o desmatamento e a agricultura de subsistência, a exploração agrícola e a comercialização de excedentes e, paralelamente, o desenvolvimento de uma produção artesanal, que teve como suporte a divisão do trabalho entre os membros da família e a pequena propriedade.

O sistema econômico das colônias, baseado no trabalho familiar destinado à produção policultura de subsistência, atendia às necessidades mais prementes dos imigrantes e, com o tempo, o excedente dessa produção, foi permitindo um ganho que favoreceu a troca por gêneros alimentícios e artesanais, que não eram produzidos localmente. Isso fez surgir os primeiros estabelecimentos comerciais de origem familiar visando satisfazer às necessidades dos moradores da colônia. Sendo assim, a expansão se fez na medida em que a população colonial aumentava e se consolidava.

É importante destacar que esses imigrantes, principalmente os alemães, diferentemente dos açorianos estabelecidos no litoral, emigravam de uma Europa onde o modo de produção capitalista se encontrava em processo de consolidação, razão pela qual vinham imbuídos de uma mentalidade voltada à

acumulação capitalista.⁵

O comércio foi o grande impulsionador do desenvolvimento do mercado interno e, no decorrer do processo, o excedente gerado pela acumulação de capital, acabava sendo transformado em investimento para a instalação de pequenas indústrias. Novamente o porto de São Francisco do Sul foi de suma importância na comercialização para os outros estados.

Alguns historiadores salientam que o dinamismo da pequena produção mercantil⁶ permitiu a acumulação de capital necessário ao desenvolvimento industrial. No entanto, acredita-se que há outros condicionantes na evolução histórica de Joinville, os quais foram decisivos para o crescimento industrial da cidade, conforme será demonstrado no decorrer da pesquisa.

Os imigrantes que conseguiram acumular capital investiram suas economias em empreendimentos de pequeno porte, nos quais continuaram a exercer suas antigas atividades e abriram assim um mercado de consumo bem variado. Ou seja, ampliaram seus negócios em razão da experiência das diversas atividades já exercidas durante a instalação da colônia. E ainda, segundo Rocha (1997, p. 26);

além das atividades agrícolas, extrativistas, comerciais, havia diversificado artesanato, ou seja, os pequenos empreendimentos coloniais, como marcenarias, ferrarias, curtumes, cervejarias, alimentos em conserva, cerâmicas, que supriam a comunidade local, sendo que alguns desapareceram e outros se transformaram em estabelecimentos comerciais e industriais.

Assim, a origem do imigrante e suas habilidades técnicas foram determinantes para dar origem às primeiras iniciativas industriais implantadas em Joinville que, aos poucos, foram se consolidando. O constante contato que os imigrantes tinham com os países de origem, também contribuiu, de certa forma, para o recebimento de informações, orientações técnicas e importação de maquinários.

⁵ A Europa após o período medieval é caracterizada pelo expansionismo comercial, pela busca de novos mercados em larga escala, economia monetária e desenvolvimento econômico, oriundos da acumulação capitalista.

⁶ À medida que a agricultura se expandia, era forçada a absorver, sobretudo nas frentes pioneiras, colonos imigrantes, que tendo em conta a escassez de força de trabalho nessas regiões obtinham o direito de realizar cultivos intercalares de produtos. Essa relação de trabalho permitiu uma distribuição de renda tal que dava margem a uma pequena acumulação por parte desses colonos e de uma pequena produção mercantil destinada a atender suas necessidades, o que se constituiu no ponto de partida de pequenas indústrias. Ver em "Teorias da Industrialização Brasileira" de Armen Mamigonian – Cadernos Geográficos UFSC, Florianópolis, 2000, p. 43.

A atividade comercial de Joinville, do século XIX até a primeira década do século XX, conforme Rocha, “pode ser dividida em duas fases: a primeira, caracterizando-se pelo sistema ‘colônia-venda’, e a segunda, além do comércio de produtos coloniais, cuidou do beneficiamento e exportação da erva-mate”. (ROCHA, 1997)

No final do século XIX, o comércio caracterizado pelo sistema “colônia-venda”, foi o grande responsável pela maior parte da acumulação do excedente dos comerciantes da pequena produção mercantil, facilitando a importação de produtos da Europa e exportando os produtos coloniais. (MAMIGONIAN, 1965; ROCHA, 1997; FICKER, 1965)

Para Silva (1986, p. 102), estudioso do processo de industrialização de Joinville:

ao estabelecer o contato comercial da economia colonial de subsistência, expropriando, pois, os excedentes agrícolas dos colonos que iam se tornando empobrecidos, este elemento teria sido o responsável pela introdução do capitalismo e da atividade industrial na região. Além disso, a ênfase nos vínculos com o comércio exterior e o papel de destaque conferido à expropriação do excedente dos colonos serve à aceitação de uma interpretação de desenvolvimento regional do tipo ‘estruturas econômico-espaciais periféricas ou satelizadas.

O mesmo autor, entretanto, apoiando-se nos argumentos do economista austríaco Schumpeter acerca das origens dos capitalistas industriais, entende como “peça-chave” desse processo a tradição da mão-de-obra europeia e a liderança de empreendedores de mentalidade industrial⁷. Alguns estudos empíricos ainda demonstram que os elementos que formam a burguesia industrial são os mesmos do comércio de beneficiamento da erva-mate e, na maior parte, estão ligados aos artesãos empregados que abrem seus próprios negócios.

Entretanto, as evidências em favor da origem da burguesia a partir dos pequenos comércios, segundo Silva (1986) não significavam a idéia schumpeteriana da mentalidade industrial exacerbada, e sim a compreensão do desenvolvimento da formação econômico-social, de acordo com os estudos de Marx (1988), como um processo histórico-natural. Ou seja, o crescimento industrial da cidade foi consequência de um conjunto de circunstâncias favoráveis

⁷ Segundo Schumpeter, “Em nove casos em dez, uma inteligência e uma energia acima do normal são responsáveis pelo êxito industrial e, em particular, pela fundação de posições industriais”.

a sua consolidação.

A segunda fase econômica de Joinville, marcada pela conclusão, em 1873, da estrada Dona Francisca, a mais curta ligação entre os estados de Santa Catarina e Paraná, favoreceu a instalação de comércios de outro ramo de negócio, representado pela erva-mate. Os problemas de insuficiência de matéria-prima no país vizinho, Paraguai, onde a erva-mate era produzida, fez com que a procura pelo mate brasileiro se intensificasse, motivando assim a instalação de engenhos no sul do Paraná e no norte catarinense. A atividade ervateira se expandiu rapidamente na cidade, formando as primeiras grandes fortunas relacionadas às firmas especializadas no beneficiamento e exportação do mate, favorecidas pela localização do município de Joinville e novamente pela proximidade do porto de São Francisco do Sul (ALMEIDA, 1979; FICKER, 1965). De certa forma, é a atividade econômica relacionada à erva-mate que irá favorecer o surgimento das primeiras indústrias metal-mecânicas em Joinville.

Segundo a pesquisadora e geógrafa Isa Rocha, a gênese da cidade está profundamente relacionada à colonização alemã e ao contexto sócioeconômico europeu e brasileiro que explicam a origem e a evolução de seu desenvolvimento industrial. Rocha conclui que:

Joinville foi colonizada, além dos agricultores, por muitos artesãos, comerciantes, intelectuais, etc., que desenvolveram atividades econômicas organizadas em grandes (serrarias, usinas) e pequenos (oficinas, marcenarias, etc.) empreendimentos coloniais e comércio (*import-export*, erva-mate, madeira). A infra-estrutura da região muito contribuiu para o crescimento econômico de Joinville: estrada Dona Francisca, estrada de ferro entre Porto União – São Francisco, energia elétrica, telefones, água encanada, etc.), além do contato constantes com a Europa (Alemanha, principalmente). (ROCHA, 1997, p. 33)

A evolução das indústrias joinvillenses nas primeiras décadas do século XX se deu concomitantemente com o surto industrial que ocorria no Brasil motivado por políticas públicas protecionistas e incentivos fiscais à exportação⁸. A forte demanda ervateira na cidade também influenciou no desenvolvimento da indústria metal-mecânica.

Conforme Rocha (1997, p. 35), pelos seguintes motivos:

⁸ O Brasil reagia positivamente aos conflitos internacionais do começo do século XX, intensificado por barreiras protecionistas, criava-se um centro potencial à expansão da produção destinada ao mercado interno, substituindo as importações. A década de 1930 assinala o início de um período de forte intervenção do Estado para estimular o processo de industrialização do país.

a) a erva-mate era transportada do planalto para Joinville por carroções de quatro rodas, puxados por quatro a seis cavalos, com capacidade média de duas toneladas de produtos. No auge do comércio do mate, chegavam a transitar na estrada Dona Francisca até oitocentos carroções. Ora, os carroções e as barricas, onde a erva-mate era carregada, as ferraduras dos cavalos, as rédeas e outros objetos utilizados eram, em grande parte, produzidos nas oficinas de Joinville. b) a erva-mate era beneficiada em Joinville em engenhos que continham fornos que necessitavam de instalação, reparos e fabricação de peças, que também eram realizados pelos ferreiros, mecânicos e marceneiros locais. c) a erva-mate beneficiada era transportada para o porto de São Francisco do Sul, por meio de embarcações (nesta época, o único trajeto possível era através do rio Cachoeira e baía da Babitonga), e para o mercado externo via navios de grande porte. Fundaram-se estaleiros (como o de Mertens & Herbst e de F. Bruestlein: este último construiu em 1883, o primeiro vapor em Joinville, conforme Ficker, (1965) que necessitavam para construção e reparos das embarcações, conhecimentos técnicos na área e mão-de-obra qualificada, no caso existente na região.

A intensificação desse comércio trouxe desdobramentos importantes que foram proporcionando a implantação das primeiras indústrias do setor metal-mecânico, que definiram o futuro econômico do município. Com esse acelerado desenvolvimento, a cidade cresceu desordenadamente, provocando uma redução das atividades agrícolas, tanto que hoje Joinville, o maior município de Santa Catarina em população com 429.604 habitantes⁹, dos quais 414,963 habitantes¹⁰ vivendo na área urbana. Esse fato é bastante marcado no modelo brasileiro agro-exportador¹¹ do processo de passagem da agricultura para a indústria.

Cabe ainda destacar que os imigrantes, embora formassem grupos heterogêneos, buscavam preservar sua identidade, seu caráter, suas idéias e costumes, e é nesse contexto que se insere a educação e a religiosidade.

Esta população vai apresentar, desde logo, não só heterogeneidade étnico-cultural, trabalhando, lado a lado, suíços, noruegueses, alemães,

⁹ Segundo os dados do Censo Domiciliar do IBGE, a população do município de Joinville (urbana e rural), em 2000, era de 429.604 mil habitantes. A estimativa em 2004 foi de 477.971 mil habitantes.

¹⁰ No entanto pelo Censo Domiciliar de 2002/2004 realizado pelo SEBRAE/PRODER Consensos, a população urbana estima-se em 414.962 mil habitantes.

¹¹ A produção em pequena escala de produtos manufaturados estava disseminando pelo Brasil em pequenas oficinas artesanais. O primeiro passo no sentido da industrialização foi dado pela substituição dessa pequena produção por unidades industriais maiores, alterando toda a estrutura do mercado com a eliminação no comércio exportador/importador. Os importadores e exportadores passaram a ter uma rede comercial. Nos anos seguintes a 1^o Guerra e Crise de 29, com apoio governamental, a industrialização intensificou-se e obedeceu ao objetivo de substituir as importações. Porém o processo de industrialização só se completaria na década de 1950, com a importação da indústria pesada, - um importante setor em que se concentram as máquinas que fabricam as máquinas para as outras indústrias.

dinamarqueses e outros grupos étnicos, mas também, uma diversidade de formação intelectual, digna de registro.(PIAZZA, 1994, p. 141)

O sistema de valores idealizado pelos alemães também se refletiu na formação e construção da cidade de Joinville. De acordo com Freyre (2000; p. 386),

a presença alemã no Brasil veio trazer um aspecto novo à formação brasileira, mas sem fazer violência radical às formas já características dessa formação. Dando conteúdo étnico e cultural a essas formas, é certo, mas integrando-se no que nelas era já tradicionalmente brasileiro no sentido de serem formas de organização predominantemente familiar e até patriarcal, de sociedade ou de convivência, ao mesmo tempo que de organização predominantemente rural de economia, adaptáveis a predominâncias étnicas diferentes das ibéricas, a relações de lavradores com as terras diferentes das escravocráticas, a atitudes religiosas diferentes das católicas.

Para Holanda (1995, p. 38);

enquanto povos protestantes preconizavam e exaltavam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se ainda largamente no ponto de vista da Antiguidade clássica. O que entre elas predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor.

Ainda sobre a forte ideologia alemã, Schneider (1983, p.253) relata que: “o imigrante alemão sempre veio de forma definitiva à procura de uma nova pátria, ele veio, para ficar e se integrar, pelos filhos e netos, neste mundo novo, que os chamava e que os atraia”.

Outro aspecto que se pode ressaltar, segundo o historiador Walter Piazza é o da diversidade religiosa e a análise das suas reações diante do desenvolvimento econômico, avaliado em termos iniciais, dentro de uma problemática de justaposição do capitalismo ao protestantismo, enfocado na teoria weberiana¹².”(Piazza, 1994; Weber, 1942)

Theodor Rodowicz, historiador que chegou sete meses depois de iniciada a colonização das terras de Dona Francisca, reflete a importância da religião e da escola para os colonos. Segundo Rodowicz (1992, p. 90), a preocupação com a valorização educacional é eminente, pois:

¹² A teoria weberiana está vinculada ao nascimento do capitalismo à doutrina calvinista da predestinação e à conseqüente interpretação do êxito material como garantia da graça divina. Em A Ética Protestante, Max Weber traça detalhadamente o tipo ideal de conduta religiosa que contribui decisivamente para o desenvolvimento qualitativo do capitalismo.

a escola é básica para a aplicação e disciplina, para o asseio, para a ordem e persistência. A educação doméstica vai de mãos dadas com a escolar, e esta será tanto mais necessária, quanto mais aquela for negligenciada. Para que, portanto, a juventude de uma Colônia em formação não se corrompa, será preciso zelar por ela, pela sua educação e com toda a pressa e energia. A boa escola e o bom exemplo dos adultos farão o restante. As práticas dominicais religiosas deverão animar e fortalecer o bem. Dificilmente, porém, a prática dominical, somente, será suficiente para manter o bom caminho numa população heterogênea como a de uma Colônia assim. Para tal, serão necessárias leis severas e a sua aplicação.

Em suma, o ascetismo religioso praticado pelos luteranos engendrou, segundo Max Weber, o espírito do capitalismo, educando os trabalhadores ideais para a consolidação de uma nova ordem social, com o objetivo de unir esforços produtivos para a economia. Em Joinville juntou um número excepcional de pessoas com o intuito de canalizar esforços produtivos na economia e na política da cidade de forma geral.

A origem e a peculiaridade do racionalismo ocidental é complexo de ser apreendido, sob a influência de certas idéias religiosas no desenvolvimento de um espírito econômico. No entanto, descreve Weber em a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*¹³, que a maior participação relativa dos protestantes na propriedade do capital, em empresas comerciais e industriais, pode em parte ser explicada pelas circunstâncias históricas, nas quais a filiação religiosa não poderia ser apontada como causa da condição econômica, mas sim, até certo ponto, resultado desta.

Portanto, nesses casos, a explicação para o tipo de educação era favorecida pela atmosfera religiosa da família e do lar, que muitas vezes determinaram à escolha da ocupação, ou seja, da vocação.

De fato, a influência capitalista, preconizada por Weber, (2004, p. 49),

o ganhar mais e mais dinheiro, combinado com o afastamento estrito de todo prazer espontâneo de viver é, acima de tudo, completamente isento de qualquer mistura eudemonista, para não dizer hedonista; é pensando tão puramente como um fim em si mesmo, que do ponto de vista da felicidade ou da utilidade para o indivíduo parece algo transcendental e

¹³ Em a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber tenta explicar a existência de algo em quem professa o protestantismo, em particular a linha Calvinista, que se distingue por santificar a vida diária em contraposição à contemplação do divino, condição essa que favorece o espírito capitalista, notoriamente o alemão, ou seja, o autor busca idealizar o tipo ideal de conduta religiosa, contrariando o conceito pregado pela Igreja Católica, que espera a recompensa após a morte. Max Weber defende a paixão pelo lucro como demonstração de prosperidade, fé e salvação.

completamente irracional. O homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida.

Essa expressão está intimamente ligada a um sentimento religioso, como uma obrigação que se supõe que o indivíduo sinta em relação ao conteúdo de sua atividade profissional.

A ideologia moral e capitalista dos imigrantes que aqui chegaram resgatam a “vocação”, no sentido de uma tarefa de vida, de um campo definido no qual trabalhar se assemelha a valorizar a pátria e as tradições da Alemanha.

A história da Alemanha é marcada por guerras e conflitos desde o início do século XIX. O nacionalismo exacerbado é estimulado para promover a unificação¹⁴ do país, glorificando o passado, por intermédio de ideologias aliadas aos movimentos romântico e filosófico, que marcam a valorização dos costumes alemães daquela época. Não se pode esquecer que este processo de unificação do território alemão é liderado pela Prússia, tendo sido concluído em 1871, após a Guerra Franco-Prussiana. A partir de então, as relações capitalistas de produção se tornam hegemônicas, fazendo da Alemanha a primeira potência capitalista e europeia na 2ª Revolução Industrial.

De acordo com Seyferth (1974, p. 20);

o nacionalismo alemão, assim, não pode ser separado do processo político de unificação (do qual foi ao mesmo tempo causa e efeito) nem da revolução industrial alemã, na qual o Estado teve participação decisiva. O desenvolvimento da economia alemã, sob muitos aspectos, serviu de apoio ou de exemplo para muitas das colocações mais radicais desse nacionalismo.

O sucesso da política e do poder resultou no nacionalismo exagerado, fundamentados em concepções de supremacia racial, fazendo com que as conquistas em guerras fossem exaltadas e levadas ao culto da superioridade alemã, promovendo assim o anti-semitismo. Tais características, trazidas pelos imigrantes, por vezes, resultou em uma hostilidade aos não teuto-brasileiros residentes em Joinville. Embora não se tenha legitimidade comprovada, na mentalidade do imigrante a supervalorização da capacidade de seu trabalho

¹⁴ A Unificação Alemã foi um processo iniciado em meados do século XIX e finalizado no ano de 1871, para a integração e posterior unificação de diversos estados germânicos em apenas um: a Alemanha. O processo foi liderado pelo primeiro-ministro prussiano Otto Von Bismarck, conhecido como “chanceler de ferro”, e culminou com a formação de um sentimento de valorização marcado pela aproximação e identificação com uma nação, sobretudo da sua preservação enquanto entidade, nos campos lingüísticos, políticos, culturais e etc...

levava à idéia da superioridade de seu sangue, o que acabou se refletindo na vida cotidiana da cidade. Essa valorização da raça vai crescendo até chegar ao seu ápice com a II Guerra Mundial, já em meados do século XX

Ainda segundo Seyferth (1974, p. 45) “o ponto focal da ideologia nacionalista alemã determina que o povo alemão não necessita estar ligado a um território específico ou a um estado para constituir uma nação”. Dessa forma, logo que os imigrantes chegaram, já foram estabelecendo vínculos e incorporando sua cultura em sua nova terra.

Assim sendo, pode-se identificar no vocabulário da língua alemã a existência de diversas palavras que exacerbam o nacionalismo alemão, como: *volksgemeinschaft*, *deutschum*, *heimat*, *volkstum*, *mutterland*, *vaterland*, que expressam a valoração de sua raça, vinculados a esses padrões de cultura, que garantem a preservação da identidade dos imigrantes. Tal fato é perceptível também em Joinville onde surgem escolas e jornais que utilizam a língua materna comprovando a preocupação em preservar e valorizar não apenas o idioma, mas também outros valores caros aos germânicos.

Segundo Cavalett (1998, p.15)

para os defensores do *deutschum* o excesso de envolvimento político significava colocar em risco sua etnia e a própria preservação do germanismo. Por outro lado, o abstencionismo político significava a inatividade dos alemães e teuto-brasileiros na defesa da cultura germânica em público, diante da sociedade brasileira.

Esse sistema de valores herdados pelos imigrantes de origem alemã contribuiu, de certa forma, para a configuração espacial da cidade de Joinville, como procurará demonstrar ao longo do trabalho.

1.3 Evolução sócioespacial de Joinville

A dinâmica de crescimento da cidade de Joinville se assemelha ao processo histórico de outras cidades no Brasil e em todo o mundo, ressalvadas

as particularidades relativas à escala e ao tempo¹⁵. No entanto, a industrialização vinculou-se às complexas relações econômicas, sociais e espaciais inter e extra-regionais, concernentes ao próprio contexto evolutivo do capitalismo no Brasil. (MAMIGONIAM; 1986)

A riqueza gerada pelo comércio e beneficiamento da erva-mate, conseqüentemente, fez surgir novos mercados de consumo para a indústria e para o setor de serviços. Assim como a 1ª Guerra Mundial, a Crise Mundial de 1929, a Revolução de 1930 e a 2ª Guerra Mundial impulsionaram a industrialização brasileira que se desenvolve gradativamente para substituir as importações, principalmente aquelas ligadas ao ramo têxtil e alimentar. Com o crescimento de todos esses setores, outras industriais foram favorecidas, como as metal-mecânicas, que começaram a oferecer equipamentos industriais aos estabelecimentos já existentes no Brasil. (MAMIGONIAN, 1988; RANGEL, 1957)

Com o passar do tempo, a estrutura primária de colônia passou a ceder lugar à cidade de Joinville. Um rico e intenso processo de desenvolvimento, aliado a uma forte projeção industrial estruturou-se no município, estimulando a economia, aumentando a população e ampliando o adensamento urbano.

Os discursos dos primeiros anos da década de 20 faziam menção à cidade ordeira e laboriosa, porém traziam uma grande preocupação com a outra Joinville, que, diretamente proporcional ao seu encantamento, enfrentava problemas de higiene e saúde, além da grande falta de lazer para sua população de um modo geral. (COSTA, 1998)

Os investimentos em infra-estrutura, tais como estradas e energia, gerados pelo Governo Federal favoreceram, na segunda metade do século XX, o desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Em Santa Catarina não foi diferente. Os investimentos e a participação do Estado contribuíram para a instalação de grandes empresas como a Empresa Brasileira de Compressores – Embraco¹⁶, multinacional fabricante de compressores, e outras nacionais do ramo têxtil, metal-mecânico e químico-plástico.

¹⁵ Normalmente esse crescimento deve-se a grande migração da população rural para as cidades, provocadas pelas novas oportunidades geradas pelo crescimento da industrialização e diversificação da economia urbana.

¹⁶ Fundada em Joinville em 1971, a Embraco tinha como objetivo inicial, suprir a indústria brasileira de refrigeradores, então dependente da importação de compressores. Tornou-se exportadora na mesma década e antecipando-se a globalização, a Embraco ampliou a sua estrutura global de vendas, conquistando a liderança mundial.

Nas décadas seguintes, as indústrias joinvilenses ¹⁷se consolidaram, abrindo novas unidades fabris e unindo-se aos grandes grupos industriais. Novos empreendimentos surgiram em função do desenvolvimento regional. A aglutinação de empresas na cidade fez gerar problemas sociais indesejáveis e sobrecarga da infra-estrutura existente.

Outro aspecto importante refere-se ao fato de haver em Joinville uma diversidade de tipos de indústrias, mesmo havendo algumas especializações fortemente marcadas no contexto nacional e internacional como a metal-mecânica.

Dessa forma, as experiências progressistas advindas da industrialização a partir dos anos 50, intensificadas por políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento industrial, resultaram na reordenação espacial da cidade. A estrutura social passou a adaptar-se às necessidades econômicas, ou seja, o espaço, principalmente central, foi sendo apropriado primordialmente às atividades que favoreceram a produção.

Com o crescimento das indústrias, a cidade nas décadas de 60 a 70, foi buscar mão-de-obra em outras regiões do Estado, principalmente no Paraná, para suprir a demanda e baratear a mão-de-obra necessária às indústrias. Na década de 80 a migração de paranaenses, em busca de melhores condições de vida foi crescendo, expandindo e ocupando a periferia em áreas impróprias para moradias como manguezais e Mata Atlântica. Esse fato fez com que novos loteamentos fossem surgindo na cidade em decorrência desse crescimento.

No auge do milagre brasileiro¹⁸, o êxodo rural foi concomitante a urbanização e crescimento das cidades. Joinville passou a sentir os impactos do adensamento urbano, surgindo assim, políticas como a do plano-diretor, para organizar o desenvolvimento da cidade.

O amadurecimento e a melhor distribuição das atividades econômicas

¹⁷ Dentre o setor industrial, destacam-se também outras empresas com presença global e liderança nos seus setores, tais como: Multibrás (geladeiras e freezers e linha branca doméstica), Tupy e Wetzel (fundições), Tigre, Amanco e Krona (tubos e conexões de PVC), Schulz (compressores de ar), Docol (metais sanitários), Busscar (carrocerias de ônibus), Döhler e Lepper (produtos têxteis), Termotécnica (EPS), Dânica (painéis de isolamento térmico).

¹⁸ O Milagre brasileiro refere-se ao período pós anos 60 durante a ditadura militar com o *boom* econômico em que o país investe em infra-estrutura para o desenvolvimento e em políticas protecionistas que determinam tarifas altas às importações, incentivando as exportações. Segundo ROCHA (1997:61), as indústrias de Joinville se consolidaram no mercado nacional, constituindo-se grandes grupos industriais, entre os quais pode-se destacar Fundação Tupy e Embraco..

geraram uma acumulação maior de riqueza e de especialização da mão-de-obra, fazendo com que os benefícios econômicos fossem mais amplamente distribuídos pela população. No final dos anos 90, surge a preocupação em propiciar níveis melhores de qualidade de vida à população.

Atualmente com cerca de 1.400 indústrias¹⁹, o município apresenta 50% da população economicamente ativa concentrada no setor secundário, distribuída expressivamente nos ramos metal-mecânico, plástico e têxtil. Todavia, esse concomitante dinamismo industrial não pode ser associado apenas à valorização empreendedora dos imigrantes, como demonstrado anteriormente.

O acelerado desenvolvimento industrial verificado nos últimos cinquenta anos custou a toda região nordeste de Santa Catarina um elevado grau de poluição, comprometendo a sua relação hídrica com a Baía da Babitonga.²⁰

Hoje em Joinville, como em todas as cidades de acelerado crescimento urbano, o processo de verticalização, principalmente em áreas centrais, gera problemas de várias ordens, entre os quais se destacam os problemas viários, de circulação, de segurança, poluição, ambientais, bem como a falta de espaço para o lazer. O contato do homem com a natureza, assim como de convivência social é determinado prioritariamente pelas necessidades produtivas urbanas.

Nas sociedades urbano-industriais como é o caso da cidade objeto deste estudo, Joinville, a concentração de grandes empresas tem o poder de articular, intervir e integrar todo o ordenamento da cidade, apesar da maioria dos estabelecimentos industriais estar situado fora do perímetro urbano. Em todos os momentos de sua história, a função da área central foi satisfazer as necessidades básicas e de apoio à produção de bens e serviços do comércio e indústria, o que fica demonstrado pelas formas espaciais organizadas no passado. O que Dolfus (1982) chama de palimpsesto, na qual a análise das sucessivas heranças permite que se rastreiem as evoluções. Assim como as cidades assumem diversas funções ao longo dos tempos, as sociedades também se reestruturam de acordo com as relações sociais dominantes em diferentes períodos históricos. Os valores

¹⁹ Fundação IBGE – Anuário Estatístico do Brasil, 1991; Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda/Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística/Gerência de Estatística. Atlas Ambiental da Região de Joinville.

²⁰ Complexo Hídrico da Baía da Babitonga. Coordenação: Joaquim L. W. Knie. FATMA SC: 2001. (1) A Baía da Babitonga faz parte de um complexo hídrico que mantém ligados os destinos das comunidades que a rodeiam perpetuando-a como a força canalizadora e principal protagonista da história regional, fazendo parte seis municípios litorâneos catarinenses.

culturais e sociais da população acompanham as relações de produção dominante no seio da sociedade. As pessoas manifestam-se em busca de seus anseios e necessidades pela socialização. A formação sócioespacial da cidade é reflexo das relações sociais ditadas pela forma de produzir que predomina na sociedade – o modo de vida, crenças e aspirações daquele período que está sendo vivenciado.

Segundo Santos (1997, p. 87);

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas – tornadas assim formas-conteúdo – podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço.

A organização espacial do nordeste catarinense é também reflexo de sua posição no contexto do comércio internacional e especificamente latino-americano, que acabou levando à implantação de novas unidades fabris multinacionais. O crescimento industrial na região de Joinville beneficiou-se da existência de infra-estruturas produtivas, tais como eficientes sistemas de transportes e comunicações, importantes para o escoamento da produção e transporte de matérias-primas, viabilizados pela iniciativa privada e pública.

Os imigrantes alemães, também contribuíram de modo decisivo para o expressivo desenvolvimento da cidade, o que é demonstrado por sua expressão econômica, visto que o município é considerado o 3º pólo industrial do Sul do Brasil. No entanto, há que se destacar, que nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de força produtiva fixa, além de não ser igualmente marcada por formas definitivas de relações sociais.

O ordenamento do espaço urbano de Joinville hoje resulta de processos relacionados à sua gênese e às transformações provocadas por sua evolução calcada na colonização alemã, bem como no crescimento e desenvolvimento progressivo de suas indústrias que se refletiu no acelerado crescimento populacional.

A partir da análise da formação sócioespacial de Joinville, é possível apreender as razões da definição do traçado urbano e das diversas funções materializadas na área central da cidade. O espaço urbano é marcado pela função econômica predominante que define a configuração espacial de Joinville,

aliada aos condicionantes de ordem natural.

A Colônia Dona Francisca, que deu origem à cidade de Joinville, foi responsável pelo assentamento dos imigrantes às margens do Rio Cachoeira, por se tratar do local de maior acessibilidade ao porto de São Francisco do Sul. Segundo Peluso (1951) a existência de um porto próximo à colônia era fundamental, visto que permitiria a remessa de mercadorias, uma vez que o acesso por terra inviabilizaria o comércio que a cultura dos imigrantes germânicos exigia. A localização escolhida para o núcleo urbano mostrou-se favorável ao desenvolvimento econômico, explicando assim o ordenamento espacial inicial da cidade estar voltado à função comercial.

O traçado inicial foi definido pelo engenheiro Günther, em forma de cruz, e compreendia as seguintes ruas: Rua do Porto (atual Nove de Março), Caminho do Meio (atual Rua Quinze de Novembro), além de dois caminhos, um para o Norte – a *Nordstrasse*, atual Rua Dr João Colin – e um para o sul – *Deutschstrasse*, atual Rua Visconde de Taunay. O núcleo colonial começou, portanto, no início da antiga Rua do Porto, tendo sido aberta uma clareira na confluência das atuais ruas Nove de Março, Dr João Colin, Visconde de Taunay, e Avenida Juscelino Kubitschek, no local onde hoje se localiza a Praça Lauro Muller, e onde, por algum tempo, a direção da Colônia instalara seus escritórios, empório e ranchos de recepção aos colonos. (TERNES, 1993 *apud* BRÜSKE, 2001)

Para Peluso Jr (1951), o rio foi de certa forma o elemento gerador do plano urbano da cidade, já que as primeiras ruas foram traçadas paralelamente ou perpendicularmente a ele, em conseqüência, sobretudo, da ligação fluvial da colônia com o porto de São Francisco do Sul.

Segundo os estudos de Dinorah Luiza de Melo Rocha Brüske (2001), na definição das primeiras ruas, houve interferência de diversos elementos, impedindo a concretização do traçado em xadrez, pretendido a princípio. Um deles, por exemplo, foi o outeiro onde se situa a Igreja Católica (Catedral). Para desviar-se deste outeiro, a Rua do Príncipe foi deslocada, procurando, entretanto, não fugir completamente da perpendicularidade em relação ao Rio Matias (Rio Cachoeira), conforme pode ser observado na figura a seguir que apresenta um trecho deste Rio no início do século XX, mais precisamente em 1911.

Figura 3 - Trecho do Rio Mathias em 1911.



Fonte: <http://www.bycarmen.com.br>.

A foto acima mostra o trecho do Rio Mathias

A partir disso, o núcleo urbano foi se definindo segundo a tradição das cidades germânicas estudadas por Peluso Jr (1991) as quais tem o foco principal definidas pelas instituições econômicas e não religiosas, como ocorreu com as cidades de origem portuguesas também estudadas por ele.

De fato, todo o plano urbano foi adaptado ao relevo, tendo como ponto de partida a rua comercial, representada naquele tempo pela Rua do Porto (atual Rua Nove de Março). As igrejas não exerceram papel definidor no plano urbano da cidade, já que Joinville se desenvolveu a partir do comércio. A importância da rua comercial no traçado urbano da cidade fica evidenciada pela criação de ruas adjacentes a ela, não havendo praças e sim pontos de confluência nas principais ruas.

A Estrada Dona Francisca, principal via de acesso ao interior, foi traçada perpendicularmente à rua do Porto, aumentando assim o número de colônias na região. As colônias formadas então por agricultores de pequenas propriedades

determinaram um desenvolvimento produtivo favorável à industrialização, conforme visto anteriormente.

A estrutura urbana foi sendo definida a partir dos primeiros dez anos de colonização, fazendo com que o desenvolvimento da malha viária fosse definido no sentido Norte-Sul (planalto norte com destino à Curitiba e em direção ao Sul no sentido de São Francisco do Sul).

A partir de 1867, o traçado urbano sofreu um reordenamento com a abertura de novas ruas, estabelecendo-se um traçado em quadras. O núcleo urbano se expandiu em direção às terras de Brüstlein, região onde se encontra o Museu Nacional de Imigração, e também em direção à área onde fica o Mercado Municipal. A expansão se deu de forma gradual e improvisada sendo favorecida pelo contínuo fluxo migratório. (BRÜSKE, 2001). Foi porém, a partir do início do século XX que o processo de desenvolvimento econômico de Joinville intensificou-se, promovendo a ampliação de vias de escoamento da produção. Várias ruas foram alargadas para facilitar as relações comerciais.

Até o início do século XX, Joinville dispunha de apenas uma praça – a chamada Praça do Mercado, atual Praça Lauro Muller (TERNES, 1993 *apud* BRÜSKE, 2001), confirmando, assim, a importância da atividade econômica na cidade. (ver figura 4)

Figura 4 - Praça Lauro Muller



Fonte: SASSE (2005)

A Revolução de 30 ²¹contribuiu para a acelerada industrialização de Joinville em virtude da substituição das importações por produtos nacionais, os quais passaram a serem produzidos para o atendimento do mercado interno. A industrialização brasileira deslança especialmente a partir da Revolução de 1930. Joinville passa a abastecer também o mercado externo, principalmente no setor têxtil e metal-mecânico.

Posteriormente, a transição da economia agro-exportadora para a urbano-industrial ocorrida no Brasil contribuiu para a consolidação industrial da cidade, favorecida pelas relações econômicas e políticas do governo vigente.

Esse processo de industrialização resultou em um crescimento das vias de comunicação e geração de empregos superior ao que a cidade poderia

²¹ A Revolução de 1930 com Getúlio Vargas, operou uma mudança decisiva no plano da política interna, afastando do poder do estado oligarquias tradicionais que representavam os interesses agrários-comerciais. Getúlio Vargas adotou uma política industrializante, regulamentando o mercado de trabalho urbano, limitando algumas importações e, mais tarde, dirigindo investimentos estatais para a indústria de base. Foram fatores que contribuíram para o desenvolvimento industrial a partir de 1930: - o grande êxodo rural, devido a crise do café, com o aumento da população urbana que foi construir um mercado consumidor. A redução das importações em função da crise mundial e da 2ª Guerra Mundial, que favoreceu o desenvolvimento industrial, livre de concorrência estrangeira.

comportar, trazendo como conseqüência o aumento da população urbana. A área urbana então passou por um processo de expansão e de grandes modificações. A partir desse momento, o núcleo urbano começa a se transformar, em virtude dos reflexos das formas e funções sofridas pela cidade como um todo.

As características das formas construídas e funções predominantes na área central, são tratadas por Dinorah Brüske acerca das funções do centro entre 1950 e 2001, definidas por ela como: industrial, político-administrativa e financeira, comercial, de prestação de serviços, residencial, cultural e de lazer

As funções da área central eram diversas, visto que já na década de 1950, na área central e suas adjacências permitiu registrar que:

para algumas delas, aquele era o local ideal para atuação, em razão de fatores tais como facilidade de acesso e necessidade de atingirem um maior raio de ação. Tal era o caso das funções político-administrativas, financeira, comercial e cultural. Com relação à função industrial, sua centralidade, resultado do processo de industrialização com origem no artesanato, conferia um caráter diferenciado à cidade de Joinville. BRÜSKE (2001, p. 35)

Pelo que se observa, as funções conviviam harmonicamente, mesmo que envolvidos por toda trama urbana. A centralidade destas funções provavelmente se impôs em razão da maior facilidade de acesso pela população, demonstrando a capacidade polarizadora do centro em relação à cidade.

Em relação ao lazer, o centro possuía várias opções de clubes, sociedades recreativas e cinema. Eram porém, todos privados e freqüentados pelos residentes locais, não havendo então áreas públicas para o encontro social. Tal fato é comprovado por Paulo César Costa Gomes para o qual, o espaço público deve ser o lugar, praça, rua, praia, e qualquer outro tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer pessoa. “Essa condição deve ser uma norma respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras do convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas”. GOMES (2002, p. 162)

Já para Claval (1999, p. 293), a definição de espaços públicos está diretamente relacionada a uma organização da vida social:

A vida social implica a organização das vias de circulação e dos espaços públicos para permitir a uns e outros as suas ocupações e reencontrar os parceiros de sua escolha... A vida social justapõe, assim, esferas mais ou

menos hierarquizadas: aquelas do privado, indivíduo ou família; das comunidades de base; aquelas que são abertas a todos para a circulação, os encontros ao acaso, o espetáculo mútuo que os homens se oferecem em si, ou para os encontros e reuniões de massa.

A crescente industrialização e o conseqüente adensamento urbano despertaram a preocupação pública para a estrutura urbanística da cidade. Esse fato fez com que em 1965 fosse elaborado o primeiro plano-diretor para Joinville. Uma das sugestões do plano era o deslocamento das indústrias da área central e adjacências em razão da escassez de espaço. (JOINVILLE, 1965 *apud* BRÜSKE, 2001)

Quanto ao lazer, afirmava-se no PBU/1965²², que a cidade caracterizava-se pela escassez de espaços para recreação ao ar livre e de espaços ou praças que atuassem como pontos de encontro para a população. Das praças então existentes, na área central, apenas duas mereciam cuidados especiais por parte do poder público – a Praça Nereu Ramos e a Praça Lauro Muller. O espaço verde público também estava restrito, porém pouco expressivas dentro do contexto urbano, não só em termos de área como também de localização. (BRÜSKE, 2001)

Esse fato deve-se à importância do centro urbano de Joinville como um pólo de concentração de atividades econômicas, aspecto que era fortalecido devido à ausência de sub-centros em outras áreas da cidade. O espaço central era vital para a organização econômica e funcional da cidade, ficando negligenciadas as atividades não produtivas.

A partir da década de 80 há uma gradativa retração da atividade industrial²³, diferentemente do crescimento da década de 70, não só em nível local, como mundial em conseqüência das crises financeiras. “A década de 80 irrompeu com forte recessão econômica no país, empurrando diversos setores industriais para o mercado externo, como alternativa frente à estagnação das transações internas”. (Mamiginian, 1998 *apud* Rocha, 1997). Esse período afeta

²² PBU – Plano Básico Urbanístico – realizado pela empresa SERETE associada a Jorge Wilhein Arquitetos Associados foi responsável pela elaboração de um diagnóstico sócioeconômico e urbanístico de Joinville que serviria de base para a implantação do Plano Diretor.

²³ Já em meados dos anos 70, a crise do Petróleo e a alta internacional dos juros desaceleraram a expansão industrial. Com o financiamento externo mais caro, a economia brasileira entra num período de dificuldades crescentes, que levam o país, na década de 80, ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e ao descontrole da inflação. O Brasil mergulha numa longa recessão que praticamente bloqueia seu crescimento econômico.

as indústrias joinvillenses, fazendo com que haja uma modificação dos ramos produtivos. A tecnologia também contribuiu para diminuição das áreas industriais e o crescimento populacional e migratório.

Entretanto, nos anos 90 ocorre uma mudança do perfil econômico do país em função do governo de Fernando Collor de Melo, que passa a aplicar a política neo-liberal²⁴, transformando todo o mercado e respectivamente todos os segmentos das indústrias locais.

Quando se pensa no crescimento na década de 90, o desempenho da economia está longe de ter sido satisfatório. Porém quando observa-se com mais atenção o acontecido ao longo da década, nota-se não apenas uma mudança fundamental no ambiente macroeconômico do país relacionada com a estabilidade de preços e fluxo constante de entrada de capital e tecnologia, mas também um notável processo de melhoria de eficiência no setor privado.

O fato é que, em consequência dessa crescente industrialização e urbanização, aliada aos fatores sócio-econômicos, políticos, culturais, etc, foram-se consolidando significativas transformações na estrutura da cidade de Joinville como um todo e também em sua área central. O tecido urbano se expandiu, a área já urbanizada adensou-se, as diversas funções se redistribuíram na trama urbana, novas formas foram geradas e as antigas readaptadas a novos usos. A fisionomia da cidade se alterou e também a relação das pessoas com o espaço urbano. (BRÜSKE, 2001)

Nesse novo contexto estabelecido a partir dos anos 90, mais uma vez a definição dos espaços públicos foi sendo deixada de lado devido à indiferença do poder público. O Estado começou a enfrentar o problema do endividamento externo, que acabou refletindo na elaboração de políticas de cunho social.

Levando em consideração Gomes, o que define o espaço público como a *mise-en-scène* da vida pública, Joinville pouco tem a oferecer para que a sua população seja efetivamente igualitária, questionadora e politizada. Afinal, o espaço público “é um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas

²⁴ Esta fase iniciada no Governo Collor com continuidade até o Governo Fernando Henrique marca o avanço do Neoliberalismo no país, com sérias repercussões no setor secundário da economia. O modelo neoliberal adotado determinou a privatização de quase todas as empresas estatais, tanto no setor produtivo, quanto no de infra-estrutura e serviços. No entanto nos últimos anos marcam a abertura do mercado brasileiro, com expressivas reduções nas alíquotas de importações. Com isso há um crescimento em inovações tecnológicas que mudam o perfil das indústrias, conquistando maior competitividade internacional.

sobretudo é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados". (GOMES 2002, p. 164)

As questões ligadas ao usufruto do lazer em áreas públicas do ponto de vista do espaço urbano, está muito mais próxima do planejamento da cidade, porém observa-se que a mercê dos interesses imediatistas dos setores imobiliários, os planejadores do espaço não possuem um conhecimento das práticas cotidianas e dos possíveis uso do espaço para o lazer.

Quanto ao sistema viário de Joinville, observa-se que o mesmo foi intensamente marcado pela abertura de vias originadas no período de colonização e desenvolvimento comercial da colônia. As características físicas naturais e a necessidade de acesso das colônias à área central, acabaram configurando e influenciando a estrutura viária atual. As colônias estabelecidas predominantemente no sentido norte, ligando a serra próxima à Curitiba, foram dinamizadas pelo comércio de beneficiamento da erva-mate, fez com que se desenvolvesse um elo entre a serra e os portos de Joinville e de São Francisco do Sul.

A partir dos anos 50, foram sendo gradativamente incorporadas novas vias ligando os eixos principais, primeiramente norte-sul, preenchendo as áreas planas. Posteriormente, as áreas periféricas foram acompanhando linearmente os eixos, respeitando as características físicas de relevo, predominantemente plano. No entanto, após os anos 60 do século XX, durante o auge do crescimento industrial da cidade, as áreas periféricas foram sendo alargadas e apropriadas indevidamente para servir ao crescimento da população.

A falta de moradia e incentivo político às migrações provocaram abertura de novos loteamentos dentro de áreas frágeis como restingas e manguezais, e em zonas dispersas com penetração para a área central. Esse problema foi agravado no funcionamento do conjunto urbano, pois o ponto de vista funcional resultou em problemas relacionados com as atividades do cotidiano da cidade.

De acordo com os técnicos integrantes do grupo de gestão de transporte de Joinville, liderado pela Prefeitura, através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUJ) e da Secretaria de Infra-estrutura (SEINFRA), as maiores deficiências atualmente são:

- Características físicas indiferenciadas, sem identidade visual que demonstre a hierarquia das vias;

- Instabilidade do funcionamento da estrutura, causada por período de pico bastante definido de acordo com o horário de funcionamento da indústria, comércio e serviços;
- Nivelamento, geometria viária, pavimentação, sinalização, estacionamento e deslocamento significativos de carga pesada no meio urbano devida à localização industrial dispersa;
- Ligações viárias com descontinuidades físicas notáveis, caracterizando a seguinte situação;
- Impedimento da integração físico/social e do deslocamento viário de caráter mais estrutural, principalmente no que se refere ao transporte coletivo urbano;
- Necessidade de complementaridade da trama local com melhor articulação interna que incentive o parcelamento, a ocupação mais ordenada e a integração social;
- Má articulação do sistema com a estrutura, causada principalmente por diretrizes viárias da forma localizada, em áreas já parceladas ou sujeitas ao parcelamento;
- Vias com desenvolvimento linear com mais de 400 metros ininterruptos;
- Quarteirões loteados e arrumados em ângulos menores que 60° com as vias consideradas estruturais;
- Perímetro urbano extenso permitindo a urbanização desenfreada e pouco criteriosa, gerando ainda viagens muito longas.

A estrutura viária da cidade define-se de forma radial, (ver figura 5) ou seja, a partir da área central distribui o trânsito para as demais vias. Essas vias possuem um movimento intenso e nelas se concentram o comércio, serviços, indústrias e órgãos públicos. Dessa concentração de equipamentos, juntamente com vias preferenciais para o transporte coletivo e individual urbano e áreas para estacionamento e circulação de pedestres, decorre uma ausência de espaços públicos amplos.

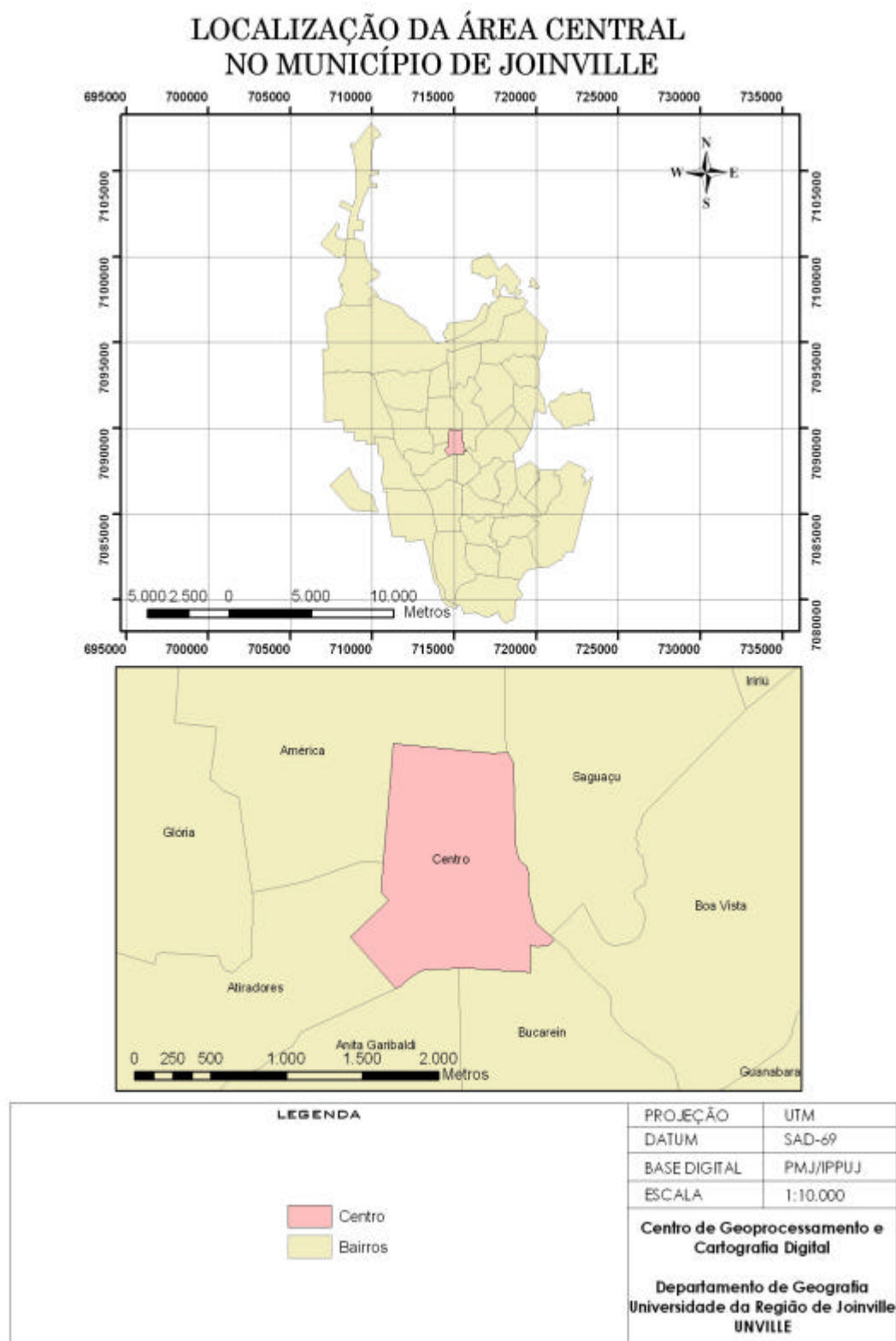
Para Zampiere(1998), a cidade possui configuração modular de polinucleação do espaço. As antigas glebas ligam-se a um núcleo central, por meio de estradas e vias de comunicações, configurando o sistema viário, que se encontra comprometido, devido à multiplicidade de deslocamentos domicílio-trabalho-domicílio. O adensamento registrado ao longo dos eixos viários, com divisões sucessivas do solo, originou descontinuidade física, bem como, vazios

urbanos, que dificultaram a articulação da malha urbana, fazendo com que a cidade ainda se ressinta com a ausência de uma adequada para áreas públicas de lazer e praças nos bairros periféricos.

O ordenamento espacial do município de Joinville retrata as funções urbanas dominantes. Assim sendo, a forma circular denota que a malha viária é complexa, devido à ocupação espacial intensa levada a efeito nos bairros antigos, aliada à expansão abrupta dos novos bairros. A função habitar determinou uma lógica econômica, relacionada com os custos dos terrenos, ou seja, diretamente proporcional à distância destes em relação ao centro da cidade. (ZAMPIERI, 1998).

Observa-se, entretanto, que a evolução histórica associada à expansão urbana das últimas décadas fez com que os limites da área central se ampliassem e, por outro lado, promovesse a apropriação de novos espaços, incorporados em razão do desenvolvimento econômico da cidade.

Figura 5 – Bairros de Joinville



Fonte: Concedido pelo Departamento de Geografia UNIVILLE, 2005 (adaptado por ANESI)

A origem e a evolução de Joinville são bastante diferenciadas da grande maioria das cidades brasileiras. A cidade nasceu de um ambicioso projeto de colonização planejado na Europa, conforme já descrito.

A proximidade da então Colônia Dona Francisca com o porto de São Francisco do Sul foi um fator decisivo para a locação da cidade, pois somente pelo mar era possível o intercâmbio comercial com maiores centros econômicos, que abasteciam os empreendimentos coloniais. Pode-se dizer que a primeira ação de urbanismo de Joinville deu-se ainda em Hamburgo, na Alemanha, quando ficou marcada a intenção da companhia colonizadora de fundar um núcleo de colonização nas terras que pertenceram ao príncipe de Joinville.

Contudo, a idéia original que previa um núcleo inicial sobre um terraço na confluência dos Rios Cachoeira e Bucarein, não foi consolidada. As condições de clima, solo e acessibilidade encontradas pelos imigrantes em todo o território foram muito inóspitas e acabaram inviabilizando o projeto original. Outro ponto que merece ser destacado é que o processo urbanístico da Colônia difere totalmente dos critérios luso-brasileiros de planejamento de cidades que estabeleciam sempre uma malha ortogonal com caminhos estreitos, a partir da praça matriz como núcleo central. No caso de Joinville, desde os primeiros tempos o sentido de crescimento foi linear, no qual a ligação porto/interior estabeleceu esses eixos de penetração que receberam os primeiros comércios e oficinas da Colônia no final do século XIX.

Até 1906, data da inauguração da ferrovia, Joinville / São Francisco do Sul girava em torno do porto e do mercado, imediações do Bucarein e ao longo da Estrada Dona Francisca, principal ligação da cidade com os mercados do Planalto Norte. Porém, com o rápido desdobramento dos ofícios urbanos a partir de 1900 e o crescimento a partir de 1930 das atividades comerciais de exportação de manufaturados, surgem grandes oportunidades de capitalização e investimentos, o que vai dando uma feição cada vez mais urbana à cidade.

Com a transformação das oficinas artesanais em pequenas fábricas, surge, a partir dos anos 30, uma nova categoria social: o operário-fabril. Esse rompeu definitivamente com o padrão colonial de comportamento e ocupação territorial, dando início a um novo processo de expansão urbana mais para o Sul do município. Dessa forma, terras ainda pouco valorizadas como os bairros Itaum, Guanabara e Floresta, passaram a ser ocupadas.

Mas foi a partir de década de 60, quando Joinville possuía cerca de 90 mil habitantes que o município passou por uma grande revolução tanto no que diz respeito ao aumento da população como na sua distribuição pelo espaço da cidade. Pressionada pela urbanização crescente, impulsionada pela mudança do modelo econômico nacional²⁵, ocorriam inúmeros loteamentos irregulares na periferia, de forma aleatória e afastados dos eixos de crescimento. Esse fato levou a um crescimento vertiginoso da cidade²⁶, levando a fortes pressões sociais, fluxos migratórios e custos de municipalidade elevados.

Por conta disso, surge durante a administração de Helmuth Falgater (1961-1965) a primeira intenção oficial de planejar o espaço urbano. Assim, em 1964 criou-se uma comissão comunitária liderada pelo engenheiro João Batista da Mota Rezende. No ano seguinte, a estruturação da cidade ao longo de um eixo linear norte sul foi institucionalmente consolidada pelo primeiro projeto de planejamento urbano: o “Plano de 65”. Esse processo de desenvolvimento urbano da cidade foi reforçado na década de 60 pela ligação rodoviária estabelecida com São Francisco do Sul pelas ruas Santa Catarina, Getúlio Vargas e Dr. João Colin. Fato que ganhou força pelo fato de que, até a inauguração da BR-101, em 1970, todo o fluxo viário São Paulo/Florianópolis passava por dentro de Joinville.

De acordo com o Plano traçou-se um perfil sócioeconômico da cidade. Procurou-se definir uma malha viária mais densa, visando baixar os custos de implantação de infra-estrutura decorrentes de uma densidade demográfica rarefeita. Reconheceu-se também que o zoneamento do uso do solo deveria respeitar a predominância das funções já estabelecidas, situação inevitável em decorrência da mistura de atividades, o que contrariava os conceitos de urbanismo moderno dos anos sessenta, fazendo contraponto aos padrões estanques de zoneamento adotados por Brasília no mesmo período.

Definiu-se ainda espaços físicos para a população com o objetivo de aumentar a coesão social, que deveria ser estimulada com a criação de centros

²⁵ O novo modelo econômico surgido com a substituição dos bens anteriormente importados deu origem a um expressivo crescimento urbano, já que a industrialização demandava uma grande quantidade de mão-de-obra para as cidades.

²⁶ Joinville, como as demais cidades do Brasil, apresenta um intenso processo de urbanização, especialmente na metade do século XX, conforme já descrito anteriormente. Esse grande movimento de construção urbana é necessário para o assentamento residencial dessa população, bem como para a satisfação de suas necessidades, de trabalho, de abastecimento, transporte, saúde, energia, água e etc..

de convivência e cultura, também estimulando o resgate dos valores germânicos da cultura local. Além disso, o Plano compreendia ainda a valorização paisagística da cidade, com o reconhecimento de rios, morros e áreas verdes. Foram previstos dois grandes parques urbanos, um na Zona Norte, no Bairro Bom Retiro, e outro na Zona Sul, no bairro Itaum. O diagnóstico realizado na época apontou que a principal deficiência na infra-estrutura era a total falta de saneamento básico, fato ocultado pelos planejadores.

Apesar dos esforços para a definição de um plano para redirecionar o processo de ocupação da cidade, uma série de fatores levou à não implantação desse processo. Sabe-se que a prefeitura por não contar com profissionais especializados em seus quadros, cedeu um contador para assessorar o engenheiro João Batista da Mota Rezende em todas as fases do trabalho. Nas discussões do Plano com a sociedade, em razão do regime político vigente em 1965, temendo-se possíveis represálias políticas, as apresentações públicas foram muito cautelosas e brandas, sem grande contribuição por parte dos demais atores sociais (sociedade civil). Na administração de Nilson Bender (1966-1970) continuaram as discussões sobre as diretrizes e recomendações do Plano. Foram iniciadas as obras do Complexo Expoville e da Rodoviária em locais próximos a BR-101, embora o Plano de 1965 tivesse recomendado a localização da rodoviária na área central.

Foi na administração de Harald Karmann (1970-1972) que o Plano começou a ser institucionalizado com a contratação dos primeiros profissionais de urbanismo encarregados da montagem de uma estrutura de assessoramento urbanístico para a atualização e implantação oficial do plano. As atividades ficaram conhecidas como Plano Diretor de Transportes Urbanos, com a preocupação principal de reforçar a estrutura linear de crescimento, por meio de um conjunto de medidas nas quais o transporte coletivo fosse o instrumento consolidador das expansões urbanas, prevendo-se uma população de 307 mil habitantes para 1990, contra os 346 mil verificados em 1991.

Em 1973, durante o governo de Pedro Ivo Campos (1973-1977) foram oficializadas, embora que com oito anos de defasagem, as proposições do Plano de 1965 por meio da Lei 1262/73. Definiu-se uma matriz para o sistema de transportes, o ônibus para transporte coletivo, reforçando-se o sistema de linhas vigentes. Surgiram as primeiras deliberações acerca do estacionamento de

veículos na área central e desenvolveu-se uma proposta de lei com as diretrizes básicas para o sistema viário e zoneamento do uso do solo nas áreas rurais e urbanas.

De uma forma geral a Lei 1262/73 promoveu uma reestruturação do Plano de 65, com conceitos de desenvolvimento integrado do município e melhores condições para o desenvolvimento harmônico e o bem-estar da comunidade no que diz respeito às proposições de morar, trabalhar, repousar, circular, recrear e comunicar. Foi ainda durante o governo de Pedro Ivo Campos que se aprovou a Lei 1411, que estabeleceu novas normas sobre o uso do solo, complementa e altera a Lei 1262/73, instituindo novas diretrizes de uso, ocupação e zoneamento do solo, atualizando as diretrizes originais e consolidando a estrutura viária da cidade pelos eixos principais e secundários.

Anos mais tarde, já durante o primeiro mandato do prefeito Luiz Henrique da Silveira (1977-1982), surgem novas recomendações para a atualização do planejamento da cidade, então com 240 mil habitantes. Por meio de um amplo diagnóstico sócioeconômico, verificam-se crescentes problemas na periferia e déficit técnicos e financeiros originados a partir do processo de urbanização intensiva nas áreas mais afastadas. Pressionada pelo processo de urbanização do final das décadas de 70 e 80, com taxas anuais de crescimento que chegaram a 4,6%, os problemas locais continuavam a desafiar a administração municipal, principalmente em decorrência da grave crise econômica dos anos 80. Da necessidade de novas reflexões sobre os destinos da cidade e a qualidade de vida da população no futuro, em 1987, durante a administração de Wittich Freitag, surge o Plano de Estruturação Urbana – PEU²⁷, revelando a existência de um grupo técnico envolvido na problemática urbana.

Como a ocupação urbana estabeleceu-se de maneira diferenciada, o plano, com o passar do tempo, foi exigindo leis complementares, como o conjunto de normas de uso e ocupação do solo para melhor adequá-lo a ordenação urbana.

Posteriormente surgem planejamentos conjuntos com as cidades vizinhas com objetivo de evitar a concentração industrial e beneficiar as demais regiões.

²⁷ O PEU é um conjunto de regras norteadas por políticas e ações definidas para orientar o desenvolvimento físico-urbanístico de um conjunto de bairros vizinhos com características semelhantes.

Após vários estudos, constata-se a necessidade de criação de um órgão responsável pelas proposições e diretrizes acumuladas desde 1965. Para esse fim, surgem em 1991 o IPPUJ – Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville e a FUNDEMA – Fundação Municipal de Meio Ambiente. A partir daí, começam a intensificar-se os trabalhos técnicos, relacionados à arquitetura e à estrutura viária, considerando a inserção do componente ambiental.

Em 1997, novamente com a gestão de Luiz Henrique da Silveira, inicia-se um programa de ampliação e modernização. Esse novo programa prioriza a abertura de vias e a renovação no transporte coletivo. Dentro dessa lógica de crescimento, a zona sul é prolongada com o intuito de estimular a expansão viária e comercial do eixo que liga a cidade às praias.

Com base nas soluções técnicas para o ordenamento da cidade, adota-se um plano diretor para ser um instrumento apolítico, ou seja, de interesse da sociedade civil, composto por um diagnóstico completo do município, juntamente com as diretrizes de uso e ocupação do solo. No entanto, nem sempre verifica-se a extrapolação do conteúdo do plano-diretor, que incorpore outros fatores necessários ao desenvolvimento do município, além daqueles relacionados ao espaço físico.

Depois de uma longa mobilização de entidades defensoras da reforma urbana, o país criou uma nova legislação para organizar o espaço urbano em todo o território nacional: a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana.

Segundo o Seminário Nacional de Plano Diretor, realizado no ano de 2004, a aprovação do Estatuto da Cidade tornou-se marco fundamental para a história da gestão urbana brasileira. Com essa regulamentação, seguida por outras iniciativas de extrema relevância, tais como a criação do Ministério das Cidades, há um revigoramento do debate sobre o planejamento e as políticas de desenvolvimento municipal no país, tendo como instrumento fundamental o Plano Diretor Participativo. A entrada em vigor do Estatuto da Cidade dá condições efetivas para a implementação de políticas urbanas de cunho democrático e redistributivo, obrigando todos os municípios com mais de 20 mil habitantes a fazerem ou reverem seus Planos Diretores até 2006.

De acordo com o engenheiro e arquiteto Rui Borba, (funcionário de carreira da Câmara de Vereadores de Joinville, atuando como assessor da Comissão de Urbanismo, Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente), “o IPPUJ deverá assumir o papel de órgão planejador. Faltou alguma coisa por parte do órgão responsável de adequar as nossas normas, afinal não temos plano diretor hoje. O que temos é uma lei de uso e ocupação do solo altamente complexa. E, dessa maneira, é impossível a comunicação vir a defendê-la”.

Dessa forma, para solucionar o problema e atender às premissas do Estatuto da Cidade o governo municipal, do então prefeito Marco Tebaldi, começa a reunir esforços nesse sentido. A iniciativa mais recente foi a instituição do Conselho Gestor do Plano Diretor, no final de julho de 2005.

Para Marcos Aurélio Fernandes (Marquinhos do PT), vereador de Joinville engajado nas questões relacionadas ao planejamento urbano participativo, “por conta da ausência de um plano diretor atualizado e eficaz, o crescimento do município não foi equitativo e gerou uma série de problemas urbanísticos, principalmente na área central, decorrentes da prioridade aos estabelecimentos comerciais e ao fluxo de veículos”.

Nesse sentido, o Estatuto da Cidade considera os preceitos de gestão democrática, justa distribuição dos espaços públicos e privados, sustentabilidade ambiental, participação e implementação das políticas públicas, características estas que obrigatoriamente deverão ser contempladas no Plano Diretor de 2006.

CAPÍTULO II

2.1 Espaços Públicos Urbanos

As grandes cidades, de um modo geral, passaram por muitos processos de transformação no decorrer do século XX. Tais transformações econômicas e sociais deixaram nas diferentes cidades marcas e sinais que representam a sua história, pelo conjunto de valores herdados por seus imigrantes, seus hábitos, suas crenças e os usos que foram sendo impostos ao longo dos anos por toda a sociedade.

Todas as cidades possuem uma esfera pública, pertencente e usada pela coletividade e uma esfera privada, cuja posse e manutenção respondem a interesses de um ou mais indivíduos específicos. No entanto, essa definição entre os espaços públicos e privados, perdeu-se em vários momentos ao longo da história²⁸. Nas cidades medievais, por exemplo, encontravam-se manifestações culturais que contavam com a participação de toda a população. Porém, o surgimento do capitalismo industrial acabou descaracterizando o espaço público, na medida em que, declaradamente, foi impondo novos valores à sociedade. A forma como foram sendo apropriados os espaços físicos, somados aos distintos conteúdos sociais das cidades, acabaram deixando características próprias na vida urbana dos cidadãos.

“A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra o urbano não pode dispensar uma base prático-sensível, a cidade. Se considera a cidade como obra de certos agentes históricos e sociais, isto nos leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou grupos) e o seu produto. Sem com isso separá-los” (LEFEBVRE, 1991, p.49)

Submetida às instancias públicas e privadas por meio do interesse

²⁸ Essa definição tem origem na urbanística grega durante a Antiguidade Clássica. Para os gregos, a àgora era o espaço que inserido na pólis, representava o espírito público desejado pela coletividade da população e onde se exercia a democracia.

mercantil, as cidades vivem em constante transformação.

Para o trabalho, interessa o caráter público desse espaço, que é definido juridicamente, juntamente com o reconhecimento das práticas e os usos por seus habitantes.

Alguns autores consideram a “esfera pública”, um conceito relacionado com o indivíduo e o espaço abstrato, denominado espaço público²⁹. Para Vaz (2005) a passagem do espaço público abstrato ao concreto introduz propriedades derivadas do ambiente, assim como outros atributos. Logo o espaço público urbano torna-se um espaço criado pela interação entre atores em ambiente particular, onde três elementos estão basicamente relacionados: o indivíduo, o grupo ao qual ele pertence e o lugar onde se situam em determinado momento. Com isso, o ambiente do espaço público urbano é destacado e pode estar associado às formas arquitetônicas, bem como às redes viárias, praças, jardins e parques da cidade. Essa especificidade do concreto permite designar as particularidades do local.

Dentre os espaços públicos da cidade, a praça tornou-se a imagem arquitetônica do espaço de interação entre os cidadãos. Desde a criação das cidades de um modo geral, a praça revelou-se um lugar favorável às práticas de sociabilidade. O conceito adotado de praça³⁰ por Macedo e Robba é qualquer espaço público urbano livre de edificações e que propicie convivência, recreação para seus usuários. Seu sentido muda, varia de população para população, de acordo com a cultura de cada lugar. Esse tipo de espaço está associado à idéia dar prioridade ao pedestre e impedir o acesso de veículos, mas esta não é uma regra.

A palavra praça pode ser classificada da seguinte forma:

- Praça-jardim: espaços nos quais a contemplação da formação vegetal e a circulação são priorizadas.
- Praça seca: largos históricos ou espaços que suportam intensa circulação de pedestres.
- Praça azul: praças nas quais a água possui papel fundamental. Algumas belvederes e jardins de várzea possuem tal característica.
- Praça amarela: praias em geral.

²⁹ O conceito de espaço público urbano envolve os lugares abertos da cidade, os lugares acessíveis à livre frequência, à passagem de cidadãos e pessoas desconhecidas. Do ponto de vista das relações de sociabilidade são esses lugares onde ocorrem as mais diversas modalidades de interação.

³⁰ Fonte: MACEDO, Silvio Soares e ROBBA, Fábio; Praças Brasileiras. São Paulo: Edusp, 2002.

Na Europa, até meados do século XVIII, o projeto de praças estava normalmente restrito ao tratamento paisagístico de grandes palácios, nem sempre inseridos no contexto urbano. Os espaços livres existentes nas cidades configuravam-se de forma não ordenada, em geral devido à existência de mercados populares ou entradas de igrejas e catedrais.

As praças historicamente se formaram nas cidades européias, normalmente estão relacionadas com a configuração natural de um espaço livre a partir dos planos de edifícios que foram sendo construídos ao redor de construções importantes, como igrejas, catedrais e prédios públicos.

Já no Brasil, o conceito de praça é popularmente associado às idéias de verde e de ajardinamento urbano. Os espaços públicos similares às praças européias medievais, que normalmente se formaram a partir dos pátios das igrejas e mercados públicos, são comumente chamados de adros ou largos. Por este motivo uma série de jardins urbanos que surgem devido ao traçado viário das cidades (como as rotatórias e canteiros centrais de grandes avenidas) acaba recebendo o título legal de praça, ainda que sejam espaços de difícil acesso aos pedestres e efetivamente desqualificados como praças. Mas quando ela recebe um maior tratamento ou quando resulta de um projeto, costuma possuir equipamentos recreativos, contemplativos tais como: playgrounds, recantos para estar, equipamentos para ginástica e cooper, bancos e mesas, etc.

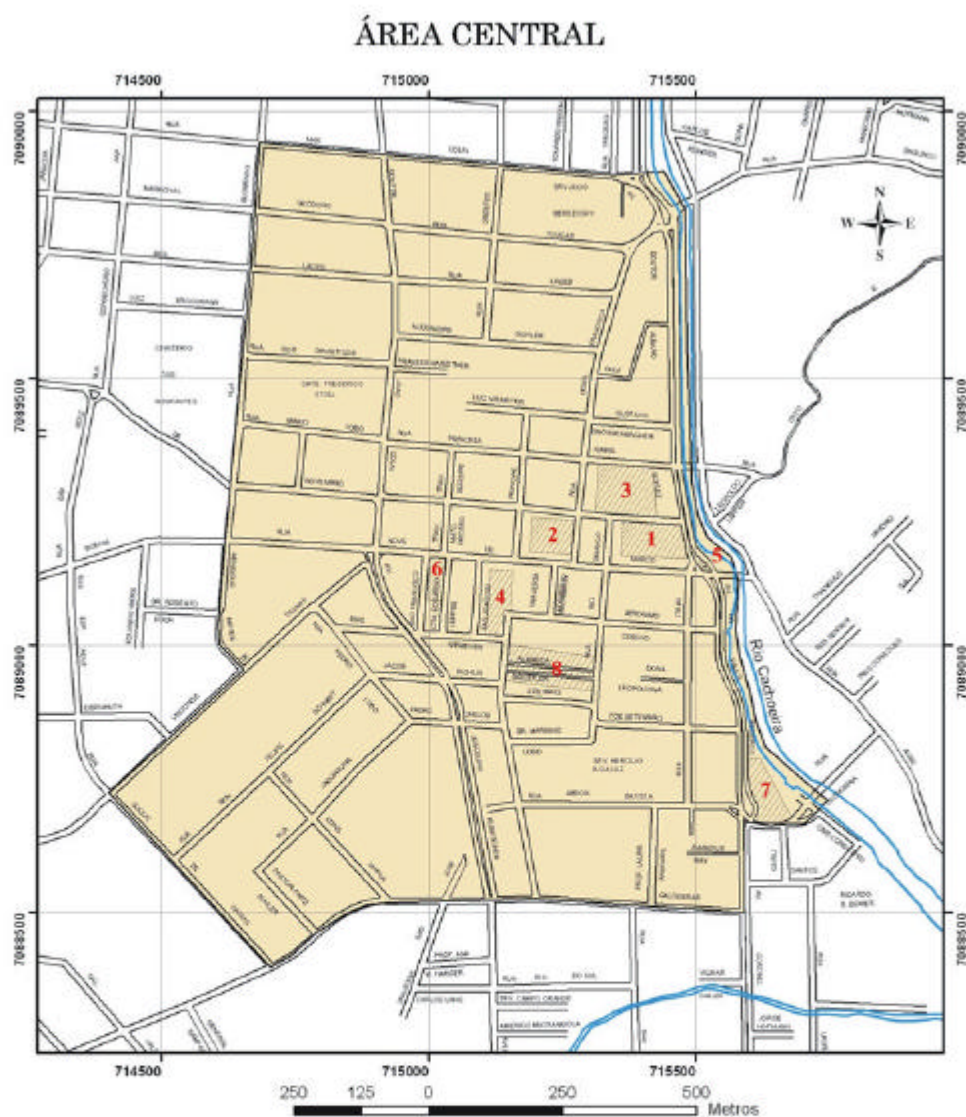
Entretanto, o caráter do uso das praças é diferenciado, dependendo particularmente do porte e das funções predominantes da cidade. Tradicionalmente a praça central em cidades de médio e baixo porte, possui uma forte relação no sentido simbólico do espaço urbano, geralmente por estar localizada no lugar de fundação da cidade ou em razão de sua centralidade.

Na cidade de Joinville, observa-se a existência de praças com variadas funções. Para isso, há necessidade de estudar cada caso em particular, sobretudo pela diversidade de condicionantes que incidem sobre o seu uso.

No presente trabalho, busca-se identificar os espaços, correspondentes às praças situadas na área central de Joinville, bem como as práticas públicas de lazer e, assim, analisar as características urbanísticas e paisagísticas que favorecem essa função. As praças oferecem as melhores condições para essa observação. Além das características espaciais que contribuem para essa valorização é possível consultar documentos históricos que retratam as práticas de lazer nestes espaços desde a fundação da cidade.

2.2 Delimitação dos espaços públicos de Joinville – praças públicas . (figura 06)

Figura 6 – Espaços Públicos de Joinville

**Legenda**

- 1 - Praça Dario Salles
- 2 - Praça da Bandeira
- 3 - Praça Castelo Branco
- 4 - Praça Nereu Ramos
- 5 - Praça Marco Zero
- 6 - Praça Lauro Muller
- 7 - Praça Hercilio Luz
- 8 - Praça das Palmeiras

Figura 7 e 8 – Praça Castelo Branco

Praça Castelo Branco (Correio)



A Praça Castelo Branco, conhecida como a Praça dos Correios, possui uma área de 2.230 metros quadrados. Hoje, além da sede dos correios funciona no local o “Camelódromo” de Joinville.

Abandono: falta de manutenção mostra o descaso com o local.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Figura 9 e 10 – Praça Castelo Branco

Praça Castelo Branco (Correio)



Localizada na Rua-Albano Schulz, possui área de 2.230 metros quadrados. Para a infra-estrutura de lazer a praça conta com 885 metros quadrados de canteiros sendo de área roçada 127 metros e conta com três bancos.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Figura 11 e 12– Praça da Bandeira

Praça da Bandeira (Terminal Urbano)



Localizada na Rua Nove de Março, ao lado do Terminal de Transporte Urbano de Joinville, a Praça da Bandeira é um local de grande circulação de pessoas. Possui área total de 4.200 metros quadrados, sendo 3.735 m² de canteiros. Possui 19 bancos e 5 lixeiras instalados.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Figura 13 e 14 – Praça da Bandeira

Praça da Bandeira (Terminal Urbano)



Eventualmente a praça é utilizada como palco de algumas manifestações políticas e centro de comércio popular.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Figura 15 e 16 – Praça Dario Salles

Praça Dario Salles



Localizada na Rua Nove de Março, com área total de 5.880 metros quadrados, possui 21 bancos e 10 lixeiras. Conhecida como Praça Espelho D'água, hoje encontra-se em completo abandono.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Figura 17 e 18– Praça das Palmeiras

Praça das Palmeiras



Localizada na Rua das Palmeiras, oficialmente chamada de Alameda Brustlein em homenagem a Frederich Brustlein, diretor da Colônia Dona Francisca em 1875.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Figura 19 e 20 – Praça das Palmeiras

Praça das Palmeiras



Palmeiras Imperiais plantadas em 1872. Ao fundo, o Palácio Imperial, residência construída para o príncipe de Joinville.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Figura 21 e 22 – Praça Hercílio Luz

Praça Hercílio Luz (mercado)



Antigo local de desembarque de imigrantes da Colônia onde funcionava a Casa de Recepção.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Figura 23 e 24– Praça Hercílio Luz
Praça Hercílio Luz (mercado)



Localizada na Avenida Beira Rio, a praça que hoje abriga o Mercado Público possui uma área de 5.720 metros quadrados com 1.052m² de canteiros, nove bancos e oito lixeiras. Com a revitalização realizada há alguns anos o fluxo de pessoas aumentou, assim como as atividades no Mercado Público.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Figura 25 e 26 – Praça Lauro Muller

Praça Lauro Muller (biblioteca)



Localizada na Rua Comandante Eduardo Lepper, com uma área total de 5.872 metros quadrados, a praça possui canteiros, alguns bancos, lixeiras e um pequeno parque infantil. A praça também abriga uma feira de artesanato permanente.

Figura 27 e 28- Praça Lauro Muller

Praça Lauro Muller (biblioteca)



A sede do primeiro Corpo de Bombeiros Voluntários que se tem registro no Brasil foi instalada na praça. Anos mais tarde a corporação mudou de local cedendo o espaço para a Biblioteca da cidade.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Figura 29 – Praça Marco Zero

Praça Marco Zero



Localizada na Avenida Beira Rio, próxima a Prefeitura de Joinville, a praça foi construída em homenagem aos 150 anos da cidade. Sua área total é de 1314 metros quadrados, possui 06 bancos e duas lixeiras.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Figura 30 e 31 – Praça Nereu Ramos

Praça Nereu Ramos



Sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joinville (Ipreville), antigo prédio do Correios e Telégrafos. Primeiro edifício em estilo moderno construído em Joinville.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Figura 32 e 33 - Praça Nereu Ramos

Praça Nereu Ramos



Localizada na Rua do Príncipe, Conhecida como Calçadão, possui uma área total de 3.940 metros quadrados, 100 metros de canteiros, 16 bancos e duas lixeiras.

Fonte: IPREVILLE (2005)

2.3 As praças centrais de Joinville

Ao todo foram oito as praças estudadas: Hercílio Luz, da Bandeira, Lauro Muller, Castelo Branco, Dario Salles, Marco Zero, Alameda Brustlein e Nereu Ramos.

A Praça Hercílio Luz, localizada junto ao Mercado Municipal, esquina da Rua Aubé com Avenida Beira Rio, é considerada a primeira praça da cidade. Segundo Ficker (1965) este era o local do desembarque dos imigrantes, conhecido como "Empfangs-Gebäude" (Casa de recepção), entretanto, apenas por volta de meio século depois da fundação da colônia, em 1906, esta área foi ocupada e urbanizada. A área do Mercado Municipal Germano Kurt Freissler foi construída quase meio século depois da fundação da colônia. Pouco mais de três décadas desde a chegada dos primeiros imigrantes, e em decorrência da implantação da estrada Dona Francisca até São Bento do Sul – fundado em 1873 teve início o "ciclo do mate", considerado o primeiro capítulo da história econômica de Joinville.

Com a chegada dos primeiros carregamentos de mate, vindos do Planalto Norte em grandes carroções denominados *saobentowagen*, a área do mercado passou a merecer maior atenção do poder público e de empresários do setor, interessados em estabelecer seus depósitos e casas comerciais naquela região. A partir de 1880, portanto, o local começou a ganhar valor imobiliário. Antes, por ali, apenas amplos terrenos baldios, com áreas alagadiças, diariamente alcançadas pelas marés. Sendo que, até hoje, há inundações do rio Cachoeira na praça.

Na virada do século 19 para o 20, o prefeito Procópio Gomes de Oliveira, que governou Joinville entre os anos de 1903 e 1906, desenvolveu grandes obras de urbanização naquele núcleo urbano. Procópio Gomes inaugurou em 1906 o primeiro mercado público. A obra foi polêmica, porque a população urbana, em torno de cinco mil pessoas, não tinha o hábito de comprar produtos hortigranjeiros e nem mesmo peixes em estabelecimentos exclusivos para isso. Os colonos ofereciam de porta em porta produtos de toda espécie. O "novo mercado" ficava às moscas e nenhum comerciante queria se estabelecer nos espaços oferecidos pela Prefeitura. O prefeito foi muito criticado pela obra. Os

opositores acusaram a Prefeitura de "desperdício do dinheiro do povo". Mas o mercado vinha para ficar. Com o decorrer dos anos e a evolução do comércio do mate entre 1880 e 1918, a área foi inteiramente ocupada por grandes armazéns e depósitos - muitas construções resistem até hoje. O pequeno porto começou a receber maior número de embarcações, incluindo os tradicionais vapores que faziam o transporte de passageiros entre Joinville e São Francisco do Sul. A área passou a receber crescente e permanente fluxo de pessoas.

Na revolução de 1930, ao contrário do que se registrara na revolução federalista de 1893, a área do mercado foi cenário de enfrentamentos militares, com o recebimento à bala de tropas de revoltosos. Acontecimentos dramáticos registraram-se naquela região da cidade, com vários combatentes mortos em diferentes tiroteios.

O prédio do mercado de 1906 foi reformado várias vezes nas sete décadas seguintes à inauguração. No primeiro governo de Luiz Henrique, entre 1977 e 1982, foi inteiramente demolido para, em seu lugar, surgir o atual mercado em estilo enxaimel. Recebeu o nome do joinvilense Germano Kurt Freissler, conselheiro internacional do Lions e diretor da Companhia Antártica, que, muito interessado por este gênero de construção e de comércio, conhecendo dezenas de mercados no Brasil e no exterior, foi homenageado pelo poder público.

Criado em um período onde não havia tanta concorrência como hoje, o mercado funcionava como regulador de preços na cidade, pois os agricultores da região iam até ele fazer suas transações comerciais. Posteriormente, com a inauguração do Ceasa e a instalação de diversos centros comerciais, o mercado perdeu sua função, mas continua até hoje atendendo a população.

Figura 34 e 35– Praça Hercílio Luz

Praça Hercílio Luz (mercado)



A primeira: a praça é a mais antiga da cidade, ponto de chegada dos imigrantes.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Hoje a Praça Hercílio Luz, foto acima, conta com uma área de 5.720 metros quadrados, sendo destes, 1.052,48 metros de canteiros, um palco, nove bancos e oito lixeiras (IPPUJ, 2004). Este local, onde também se encontra um pequeno parque infantil, é muito freqüentado pelas crianças, entretanto o restante da praça é utilizado como passagem de ciclistas e pedestres.

Após a década de 90, o Mercado buscou se adequar aos novos tempos de concorrência acirrada, passando por diversas mudanças que tiveram como objetivo fazer a população voltar a freqüentar o estabelecimento. A partir daí, o Mercado passou a oferecer produtos diferenciados e atendimento especial, além de algumas atividades culturais. Hoje, apresentam-se grupos musicais aos sábados e as quintas-feiras. O mercado abriga também uma escola de chorinho, a Cavaquinho de Ouro, com cerca de 30 alunos, com idades entre 12 e 78 anos. O Espaço do Chorinho, no Mercado Público, é um lugar democrático que acolhe velhos músicos e instrumentistas da região. O instrumentista João Mello faz parte de um grupo que já se tornou popular pelos espetáculos promovidos no mercado. Ele luta pela melhoria da praça da música no local. Todas as atividades culturais são promovidas e realizadas dentro do pequeno espaço do Mercado Público.

No final do ano de 2005, a Praça Hercílio Luz foi revitalizada, a pedido dos comerciantes do Mercado Público. Modernidade e segurança nos novos equipamentos da praça foram os principais quesitos reivindicados por eles. Foi construído um chafariz assentado de pastilhas com uma fina lâmina de água, evitando o acúmulo de resíduos, calçamento para deficientes, um palco com uma lona estendida, bicicletário com capacidade total de 34 bicicletas, canteiros, bancos, lixeiras, barracas para uso dos artesãos que desejarem ali se instalar e iluminação noturna. O playground foi substituído por brinquedos novos.

A área mesmo que revitalizada não está sendo devidamente utilizada para a prática do lazer. Até hoje não foram promovidos eventos significantes para uso do palco e os artesãos não ocuparam as barracas montadas. Provavelmente a localização da praça, ao lado da principal via rápida da cidade, Avenida Beira Rio, contribuiu para esse fato. A praça poderia ter sido planejada, integrando as atividades do mercado bem como valorizando a área de fundos, onde encontra-se o Rio Cachoeira. Nenhuma referência histórica foi observada na praça, visto que o local possui uma grande importância cultural para Joinville.

Na área que estende-se do Mercado Público ao Moinho, existe o projeto de

um cais para a realização de eventos, vida noturna e lazer. Outro projeto é de um parque linear em torno do trilho do trem, partindo do Mercado Público até a Arena Joinville (Estádio de futebol na Rua Inácio Bastos, bairro Bucarein), contudo, há algumas áreas que precisam ser desapropriadas. Na Arena pretendem-se construir um parque ao seu redor, aproveitando a parte histórica, considerando-se que naquela região há sambaquis, segundo entrevista com Sr. Vânio Lester Kuntze, engenheiro responsável pela Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento da Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (IPPUJ).

Em meio às praças abandonadas ou destruídas – tomadas pelo mato, lixo e ferrugem-, a Praça Hercílio Luz ainda se destaca positivamente, por conta da iniciativa privada. O parquinho infantil do Mercado Público foi reformado pelo empresário Ronaldo Teixeira, presidente da Associação dos lojistas do Mercado e dono do Comércio de Pescados Classe A. “Cansado de esperar as melhorias da prefeitura”, Teixeira resolveu investir, sem apoio dos colegas comerciantes, R\$ 5.000,00 na reforma do parque. Fez melhorias nos equipamentos, na jardinagem e na sinalização. E mensalmente, paga R\$ 350,00 para a manutenção. “Estou aqui há 28 anos, tenho amor por tudo isso. Sem esquecer que até quando o mercado está fechado vem crianças de bairros para brincar na casinha com escorregador e nos balanços”, explica.

A Alameda Brüstlein ou Rua das Palmeiras, na figura 36 e 37 abaixo, é um dos cartões postais da cidade, esta localizada em frente ao Castelo dos Príncipes, construído em 1872 pelo arquiteto-construtor Frederico Mueller. Na alameda de entrada para o Palácio foram plantadas palmeiras imperiais. “Em consequência da abertura da Rua Rio Branco, essa alameda foi transformada em via pública com a determinação de Alameda Brüstlein.” (HERKENHOFF, 1981) Servindo apenas como um cartão postal da cidade, o local não oferece nenhum atrativo que faça com que as pessoas não apenas circulem pela praça, mas também permaneçam realizando alguma atividade. De acordo com entrevista com o Sr. Vânio Lester Kuntze, engenheiro do IPPUJ, existe um projeto de revitalização desta área, em que a alameda seria reaberta, obtendo novamente a circulação de pessoas, idéia inicial de seus construtores.

O design Filipe Alandt, entregou um projeto com o objetivo de valorizar o espaço “Rua das Palmeiras”, mesmo sendo um ponto turístico e cartão postal da

cidade, para ele é “necessário instalar postes de luz, bancos e lixeiras para embelezar o espaço, deixando-o mais agradável. Trazendo, assim, no mobiliário a influência dos estados e culturas presentes em Joinville, transformando, dessa maneira, a rua em uma área cosmopolita, onde todos os moradores da cidade se identifiquem”. Para a garçonete Marilda Andrade, que atravessa a rua todos os dias, “nem mesmo a única a lixeira da rua foi consertada”. Segundo a Conurb (companhia de desenvolvimento e urbanismo), a rua esta na lista do inventário de equipamentos para serem adquiridos.

Figura 36 e 37 – Praça das Palmeiras

Praça das Palmeiras



CARTÃO POSTAL: construída como alameda de entrada do Castelo dos Príncipes, é hoje apenas um dos cartões postais do município.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Em 1864, onde hoje existe a Praça ou Jardim Lauro Muller, (figura 38 e 39), encontrava-se a casa do diretor da Colônia Dona Francisca, a qual deu lugar em 1892 à "Freiwilige Feuerwehr zu Joinville" (Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville), a primeira instituição deste gênero no Brasil. Inicialmente, a

corporação foi instalada na Praça Lauro Müller, onde hoje localiza-se a Biblioteca Municipal e, em 1913, os bombeiros mudaram para uma sede própria, na rua Jaguaruna, onde o quartel central permanece até hoje. (Dias;1998).

Figura 38 e 39 – Praça Lauro Muller

Praça Lauro Muller (biblioteca)



JARDIM LAURO MULLER: antiga sede Corpo de Bombeiros Voluntários, a praça hoje divide seu espaço entre as imensas árvores e as barracas dos artesãos joinvillenses.

Fonte: IPREVILLE (2005)

Atualmente a praça, também conhecida como a Praça da Biblioteca Pública, possui uma área de 5.872 metros quadrados, sendo 1.847,82 metros ocupados por canteiros, com dez bancos e lixeiras (IPPUJ,2004).

Na antiga sede da Prefeitura de Joinville, na esquina das ruas Max Colin e João Colin, reformada, existe um projeto, que poderá ser a futura biblioteca municipal Rolf Colin, que seria transferida da Praça Lauro Mueller. Assunto, a pedido do prefeito, está no IPPUJ para elaboração de um projeto. Compra do imóvel pela Prefeitura continua em negociação. Os engenheiros irmãos Cícero e César Dobner criaram um projeto arrojado em termos arquitetônicos para implantação na Praça Lauro Mueller de uma resplandecente torre com área cívica, abrigando a biblioteca e a Fundação Cultural. Projeto está pronto, na gaveta, desde o ano de 2000.

A praça também abriga as barracas da Associação Joinvillense de Artesãos (AJART), sendo este, depois da biblioteca, o principal motivo da ida das pessoas ao local. As barracas da feira ocupam a quase totalidade da praça, não permitindo a realização de outras atividades. O parque infantil também é utilizado, porém há falta de manutenção de seus equipamentos.

Talita Fortes, de nove anos, residente de Curitiba, diz que quando passa as férias escolares com o pai de Joinville, sempre pede para brincar na Praça Lauro Muller. “Gosto de brincar nesse parque da biblioteca porque adoro o balanço”. Murilo de Miranda, oito anos, também diz: “quando a mãe vem para o centro, o parque é parada obrigatória.” No entanto, o parque mesmo sem grandes atrações, - apenas com gangorra, escorregador e balanço-, e em razoável estado de conservação atrai dezenas de crianças diariamente. O parque infantil é hoje um dos únicos na área central.

Segundo o presidente da Companhia de Desenvolvimento e Urbanização (Conurb), Afonso Carlos Fraiz, a Praça Lauro Muller será um dos espaços públicos de Joinville a serem revitalizados este ano. A data não está definida, mas a expectativa das obras é para o segundo semestre deste ano. “Vamos reformar a praça, o que inclui melhorias nos brinquedos, junto com a ampliação da biblioteca pública. O projeto já foi pré-aprovado pelo prefeito (Marco Tebaldi). Só estamos aguardando a Secretaria de Educação se pronunciar para agendarmos o início da revitalização”, informa Fraiz. A entrevista foi concedida em setembro de 2005 e em 2007 não entrou no programa de implantação de áreas destinadas ao lazer e

recreação, projeto do governo Tebaldi para a implantação de parques e estruturação das áreas de lazer em Joinville, com o financiamento de US\$ 14 milhões.

Na Praça Lauro Muller, fica o marco geodésio do município, ou seja, é um ponto de referência geográfica (mais central da cidade), que auxilia no cálculo das distâncias corretas entre cidades, países e outros pontos que se quer encontrar no mapa. Foi feito em um bloco de concreto com formato semelhante a um lápis, implantado para auxiliar engenheiros, cartógrafos e geógrafos. Em seu topo há uma chapa metálica que traz a inscrição "Protegido por lei, de acordo com o Decreto nº 243, de 28 de fevereiro de 1967". "Ele tem sido bastante utilizado como ponto de referência para demarcação de distâncias do centro aos bairros da cidade", explica a coordenadora da biblioteca pública, Maria Nazaré Fabel. No entanto, a população não sabe onde fica e muito menos a sua importância.

A atual praça Nereu Ramos , na figura 40 e 41, até 1930 foi chamada de Praça Carlos Gomes, em homenagem ao compositor brasileiro. Os joinvilenses temiam Nereu Ramos, interventor federal da ditadura Vargas no Estado, que no período da “campanha de nacionalização” entre 1938 e 1945 foi o principal responsável pelo fechamento da “Escola Alemã”, do jornal “Kolonie Zeitung” além de algumas perseguições. Mudar o nome da praça foi a forma encontrada pela elite de tentar agradá-lo. Na década de 30 o local foi reformado e construído o prédio para abrigar os Correios (hoje sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Joinville - IPREVILLE). Localizada à Rua do Príncipe, estende-se por 3.940 metros quadrados, 100,16 metros de canteiros, 16 bancos e duas lixeiras. É uma das praças mais utilizadas, possuindo um dos palcos alternativos da cidade, sendo, por este motivo, local de apresentações de dança do Festival de Dança, onde também é realizada a Feira do Livro de Rua, e outros eventos menores. Também se encontra um bar, que somado com a revitalização da praça, proporcionou uma maior movimentação, tornando-se um local iluminado e agradável.

A Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville (IPPUJ) e o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Joinville (Ipreville) se uniram e fizeram a revitalização da praça Nereu Ramos em quatro meses. Construído nos anos 30 para servir a agência dos Correios e Telégrafos, o edifício - ao lado do Quiosque - foi incorporado ao patrimônio municipal na década de 70 e durante algum tempo abrigou a Secretaria Municipal

de Turismo. Em dezembro de 1998, o Ipreville comprou o imóvel e restaurou seguindo os traços originais. Primeiro prédio em estilo moderno edificado em Joinville, a antiga sede dos Correios fez parte de um conjunto de edifícios arrojados construídos pela estatal em todo o País.

De acordo com o engenheiro Norberto Sganzerla, o projeto de restauração fez mudanças em toda a praça. "O banheiro público foi eliminado, o jardim no entorno do prédio foi refeito e a passagem pelos fundos, resgatada para melhorar o fluxo na galeria do edifício Manchester". Remodelagem no Quiosque, mudanças para um palco menor, retirada do posto telefônico, colocação de defensas e alargamento dos calçadas também foram incrementados.

A praça Nereu Ramos foi praticamente "tirada" do mapa da cidade: restaram apenas quatro árvores tradicionais, duas palmeiras, o palco e a cabina dos taxistas. Essa ação gerou polêmica, já que as antigas árvores foram retiradas. Não houve uma opinião geral de apoio ou repúdio à revitalização pois a população não foi comunicada do projeto. Este fato fez gerar inúmeras dúvidas quanto às obras e a retirada da área verde do local.

Para o motorista Silvio Bertoldo de Andrade, 67 anos, que trabalha há 47 no ponto de táxi da Nereu Ramos. Ainda hoje lembra dos tempos em que cerca de mil pessoas reuniam-se no fim de semana na praça enquanto esperavam para entrar no Cine Colon, que funcionava onde atualmente é o Hotel Colon. Ou de quando havia uma estátua de Olavo Bilac, dos namoros nos bancos de concreto, como era costume ao longo das décadas de 30 a 60. "Não lembro nada de ruim que aconteceu aqui.

A praça sempre foi símbolo de Joinville, mas tudo com o tempo precisa de cuidado. As árvores, por exemplo, estavam caindo em cima das pessoas e dos carros. Por isso, concordei com a reforma". Já o libanês José Akrouche, 76 anos, conhecido ex-comerciante do centro ressalta que "durante a semana, ficava observando a movimentação de máquinas e o trabalho dos operários.

A praça sempre foi um ponto de encontro, lugar de caminhadas e conversas. "Acho bom melhorá-la", comentou. O engraxate Tiago da Silva Costa, 34 anos, há 12 anos trabalhando na praça Nereu Ramos, fala de abandono e dos buracos ao referir-se sobre o lugar público nos últimos anos. Foi a favor da revitalização, no entanto, cobra a plantação de "arbustos prometidos". "Espero que não a deixem como as outras praças", comparou, ao analisar a quantidade de árvores. Pensamento ambiental semelhante tem o artesão Nilton José Padoan, 50 anos. Ele imaginou que algumas árvores poderiam ter sido poupadas.

Figura 40 e 41- Praça Nereu Ramos

Praça Nereu Ramos



Fonte: IPREVILLE (2005)

PONTO DE ENCONTRO: praça de maior movimento da cidade é o principal local de manifestações culturais na área central

O local onde hoje se encontra a praça Dario Salles, (figura 42 e 43), foi o primeiro lugar escolhido pelos imigrantes para a construção de suas casas. Da década de 70 ao início dos anos 80, cedeu lugar a um parque infantil, com vários brinquedos e áreas verde, para a criação dos “espelhos d`água”. Está situada na Rua Nove de Março e possui 5.880 metros, sendo destes, 392,75 de canteiros, 21 bancos e 10 lixeiras. Por localizar-se próximo ao terminal de ônibus há um grande fluxo de pessoas durante o dia, sem que, seja realizada alguma atividade de lazer, além de ser considerada durante a noite um lugar perigoso, desestimulando ainda mais os passantes a permanecerem no local. O Sr. Vânio Lester Kuntze,(engenheiro civil responsável pelo IPPUJ) citou ainda que um projeto será iniciado nesta praça, tendo o objetivo de gerar uma circulação sadia, porém nada consta referente a instalação de equipamentos de lazer.

Projetos de leis já foram discutidos entre os vereadores e aprovados em 2005. Tânia Eberhard (vereadora PMDB) é a mentora do projeto para a transformação da Praça Dario Salles e do Pavilhão de Esporte Abel Schulz (anexo à praça) em um parque inclusivo de lazer, adaptando o local aos portadores de necessidades especiais. Ela ressalta que “em áreas de lazer e de integração social, Joinville está muito carente. As famílias precisam de espaços que ofereçam qualidade de vida.” Mesmo havendo unanimidade na aprovação do projeto e autorização do executivo para melhoria nas praças de Joinville, até hoje não foram iniciados os planejamentos. A única informação que se tem no órgão responsável, IPPUJ, são projetos gráficos, ou seja, desenhos feitos no computador.

Transformar a Praça Dario Salles em uma pista de skate também é uma antiga reivindicação de aproximadamente 800 skatistas da cidade. A aspiração virou um projeto, já entregue em mãos ao vice-prefeito, Rodrigo Bornhold, segundo Juliano Jaboesk e Fabrício Corrêa. Os idealizadores afirmam que “a praça se tornou um lugar morto e triste da cidade e ainda que a transformação em espelhos d`água na década passada foi um grande equívoco, já as piscinas de águas são perigosas para a transmissão de dengue ou doenças como a leptospirose”.

Figura 42 e 43– Praça Dario Salles

Praça Dario Salles



DESCASO: além de não possuir nenhum atrativo de lazer, o descaso tornou a praça um local abandonado e perigoso

Fonte: IPREVILLE (2005)

A mais nova praça é a do Marco Zero, (figura 44), inaugurada dia nove de março de 2001, é considerado o maior marco da comemoração do Sesquicentenário da cidade. Localizada na Avenida Beira Rio, às margens do Rio Cachoeira, constitui o marco zero do município, ou seja, é o local onde desembarcaram os primeiros imigrantes da colônia de Hamburgo. Possui uma área total de 1.314 metros, seis bancos e duas lixeiras (IPPUJ, 2004).

O designer César Dobner é o idealizador e criador do monumento que dá nome à praça, trata-se de uma obra em concreto armado, com 75 toneladas, com 20 metros de comprimento de altura, que conta a trajetória da cidade nos 150 anos passados. Nele estão representados a Alameda Brüstlein (Rua das Palmeiras), monumento aos colonos, carroções, chaminés de indústrias, estação ferroviária, bicicletas, danças, orquídeas, casa enxaimel.(NEVES, 2000) É um ponto bastante visitado da cidade, onde há movimentação constante de turistas (principalmente no mês de julho, em virtude do Festival de Dança) mesmo que apenas para observar o monumento e tirar fotos. Para a comunidade, no entanto, por estar situada numa via rápida constitui apenas mais uma área de passagem.

Figura 44– Praça Marco Zero

Praça Marco Zero



MARCO ZERO: mesmo com uma obra de arte que lembra a trajetória da cidade ao longo dos anos, para a população é apenas mais uma paisagem.

Fonte: IPREVILLE (2005)

A Praça Castelo Branco, (figuras 45 e 46), em frente aos Correios, também localizada na Avenida Beira Rio, com 2.230 metros de área total e 885,04 metros de canteiros, hoje é ocupada, quase em sua totalidade, pelo “camelódromo”. Sua movimentação fica exclusiva ao comércio.

Figura 45 e 46 – Praça Castelo Branco

Praça Castelo Branco (Correio)



Fonte: IPREVILLE (2005)

E, por fim, a Praça da Bandeira, (figuras 47 e 48), na qual o artista Fritz Alt deixou sua “interpretação pessoal do pensamento coletivo” em um monumento inaugurado no aniversário de Centenário da cidade, em 9 de março de 1951 e que Heinzelmann (1991) definiu como

um grupo escultórico trazendo uma mulher de olhar temeroso e perplexo quanto ao que via, sentada sobre o baú onde trazia algumas recordações do passado na Europa, de onde havia também trazido um punhado de terra, colocado ao seu lado direito.”

Localizada próximo do Terminal Urbano, na Rua Nove de Março, tem sua área total em 4.200 metros, 19 bancos e cinco lixeiras (IPPUJ, 2004). É uma área ampla e ociosa, sendo a segunda maior praça da cidade. Essa praça também tem como principal função apenas a passagem de pedestres e ciclistas, nem mesmo o monumento acima citado é devidamente valorizado e por muitas vezes, nem é notado.

Como a praça esta situada ao lado do terminal de ônibus urbano de Joinville, são realizadas alguns eventos com o intuito de atrair os passantes. Nela, há registro de inicio de passeatas, greves, comícios, shows populares, manifestações cívicas, movimentos religiosos entre outros.

Figura 47 e 48 – Praça da Bandeira

Praça da Bandeira (Terminal Urbano)



DIA-A-DIA: Por estar ao lado do terminal urbano o movimento de pessoas pela praça é intenso. Porém, poucos sabem da importância histórica do local para Joinville

Fonte: IPREVILLE (2005)

2.4 Resgate do lazer e cultura em Joinville

Como observou-se anteriormente, o processo histórico-cultural joinvillense foi bastante marcado pelas heranças germânicas. Muitos atributos comuns desses imigrantes foram sendo incorporados ao cotidiano da cidade. No início, as manifestações culturais retratavam bem cada momento vivido por esses colonizadores. Recém-chegados, logo demonstravam saudades de sua pátria, pois tudo direcionava para a criação e o fortalecimento da cultura trazida da Alemanha.

Para Michel de Certeau (1995,p.146) a manifestação individual ou coletiva sempre tem um caráter cultural, pois representa “a superfície de uma unidade social que ainda não encontrou sua própria consistência político-cultural”. Assim, no primeiro período da história de Joinville constata-se o vigor do “deutschum³¹”, no qual a diversidade cultural prevalece nas instituições de nacionalidade alemã, vinculando a cultura à pátria por meio da língua e das tradições que são transmitidas para os descendentes. Esse contato era a garantia de que as tradições fossem preservadas e disseminadas, tornando a aparência da cidade cada vez mais germânica.

Tanto que em 1856, surgia a “Gesangverein Helvetia” (Sociedade dos Cantores Helvetia) e em seguida a “Harmonie Gesellschaft” (Sociedade Harmonia). Em 1858 surgiam também a “Deutscher Turverein zu Joinville”(Sociedade Ginástica de Joinville) e a “Sangerbund” (Liga dos Cantores). Nasciam, também, outras agremiações, entre as quais a “Kulturverein” (Sociedade Cultural), “Schuetzenverein zu Joinville (Sociedade de Atiradores de Joinville), a “zur Bruedersadt” (À Fraternidade), assim como já estavam em atividade a Loja Maçônica “Deutsche Freudschaft” (Amizade Alemã) (THIAGO, 2001, p.17), além dos salões de eventos onde aconteciam apresentações de teatro amador, concertos e bailes com artistas vindos da Alemanha. Essas apresentações culturais acabavam se deslocando para os espaços públicos do

³¹ Deutschum representa as qualidades específicas da etnia alemã, produto do desenvolvimento físico, espiritual que são herdadas. (Seyferth, Giralda. Nacionalismo e Identidade Étnica. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p.126)

centro da cidade, com o objetivo de divulgar as atrações a serem apresentadas nos salões.

No início do século 20, “o apego à nacionalidade era ainda muito presente. Foi forte o abalo psicológico e cultural na pequena Joinville quando a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) interrompeu por algum tempo essa possibilidade, com a proibição das apresentações e do uso do idioma alemão”. (THIAGO, 2001,p. 18)

Porém, no decorrer desse processo histórico, a nacionalidade germânica era incorporada à cidadania brasileira, acentuando-se com o crescimento e desenvolvimento econômico da cidade.

Nos anos seguintes, a movimentação cultural continuou intensa na cidade, com a vinda de importantes espetáculos artísticos nacionais e internacionais. Estes eventos acrescentavam um toque de brasilidade à cultura europeia do início da colonização. A partir de 1938, com a ditadura Vargas, a experiência da política nacionalista reforça esses movimentos, porém sem conseguir apagar totalmente as heranças culturais germânicas. Na década seguinte o cinema tornou-se espaço das apresentações culturais, transformando-se em um hábito bastante comum para boa parcela da população joinvillense.

Passada a censura política do período, a produção cultural foi diminuindo em Joinville, apesar de toda a infra-estrutura existente para a época. Esse fato pode ser correlacionado com o processo de desenvolvimento econômico de Joinville e com o próprio contexto evolutivo do capitalismo no Brasil³².

Em decorrência das transformações econômicas da cidade, surge na década de 50 a Festa das Flores³³, até hoje tradicional exposição joinvilense, com objetivo de projetar a cidade no cenário nacional. Foi também nessa fase, mais precisamente no período de 1940 a 1964 que foi criada a praça Hercílio Luz, conhecida também como a Praça do Mercado, a primeira do município. No local, que hoje cede espaço para a praça Nereu Ramos, havia uma figueira e um coreto, no qual, a banda do 13º Batalhão de Infantaria apresentava-se todos os

³² A partir do período Vargas (1930-1945), intensifica-se a industrialização brasileira, estimulada pelo próprio Estado. O desenvolvimento do capitalismo industrial faz surgir novos valores sociais, contribuindo para a modernização das cidades em geral.

³³ A Festa das Flores, um dos mais conhecidos eventos da cidade foi criada em 1936. Houve um período (de 1960 a 1990) em que a festa atraiu um número expressivo de turistas, sendo designada como “cidades das flores”. Ela é realizada anualmente em novembro e esse ano será a 68ª edição.

domingos à tarde. Conforme o historiador joinvillense Apolinário Ternes: “essa atividade movimentava a praça, sendo o lazer da juventude, conhecido como *footing*. Outros locais de lazer também já faziam sucesso na época, a Sorveteria Polar (*Rua 15 de Novembro*), a Confeitaria Drietrich (*Rua Princesa Isabel esquina com Rua do Príncipe*), o Cine Colon (*Rua São Joaquim*) e a Sociedade Ginástica (*Rua dos Ginásticos*)” com o clube de tiro e coral. De acordo com o historiador a primeira movimentação na praça foi na Lauro Muller, onde, mais tarde, foi construído o Bar do Éden, famoso ponto de encontro da época (século XIX- de 1851 a 1951). Segundo ele “em 1951, inicia-se o processo de industrialização de forma excepcional e por essa opção diminuíram as áreas de lazer”.

A partir do Século XX – até 1970, surgiram os times de futebol América e Caxias, e seus estádios logo tornaram-se muito freqüentados pelos joinvillenses. A bicicleta transformou-se em um instrumento de transporte e lazer (1960), inclusive é desta época que vem a fama do município como cidade das bicicletas, pois eram aproximadamente 120.000 pessoas que a utilizavam. Geralmente aos domingos pedalavam para a área rural (Cubatão) e faziam piquenique.

Paradoxalmente na década de 60, em pleno regime militar, surgiram na cidade grupos de teatro com críticas indiretas à política, os quais são logo desmantelados pela policia militar. É nessa década que a economia de Joinville alcança um maior crescimento, mudando a composição populacional com a vinda de mão-de-obra para as indústrias.

No entanto, apesar do centro da cidade possuir uma intensa movimentação, era notadamente freqüentado pelas classes média e alta. Não há registro de atividades sócio culturais significativas que não fossem destinadas às classes mais abastadas.

No final dos anos 60, com a criação dos primeiros cursos de nível superior na cidade, o ambiente universitário propicia uma nova etapa de reflexão e discussão acerca das características culturais de Joinville. Esse clima favoreceu a consolidação dos primeiros espaços para exposições artísticas e culturais, que apesar de aberta a todas as camadas sociais, respondia apenas aos anseios das classes média e alta. Desde então, percebe-se uma ausência de políticas públicas de lazer que favoreçam a participação das camadas populares.

Para Apolinário, o lazer a partir de 1970, ficou concentrado em *shoppings* e a principal utilidade das praças passou a ser a realização de comícios políticos. “Quem

tem poder aquisitivo viaja para as praias e o restante permanece em suas casas”. Apolinário acredita que o principal fator que mudou o comportamento da sociedade é a grande presença, tanto de homens quanto de mulheres, no mercado de trabalho, acarretando, além da falta de tempo, o cansaço e o comodismo da televisão, somando-se a esses fatores, a falta de equipamentos nas praças. Afirma também que o comportamento da sociedade modificou o espaço.

Assim como a década de setenta foi favorável às artes plásticas, os anos oitenta mostravam-se promissores com as artes cênicas. Além da criação do Festival de Dança em 1983, o teatro ganhou espaço institucional. (Thiago,2001). Porém, apesar da existência de grupos teatrais universitários e da magnitude do Festival de Dança, Joinville não se destacava por tradições culturais próprias.

Os anos 90 foram marcados por intensas transformações, não só em Joinville, mas em todo o mundo, decorrentes do processo de globalização. Essas mudanças deixaram a cidade estagnada no que se refere ao aspecto cultural. Apesar de usar insistentemente o status de pólo cultural, os governantes da cidade ignoraram as políticas públicas de lazer e cultura até o início do século XXI. Tal fato pode ser comprovado pelo apelo da população à nova gestão e aos projetos futuros para a cidade.

A baixa frequência dos joinvilenses nas praças centrais do município é decorrente não apenas da ausência de incentivos por parte do setor público para a utilização destes espaços, mas remonta também às origens desta cidade de colonização germânica.

A forte influência da colonização germânica, com maioria protestante, fez com que a maioria de sua população valorizasse o trabalho em detrimento do lazer. Tal fato que tem sua explicação na própria ideologia do trabalho se reflete atualmente no cotidiano da cidade, onde as praças são utilizadas apenas como áreas para circulação de pessoas. Mesmo nas praças onde há equipamentos de lazer, tais como: os palcos (Praça Hercílio Luz e Praça Nereu Ramos) e/ou os parques infantis (Praça Hercílio Luz ou Praça Lauro Müller) não há um incentivo por parte do setor público para a sua utilização no tempo livre da população. Existem sim, projetos de revitalização destas áreas, que têm como diretriz a humanização do espaço urbano com prioridade ao pedestre, à preservação do patrimônio histórico como forma de estimular o turismo, ao desenvolvimento de atividades econômico-culturais, conforme depoimento do engenheiro Sr. Vânio

Lester Kuntze, responsável pelo IPPUJ. Ainda segundo o engenheiro, não há nenhum plano de melhorias ou implantação de novos equipamentos de lazer nestes locais.

A revitalização das praças públicas já foi discutida pelos vereadores. Duas monções sobre o tema foram encontradas, e aprovadas em 12/07/2005. O propósito das monções era fazer com que as praças fossem espaços seguros de lazer para as famílias e para que as praças não servissem como pontos de drogas e vandalismo.

O autor da monção, o vereador João Luiz Sdrigotti (PMDB), disse que “falta uma política mais agressiva de recuperação e manutenção”, mas concorda que deve haver união entre comunidade, associações e secretarias regionais. Outra monção aprovada em 24/02/2006, destaca a recuperação das praças de Joinville. “Nossa cidade é conhecida como cidade das flores e as praças são um problema” justificou Sdrigotti, ainda citou a praça Dario Salles. “Hoje o local é para andarilhos, antigamente já foi palco de muitas crianças”. O vereador ainda pediu “para que o executivo municipal desenvolva políticas públicas para a melhoria de todas as praças, visto que é sempre um pedido da comunidade”.

O projeto de revitalização da área central abrange 33 áreas, no entanto duas obras já foram executadas, algumas ainda estão em fase de planejamento e outras o projeto já está pronto, porém sem data para a execução.

Entre elas, a obra de revitalização da praça Dario Salles, (do espelho d’água), no centro da cidade, que deveriam começar em agosto de 2003. A intenção da Prefeitura, através da Conurb, é conseguir, com o Projeto Parceria Verde, empresas patrocinadoras para os 130 espaços urbanos. A proposta é que cada parceiro assine contrato para manutenção das áreas verdes, cooperando financeiramente com o projeto. A empresa participante pode optar por patrocínios nas categorias bronze (pequenas praças), prata (médias), ouro e diamante (grandes praças). As praças, jardins, canteiros e áreas de lazer de Joinville serão administradas pela Prefeitura, através da Conurb Parques, empresa ligada à Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville (Conurb) . O prefeito Marco Tebaldi disse que a nova empresa terá como tarefa principal solucionar uma antiga deficiência da cidade: a falta de parques comunitários. No entanto até hoje a empresa não foi criada e mesmo o IPPUJ tendo a intenção de revitalização da área, não existe nada de concreto, mas há interesse em desenvolver um projeto objetivando a circulação

sadia de pedestres. Em relação aos espaços e equipamentos de lazer não foi mencionado como prioridade no planejamento.

O planejamento, como forma de desenvolvimento social, não tem dado a devida atenção à qualidade de vida na área urbana de Joinville. A constante adaptação da cidade ao automóvel e à circulação de mercadorias é o elemento fundamental que os planejadores levam em consideração ao analisar o espaço urbano, relegando a um plano secundário a comunidade local e suas necessidades, que deveriam ser norteadoras das ações do poder público. De modo especial o lazer é pouco considerado por tratar-se de uma atividade desvalorizada na sociedade capitalista na qual a produção é o elemento primordial. Por outro lado, há que se considerar ainda, que as classes mais abastadas podem praticar o lazer, visto que elas dispõem de recursos para tanto, porém o lazer das camadas populares precisa de políticas públicas específicas. E em especial, na cidade de Joinville, percebe-se a ausência destas políticas e até mesmo da utilização dos espaços existentes no centro urbano.

CAPÍTULO III

3.1 Histórico do Lazer

Ao longo da história humana a conquista do tempo livre esteve diretamente ligada à conquista do poder. Primeiramente possui-lo para depois organizá-lo, usufruí-lo e até manipulá-lo. Segundo Foucault (1979), o tempo livre é produzido historicamente, em meio às tensões e contradições do desenvolvimento dos modos de produção. Assim, é necessário entender as transformações³⁴ que a divisão do trabalho provocou nas sociedades a partir da Revolução Industrial.

Para a antiga civilização grega, o trabalho era considerado uma atividade inferior, enquanto o desfrute do tempo livre, associado ao prazer da alma, era privilégio das classes dominantes. Os filósofos gregos, entre eles, Aristóteles, Platão, Heródoto, Cícero e Xenofonte eram unânimes em encarar a escravidão como uma lei natural em que os escravos eram utilizados para livrar os cidadãos das tarefas servis, permitindo assim o exercício da contemplação intelectual. (LAFARGUE; 1999). De acordo com Do Carmo (1992, p.19), “para o pensamento grego, a beleza e a verdade do universo só advêm com a quietude requerida pela contemplação, que possibilita a interrogação filosófica, característica da faculdade humana”.

A mesma aversão dos gregos nobres ao trabalho irá permanecer até a Idade Média nas sociedades aristocráticas, nas quais a riqueza e a posse de terra eram consideradas as condições de liberdade e poder. O trabalho era visto em sua totalidade como indigno para o homem de qualidade, cuja atividade era

³⁴ Pode-se argumentar que foram muito distintos os processos históricos que por um lado, levaram determinadas sociedades a assumirem uma conduta voltada para a acumulação de riquezas, porém por outro lado, o processo pelo qual as massas foram obrigadas a se submeter à disciplina do trabalho foi sem dúvida a grande transformação derivada da Revolução Industrial.

dedicada ao pensamento, à direção dos negócios políticos e religiosos.

Há praticamente uma inversão de valores entre a Idade Média e o Renascimento, com a crescente supremacia do “fazer sobre o saber”. Nesse período despontam a admiração pelo trabalho e o valor dele, principalmente o artesanal e o artístico.(DO CARMO, 1950) O trabalho manual resgata o desprezo a que o mundo antigo o havia lançado. No entanto, no transcorrer do século XVI, irão germinar as primeiras sementes do trabalho livre, sendo o capitalismo como elemento implementador do crescimento econômico e das riquezas. Para Engels (s.d.), esse momento de transição foi marcado por três fatores: a Reforma na Alemanha, a Revolução Burguesa na Inglaterra e a Revolução Francesa.

Com os reflexos dos problemas advindos dessas revoluções, a Revolução Industrial intensifica a mudança dos modos de produção provocada pelo início do capitalismo no mundo.

Segundo Santos (1988, p.52)

na transição do feudalismo para o capitalismo, quando as terras pertencem aos senhores feudais, a cidade aparece como lugar do trabalho livre. O burgo, lugar onde o trabalho livre é possível, concentra os artesões, o pedreiro, o alfaiate, mas também os comerciantes. Neste lugar, a cidade se diferencia do campo, entre outros motivos, pela possibilidade desse trabalho livre. A cidade aparece então como uma semente da liberdade; gera produções históricas e sociais que contribuem para o desmantelamento do feudalismo.

Com a Reforma Protestante ocorrida no século XVI, os ensinamentos religiosos começavam a serem difundidos na Europa e principalmente na Alemanha. Essa paulatina mudança fica evidenciada no estudo do sociólogo alemão Max Weber, sobre a ética protestante. Nessa ideologia, os princípios morais iam ao encontro com os ideais do capitalismo e cujos princípios enfatizavam a fé reforçada pelo trabalho. Para o protestantismo, era condenável o desfrute dos bens e tudo o que disso provinha, como a ociosidade e as tentações da carne. O tempo não deveria ser desperdiçado, pois era considerado dádiva divina. A maior produtividade no trabalho e a recusa ao luxo deram origem a um estilo de vida que influenciou indiretamente o espírito capitalista, criando um clima propício para a acumulação de capital. O trabalho era a melhor oração de êxito e prosperidade e por meio dele se garantiria a entrada no “Reino de Deus”. (DO CARMO, 1992, HOBBSAWN, 2000; LAFARGUE, 1999).

No século XVIII, com a obra “A Riqueza das nações” do filósofo escocês

Adam Smith, o trabalho é ressaltado como o início da riqueza. Portanto, os verdadeiros produtores são os trabalhadores e os ociosos não produzem nada. (BRUHNS, 2002) As fábricas, geradas pela concentração de trabalhadores e máquinas desenvolvem novos sistemas de produção e gestão, dentre os quais destacou-se o *taylorismo* e o *fordismo*. Na acumulação de capital a classe trabalhadora industrial expande-se rapidamente e com ela surgem as cidades.

A Revolução Industrial, com o trabalho em migalhas³⁵, alienantes³⁶, dos operários, especialmente nas grandes fábricas de montagem, fez do trabalho a maldição descrita do mito do pecado original. Diz George Friedmann, “daí por que reserve (operário) suas melhores forças, sua energia, para o que fará depois do trabalho”. (YURGEL, 1983)

Assim, os economistas clássicos e os democratas se apropriam da idéia e passam a referenciar o valor e a importância do trabalho como fonte de enriquecimento. Com essa ideologia capitalista, cria-se a divisão do tempo, havendo uma cristalização da jornada de trabalho e do tempo livre.

A partir da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo teve um notável período de prosperidade econômica (1948-1973 – fase de expansão do capitalismo), no qual a ascensão social e o modo de vida das pessoas de forma geral melhorou. A necessidade de proteção ao trabalho fez com que sedimentasse legislação específica aos direitos sociais.

Esse fato toma corpo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada em 1948, que no seu artigo nº 24 estabelece as férias remuneradas a todos os trabalhadores, o que é reforçado na Carta Social Européia. (RODRIGUES, 1999, p. 106) A partir daí multiplicam-se convenções internacionais que irão culminar em novas versões dos direitos trabalhistas e sociais.

No Brasil, durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-45), adota-se uma série de medidas de cunho social em defesa dos trabalhadores que deriva com a

³⁵ A organização capitalista do trabalho gera uma quantidade de tempo de trabalho excedente que é apropriado pelas classes dominantes sob a forma de mais valia. Essas classes têm tempo livre à vontade e o usufruto de riquezas, enquanto as camadas trabalhadoras acabam utilizando suas forças no trabalho e na sobrevivência de sua família, visto que elas enfrentam péssimas condições de vida advindas dessa organização.

³⁶ Marx ressaltava em seus manuscritos que a sociedade de forma geral decorre da alienação do trabalho, visto que o trabalho não é voluntário, senão imposto; é trabalho forçado. Não é, pois, a satisfação de uma necessidade, senão apenas um meio de satisfazer algumas necessidades à margem do trabalho.

promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que institui o salário mínimo, a aposentadoria, a jornada de oito horas diárias, férias e etc...

Com isso, prosseguiu-se uma mudança muito significativa na distribuição do tempo dedicado aos afazeres cotidianos, à educação, ao trabalho e ao ócio. A tendência atual dos países centrais do capitalismo é seguir uma linha descendente na jornada de trabalho com objetivo de diminuir as taxas de desemprego e garantir uma melhor qualidade de vida. Mesmo sendo uma questão polêmica e conflituosa, principalmente nos países em desenvolvimento, pois não se tem a garantia da fruição desse tempo livre, que segundo Dumazedier são pautadas pela questão: "O tempo liberado será utilizado para o florescimento ou para a degradação da personalidade?" (DUMAZEDIER, 1999, p. 21)

Nesse sentido, nunca o lazer atingiu tal grau de importância como na sociedade atual, apesar de ser encontrado de várias formas ao longo da história humana. No entanto, afirmam algumas teorias, que após a Terceira Revolução Industrial, a automação veio para diminuir as horas despendidas no trabalho, proporcionando o aumento do tempo livre. Assim, as pessoas passam a utilizar o tempo livre, isto é, o lazer, em atividades que divirtam, enriqueça ou estimulam seus desejos.

Apesar do lazer surgir dentro do universo do trabalho e em oposição a ele, é somente no tempo livre que o lazer se manifesta. Para tanto, foi necessário entender a relação do trabalho dentro do processo histórico do surgimento e crescimento das cidades, pois no modo de vida rural não havia padrão de tempo a ser definido como tempo livre. As regras eram ditadas pelos ciclos da natureza e pelas fases de plantio e colheita.

No entanto, a necessidade do tempo de lazer sempre esteve presente na vida do ser humano, variando de significado conforme os momentos históricos e os modos de produção. Porém, de acordo com SANT'ANA (1994, p. 15);

(...) foi principalmente no espaço urbano e industrial que o tempo passou a ser concebido e vivenciado segundo uma divisão produzida historicamente, na qual há o tempo de trabalho – que é vendido ao patrão – e o tempo livre- que é comprado pelo trabalhador para realização de outras atividades não necessariamente ligadas ao trabalho, como descanso e a diversão.

Para Yurgel (1983, p. 18), a noção do tempo livre não se liga, necessariamente, à noção de lazer, e sim, o tempo que sobra depois das obrigações indispensáveis e da satisfação das necessidades vitais. Cada qual preenche a seu modo, de acordo com um estilo de vida pessoal e segundo ao

grupo em que pertence, o lazer. A própria origem da palavra LAZER patenteia essa variedade de opções; vem do latim LICERE, ser permitido, isto é, ser lícito escolher a maneira de aproveitar, ou seja, liberdade de escolha.

De Grazia (1966) demonstra como lazer e tempo situam-se em dois mundos diferentes, uma vez que todos podem ter tempo livre e nem todos podem ter lazer. O tempo livre é democrático e realizável, enquanto o lazer não é totalmente realizável. Todos desejam, mas nem todos conseguem alcançar.

A partir dos questionamentos surgidos nas sociedades, o fenômeno do lazer passa a receber valores e interpretações variadas, de acordo com o contexto que ele está inserido. Para que isso venha a ser refletido nas sociedades, foi necessário conhecer o universo de significações que refletem a organização do tempo livre e origem do termo lazer. Levando em consideração os confrontos sócio culturais sob suas diversas formas, com aspectos contraditórios, não mais configurados como algo sobre o qual a história pode agir, mas como ela irá se adaptar às práticas sociais que compõem e estabelecem as relações econômicas, políticas e sociais.

O lazer apresenta-se como um elemento central da cultura vivida por milhões de pessoas, possui relações profundas e complexas com todos os grandes problemas oriundos da divisão do trabalho e das práticas sociais. Para entender sua concepção não se estabelecerá uma definição unânime de seu tema, pois segundo Dumazedier (2001, p. 21): “o lazer é uma realidade fundamentalmente ambígua e apresenta aspectos múltiplos e contraditórios” Portanto, serão apresentados os ideais do pensamento sociológico e os conceitos ligados a fenomenologia do lazer, nos quais a pesquisadora acredita e que são necessários ao desenvolvimento do trabalho.

As teorias são pontos de partida essenciais para inspiração e compreensão do fenômeno lazer, visto que é fundamental analisar a complexidade e amplitude da área, objetivando aproveitar ou refutar as contribuições presentes no estudo do lazer.

O lazer, associado ao trabalho, ócio, recreação, tempo livre, etc, sempre foi assunto entre as correntes filosóficas desde a Grécia antiga até os dias atuais. Os gregos, pioneiros em aproveitar o tempo social, chamado de *scholé*, significando lazer e contemplação do ócio voltado à educação própria, foram exercendo uma certa influência nas sociedades. Esse fato acabou sendo uma

referência no privilégio de tempo livre ligado à conquista de poder.

Posteriormente, a civilização romana difundiu essa concepção grega de um modo de vida assentado no lazer. Percebe-se nas palavras derivadas do latim como *negotium* (nada de ócio) e *tripalium*, de trabalho (instrumento de tortura), bem como as demais palavras latinas permeadas de referências aos prazeres da vida lúdica em contraposição ao peso do trabalho. (CAMARGO, 1986)

No entanto, a era cristã que sucedeu na história do ocidente, acabou por inverter os valores daquelas sociedades. Com o tão conhecido lema “o trabalho dignifica o homem”, enquanto a ociosidade é a “mãe de todos os vícios”.

Para o catolicismo o trabalho era honroso desde que não houvesse acúmulo de riqueza material. Com os princípios do puritanismo protestante a valoração do trabalho era fundamental à conquista da moral norteadora da vida do homem. Após as teorias vindas da religiosidade ocidental, influenciada pela Revolução Industrial e pelo espírito do capitalismo, temos uma educação e uma especialização orientadas para o trabalho.

Por outro lado, no final do século XIX o militante político Paul Lafargue escreve seu manifesto em elogio à preguiça³⁷, incentivando o ócio como condição para o desenvolvimento físico, psíquico e político (LAFARGUE, 1999).

Para o estudioso das ciências sociais, De Grazia (1998), o ócio é o estado de estar livre da necessidade de estar ocupado, incluindo todas as obrigações essenciais da sociedade. Esse conceito aproxima-se dos que são preconizados pelos sociólogos nos tempo atuais em que o lazer é um tempo para livre escolha das atividades que mais agradam. Marx também defendia um ideal democrático de acesso ao lazer, desde que o homem tivesse exercido anteriormente sua função laboral.

Na obra Teoria da Classe Ociosa de Thorstein Veblen, considera-se o trabalho apenas aquele desenvolvido braçalmente, discriminando as ocupações que desprezam a atividade manual. Para ele, lazer e ócio são sinônimos e são desfrutados apenas pelas classes dominantes que se apropriam do lazer como forma de exibição de seu supérfluo. Logicamente esse conceito é excessivamente restrito, no entanto, numa análise mais aprofundada, ele pode

³⁷ Trata-se da obra O Direito à Preguiça, na qual embora o tema demonstre o elogio da preguiça como condição para o desenvolvimento físico, psíquico do proletariado, Lafargue tem como pressuposto principal o significado do trabalho no modo de produção capitalista.

ser demonstrativo dos valores criados pela indústria do consumo. Para comprovar tais afirmações pode-se recorrer aos dados de crescimento do turismo do mundo, sendo ele uma atividade conquistada pelo tempo livre. De acordo com a WTTC 2004 (World Travel Tourism and Council), o turismo é um dos setores que mais crescem no mundo e já representa 10% do PIB global. Movimentou US\$ 4,5 trilhões em 2003, e ultrapassou até mesmo indústrias tradicionais como petróleo e energia.

O lazer não foi tema prioritário nas obras de Michel Foucault, porém as atividades de lazer ligadas aos cuidados do corpo contribuíram para intensificar o zelo, a saúde e ao bem-estar social. Apesar dessa prática nos dias atuais ser voltada muitas vezes ao consumo de inúmeros serviços e produtos e não prioritariamente em nome dos cuidados de si. Foucault inspirou a problematizar as atividades humanas, especialmente aquelas que propõem funções motoras e prazer, em desenvolvimento humano e social.

As contribuições do radical E. P. Thompson partem do pressuposto que a sociedade industrial foi produzida pelo capitalismo e que o capitalismo organizou as atividades de trabalho e não-trabalho. De acordo com o ponto de vista desse socialista, o lazer era visto sob uma perspectiva negativa, controlada por parte do capitalismo industrial. Muitos autores discordam dessa idéia, pois nem todas as pessoas são controladas pelo tempo industrial.

David Riesman foi um dos pioneiros a conceituar o lazer orientado às práticas valorativas do homem e da sociedade. Em outras palavras, o lazer era objeto da interação social construída pela sociedade. Essa idéia contraria o uso do tempo livre no Renascimento, quando o tempo liberado era fonte de valorização interior.

A partir de Joffre Dumazedier, sociólogo francês de grande influência nos estudos do lazer no Brasil, vê-se o tempo de lazer como um produto de duas revoluções modernas: de uma revolução técnico-científica, que permitiu ao trabalhador produzir mais com menor tempo de trabalho, e de uma revolução ético-estética, que colocou os valores de lazer como uma nova referência para o cotidiano e para a sociedade. (CAMARGO, 1998).

Para ele, o tempo de lazer era um campo novo de trabalho e com interesse central baseado na sociologia. No entanto, assenta-se no resgate grego de *scholé* - tempo livre para educação e desenvolvimento cultural. A busca dessa

educação deriva de uma multiplicidade de atividades como: artísticas, manuais, intelectuais, associativas, artísticas. Segundo o autor, “o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.” DUMAZEDIER (2001, p. 34). Por essa razão, segundo ele, vivemos em uma revolução do tempo livre e ainda caminhamos para o desenvolvimento do campo de estudo do lazer.

Diferentemente de Dumazedier, o filósofo Maffesoli preconiza uma nova sociologia, voltada ao estudo do fenômeno lazer vivido no cotidiano, sem levar em consideração conceitos pré-existentes. Para ele o cotidiano é o lugar por excelência da sociabilidade, um lugar com vida e fecundidade que escapa às análises reducionistas da identidade. Dessa forma, os grandes valores são colocados de lado, na busca desses “pequenos nada da vida que constituem de fato o qualificativo” (MAFFESOLI, 1984, p. 152) É uma visão que nos aponta para as cenas da vida cotidiana, marcada por microatitudes, cenas efêmeras e pontuais que se compõe como fios de um tecido social... Insignificantes, isolados, tecidos dia-a-dia, dão a consistência da cotidianidade. Considerando a sociabilidade enquanto modo de ser da vida cotidiana, Maffesoli ressalta a importância das experiências sociais para a história, por meio das relações de amizade, de vizinhança, formas de vestir, de morar, hábitos culinários, práticas amorosas entre outras.

Da mesma forma a idéia de cotidiano é referência nas reflexões de outro sociólogo chamado Henri Lefebvre.

(...) a obra tem levado alguns pesquisadores a conceberem o cotidiano como algo que, na realidade, não pertence ao indivíduo, mas sim como uma característica das sociedades, sendo, portanto, algo que diz respeito às estratégias de regulação da vida, sendo também uma categoria de análise do modo de agir e de produzir de cada coletividade, visto por cima, no prisma das instituições que costuram o fazer diário das pessoas. Estas instituições são, para este pensador, os elementos mediadores da vida cotidiana, que teriam o Estado como seu representante de maior importância. (LEFEBVRE *apud* PORTUGUEZ, 1998, p. 14)

Mas, sobretudo a partir do surgimento da sociedade pós-moderna, a mudança dos modos de produção, tecnologia e informação transformam os

símbolos e valores das sociedades. Assim, para Marcellino (1996, p. 48) “a importância do lazer passa a ser considerada como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para as mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social”.

Contrariando a posição de todos os pensadores que refletiram sobre o lazer, o sociólogo italiano Domenico De Masi (2000) ressalta que o peso do trabalho sobrepõe ao lazer em nossa sociedade. O autor defende a inversão dos valores atualmente referendados ao trabalho. Para ele o tempo ocioso é imprescindível à atividade criadora e inventiva na produção de bens e serviços da sociedade pós-moderna. Na verdade, ele resgata o ócio da cultura grega para explicar o tempo livre despendido no desenvolvimento pessoal e social, mas agora como fonte produtiva à sobrevivência do ser humano. O sociólogo crê nesse sentido que a experiência vivida no trabalho tende cada vez mais a associar-se com o lazer. No futuro, segundo ele, não será mais possível separar o trabalho do lazer, pois as atividades do primeiro serão freqüentemente associadas ao segundo na medida em que o predomínio do trabalho criativo tornaria a vida laboral prazerosa e satisfatória. O lazer não seria, então, a única experiência prazerosa na vida dos indivíduos.

O trabalho não determina o lazer apenas no que diz respeito ao tempo disponível, conforme já foi descrito por outros autores. Determina também quanto ao tipo de experiência vivida pelos indivíduos no lazer. Autores como Jost Krippendorf (2000), que tratam da “humanização das viagens” ou da “humanização do lazer”, mostram que o principal problema das experiências vividas no lazer reside no tipo de situação vivenciada pelos indivíduos com o trabalho e com a rotina diária.

Como apresentado acima, o lazer sempre esteve presente nas sociedades, variando com os modos de produção e principalmente com o crescimento das possibilidades de consumo de bens e serviços. De acordo com Marcellino (2001, p. 5), são duas correntes antagônicas que abordam o tema lazer:

uma que enxerga o lazer cada vez mais como mercadoria, como mero entretenimento a ser consumido, ajudando a suportar, a conviver, com uma sociedade injusta e de insatisfação crescente; outra que vê como gerado historicamente na nossa sociedade, e que dela emerge, podendo na sua vivência, gerar também, no plano cultural, valores questionadores da própria ordem estabelecida.

Os três pilares que compõe o lazer proposto por Dumazedier: entretenimento, descanso e desenvolvimento social, para Marcellino (1996, p. 24);

o entretenimento corresponde ao “lazer mercadoria” enquanto os outros são importantíssimos a qualidade de vida das pessoas. No senso comum, são relacionados o descanso e o divertimento, deixando de lado os valores de desenvolvimento pessoal e social.

Para o presente trabalho, parto do conceito de lazer de Marcellino (1996, p. 5) enquanto instrumento de mobilização, participação social e cultural, elementos-chave para qualidade de vida de um povo. No entender do autor, a respeito das outras contribuições, considera-se lazer como:

- 1) Cultura vivenciada no ‘tempo disponível’ das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, combinando os aspectos tempo e atitude;
- 2) Fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências na estrutura social vigente;
- 3) Um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuem para mudanças de ordem moral e cultural;
- 4) Portador de um duplo aspecto educativo – veículo e objeto de educação.

Para a pesquisadora o lazer adquire importância devido ao papel que suas funções exercem sobre o indivíduo, principalmente como fator de reparação da deterioração física e mental, provocada pelo trabalho. Apesar de melhoradas as condições de trabalho dos cidadãos, principalmente nos grandes centros urbanos, a distancia da habitação, o barulho, a poluição visual e mais as obrigações cotidianas determinam a necessidade de recuperação das energias. Esse reabastecimento pode ser por meio do descanso, divertimento e principalmente pela participação social.

O lazer melhora a qualidade de vida no sentido de um enriquecimento cultural, utilizando-se um tempo diário de modo inteligente, Mas mais do que isso, o lazer pode ser considerado uma melhoria da qualidade de vida no sentido biológico, social e cultural. Logo, o lazer é um “indicador” objetivo do bem-estar social de indivíduos e/ou comunidades”. (SANTINI, 1993, p. 74)

3.2 O Lazer como atividade produtiva

Conforme a curva descendente da jornada de trabalho e dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, a sociedade pós-industrial apresenta-se com perspectivas de ampliação do tempo livre. Embora seja discutida a veracidade desse fato, o lazer é fruto da ampliação desse “tempo de ócio”, para Rodrigues (1997, p. 106), considerado um fenômeno da sociedade contemporânea, em particular das sociedades pós-guerra.

O lazer então como processo e produto da cultura do trabalho está sendo discutido e analisado em todas as esferas da sociedade, possibilitando a ampliação do mercado até então incipiente. Sob o ponto de vista mercadológico, a recreação, atividade derivada do lazer, tem sido uma alternativa promissora para a geração de emprego e renda para as sociedades.

A diferença entre lazer e recreação reside na escolha das atividades exercidas. A grande diferença está na liberdade por sua escolha, sendo a recreação naturalmente impulsionada. (SANTINI, 1993).

De fato, ao observar o crescimento da demanda por bens e serviços de lazer após a Segunda Guerra Mundial nota-se uma elevada ascensão. O tempo disponível foi um dos fatores responsáveis pelo crescimento do lazer em geral e do turismo em particular. Esse crescimento é visível nos dados estatísticos usados recorrentemente para mostrar a tendência ao desenvolvimento da atividade de lazer e a importância dos recursos econômicos e sociais que essa atividade movimentava.

A classificação das atividades de lazer é muito variada, tal o número de opções. Na teoria sobre o assunto encontram-se as formas mais diferenciadas, segundo o critério que se adota ou os estereótipos que são definidos como lazer. Para analisar a evolução do lazer em Joinville foram adotados os parâmetros de Luiz Octávio de Lima Camargo, apresentados em seu livro “O que é lazer?”.

1) Atividades físicas de lazer: Aqui se incluem as caminhadas, a ginástica, o esporte e atividades correlatas, executadas de maneira formal ou informal, em

espaços tecnicamente planejados, como pistas, academias, estádios, ou não-técnicos, como ruas, residências, terrenos baldios, praias.

O desejo de exercitar-se fisicamente, de colocar-se em forma é o denominador comum destas atividades, não obstante predomine, para alguns, o interesse estético do movimento no esporte e na ginástica-dança, ou na contemplação da natureza e das pessoas nas caminhadas. Para outros, há também um forte interesse associativo nessas atividades, na medida em que é difícil separar interesse físico do desejo de estar com o grupo de amigos ou de paquera pura e simples. A caminhada é, ainda, para algumas pessoas, a busca da solidão, do prazer de estar consigo mesmo, desde que não se trate de um isolamento socialmente imposto.

2) Atividades manuais de lazer: A designação não é das mais corretas. Como atividades ligadas ao prazer de manipular, explorar e transformar a natureza. É a nostalgia dos elementos naturais, a terra, a água, a madeira, o metal, os animais, dos quais o homem urbano-industrial se isolou, em seu meio ambiente de asfalto, concreto e cimento ou em um trabalho que mexe apenas com materiais reciclados e transformados. A isso se acrescenta o cansaço das pessoas com o tudo-pronto que se consome, no dia-a-dia.

Entre as populações que vieram recentemente do campo, essas atividades podem constituir um semi-lazer, na medida em que evitam gastos ou incorporam ganhos financeiros. Nas classes médias, sobretudo entre a parcela mais inovadora, chega a constituir um estilo de vida, no qual a própria produção manual é uma crítica ao consumismo.

O ato de criar com as próprias mãos é cheio de simbolismos. As mãos são fonte de expressão não apenas gestual, como prática de transformação de coisas. Restituir-lhes esta prática por uma sociedade que as substituiu por instituições e fábricas é, para muitas pessoas, uma necessidade importante.

3) Atividades artísticas de lazer: Às vezes, o lazer manual é uma fonte de expressão artística. Mas não necessariamente para toda a população. Quando se fala em interesses artísticos, ressalta-se a busca do imaginário, do sonho, do encantamento, do belo, do fazer-de-conta.

Por atividades artísticas, entendem-se habitualmente a prática e a

assistência de todas as formas de cultura erudita conceituadas como arte, tais como cinema, teatro, literatura, artes plásticas, etc. Essas atividades não fazem parte do universo cultural da maioria da população. Mas, como imaginar que alguma pessoa consiga algum equilíbrio na vida cotidiana, sem seu espaço de sonho, de aventura, de encantamento, de beleza?

Esse espaço é encontrado numa série de outras atividades, que também devem ser consideradas artísticas, tais como a decoração da casa, por simples que seja, as roupas, a maquiagem e, principalmente as festas. Todo gênero de festas.

4) Atividades intelectuais de lazer: O lazer é um tempo precioso para o exercício do conhecimento e satisfação da curiosidade intelectual, em todos os campos, seja pela da conversação aparentemente banal com os amigos, seja, pelos meios de difusão eletrônica, seja pela consulta especializada.

5) Atividades associativas de lazer: Em todas as atividades de lazer, pode existir um forte conteúdo de sociabilidade, expresso no contato com amigos, parentes, colegas de trabalho ou de bairro. Fala-se, contudo, em atividades associativas de lazer, para exprimir o interesse cultural centrado no contato com as pessoas. As atividades aqui vão desde as formas de semi-lazer doméstico, como jogos e passeios com os filhos, visitas a parentes e amigos, até a freqüência a grupos e até mesmo, finalmente, a freqüência a associações e movimentos culturais, aqui já encontravam-se no limiar da ação político-partidária.

6) Atividades turísticas de lazer: O interesse cultural central dos indivíduos que buscam este gênero de atividades é a mudança de paisagem, ritmo e estilo de vida. De todas as atividades de lazer, o turismo é certamente a que mais provoca ansiedade nos indivíduos. Conhecer novos lugares, novas formas de vida e, além de tudo, poder num curto período alterar a rotina cotidiana, utilizando o tempo nobre de férias e fins de semana, tudo isso supõe um conjunto de atitudes que normalmente deveria merecer menos descaso por parte da sociedade.

De acordo com o exposto acima, verifica-se que o lazer se realiza e tem significado quando existe a adesão e o envolvimento das pessoas com a

experiência vivida. Essa adesão pode se dar em iniciativas individuais ou oriundas, segundo Bramante (1992), de quatro setores: público, semi-público, semi-privado, privado. Para o proposto trabalho será enfatizado o setor público como responsável em incentivar e assegurar o direito constitucional ao lazer e suas possibilidades culturais à população.

Ao analisar as praças centrais de Joinville descritas no capítulo anterior, buscou-se conhecer as atividades produtivas do lazer adotadas por CAMARGO (1998) a fim de caracterizar as práticas de lazer mais utilizadas pelos cidadãos. A partir disso chegou-se às seguintes conclusões:

Dentre as oito praças abordadas pelo presente trabalho, em nenhuma delas foi identificado a possibilidade de Atividades Físicas de Lazer. A falta de espaços tecnicamente planejados, como pistas, aparelhos de ginástica, entre outros, não oferece condições para que a população as usufrua para esse fim. O mesmo acontece com as Atividades Manuais de Lazer, ou seja, aquelas ligadas ao prazer de manipular, explorar e transformar a natureza, com o objetivo lúdico ou de distração do homem urbano-industrial.

Já no que diz respeito às Atividades Artísticas de Lazer, registrou-se na praça Nereu Ramos a maior concentração deste tipo de atividade. No local há um palco onde, periodicamente, são realizados shows de música, peças teatrais e apresentações variadas. Recém reformada, a Nereu Ramos possui uma ampla área livre, o que propicia aos artistas de rua um lugar perfeito para suas performances. É nessa praça também que, durante o Festival de Dança de Joinville, alguns grupos se apresentam para o público. Vale destacar que na Praça da Bandeira também são realizados alguns shows e manifestações musicais, mas não com a frequência com que se realizam na Nereu Ramos.

Para Conrado, “o lazer é um tempo precioso para o exercício do conhecimento e satisfação da curiosidade intelectual, em todos os campos, seja através da conversação aparentemente banal com os amigos, seja, através dos meios de difusão eletrônica, seja através da consulta especializada”. Essas são características associadas às Atividades Intelectuais de Lazer e encontradas na Praça da Bandeira. Talvez beneficiada pela localização (central e ao lado do terminal urbano) a praça tem uma característica muito própria e que melhor reúne esse tipo de atividade. É no local que fica o Monumento ao Imigrante, uma homenagem às pessoas de todas as raças que ajudaram a construir Joinville.

Coincidentemente é ali que acontecem os maiores exemplos de manifestações intelectuais registradas nas praças avaliadas. De comícios políticos a cultos religiosos. De manifestações populares e sindicais aos diálogos calorosos e despretensiosos sobre os mais variados assuntos, é na Praça da Bandeira que a expressão do intelecto exprime as suas diversas facetas, mesmo que ainda singelas.

É nas praças Lauro Muller, Nereu Ramos e Hercílio Luz, que se pode encontrar algum sinal de Atividades Associativas de Lazer. Com um mínimo de estrutura para esse fim, como mesas de jogos (dama e xadrez) e *playground*, essas praças atraem a população, favorecendo a sociabilidade e a atividade ao ar livre.

Entre as oito praças analisadas, duas delas oferecem, tanto à população como aos turistas que visitam Joinville, Atividades Turísticas de Lazer bem evidentes. Uma é a Praça das Palmeiras que, com o seu conjunto de palmeiras real e um belo jardim que leva ao Museu de Imigração, é um dos principais cartões postais da cidade e ajuda a contar um pouco da história do município. O mesmo acontece com a praça do Marco Zero. No local existe um monumento em forma de barca para lembrar o local onde os primeiros colonizadores da então Colônia Dona Francisca aportaram, vindos da Alemanha. Ainda no que se refere às Atividades Turísticas de Lazer pode-se mencionar a Praça Lauro Muller e a Hercílio Luz. Ambas possuem uma feira de artesanato permanente com produtos de artesãos locais.

3.3 Políticas Públicas de Lazer

As mudanças vindas do mundo do trabalho a partir da Revolução Industrial, aprofundadas com os avanços da informática, comunicação, enfim, da tecnologia, foram condicionadoras para o melhor aproveitamento do tempo, ou seja, a busca de uma melhor qualidade de vida. A essa demanda, até então reprimida, os direitos sociais como o acesso ao lazer, foi sendo questionado e

exigido pela sociedade.

Ainda que, em virtude das transformações oriundas da sociedade pós-industrial apresentar perspectivas de ampliação do tempo livre, somente recentemente tem-se refletido sobre as necessidades e os valores do lazer. O lazer, como processo e produto dessa necessidade, faz com que as propostas sejam discutidas e incluídas nas ações governamentais da cidade.

No entanto, as políticas públicas de lazer, ao contrário de outros setores sociais organizados, acabam por ficar à mercê da sensibilidade dos governantes. Infelizmente, na maioria das cidades³⁸ essa prática social não é revertida em bens e serviços públicos em prol da sociedade de forma geral. Para tanto, é necessário que as políticas públicas sejam efetivamente pensadas de forma democrática e participativa. Tudo isso pressupõe que deve-se questionar as ações muitas vezes politiqueras e paliativas geradas nas secretarias de governo.

Porém, segundo Maia (2003, p. 91);

não existe, em políticas públicas, uma receita pronta e acabada que caberia em qualquer comunidade. É preciso levar em consideração as diferenças regionais, a diversidade cultural, a vontade política dos gestores públicos, a capacidade de envolvimento de recursos humanos do setor, os recursos financeiros, materiais e os equipamentos disponíveis.

Enfim, a atuação das políticas públicas de lazer deve estar vinculada à realidade local, sendo também construída coletivamente com base nas preferências dos cidadãos.

Além disso, o acesso ao lazer é facilitado quando a população sabe como e onde aproveitar seu tempo livre. Para isso precisa-se organizar, divulgar e estimular essa fruição, cabendo principalmente às políticas públicas essa tarefa.

Para Marcellino (2001, p 11),

falar numa política de lazer significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo; significa falar em redução de jornada de trabalho – sem redução de salário, e,

³⁸ No passado, um empecilho suplementar ao lazer na maioria das cidades era devido a sua configuração não estar adequada aos acessos públicos, como praças, logradouros e outros espaços que pertenciam e eram de usos privativos. Os espaços das cidades eram basicamente tomados por ruas, casas, fábricas e estabelecimentos comerciais. Não havia interesse público ou privado em promover o lazer das massas trabalhadoras. Ao contrário, a preocupação era no sentido de controlar o tempo livre do trabalhador limitando as atividades que ele pudesse desenvolver, pois havia o interesse de que ele preservasse suas energias para o trabalho. O Estado, as igrejas e os empresários apareciam freqüentemente aliados no propósito de consumir esse controle.

portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de transporte urbano etc.; significa, também, falar numa política de reordenação do solo – urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno; e, finalmente, numa política de formação de quadros, profissionais e voluntários para trabalharem de forma eficiente e atualizada. Resumindo: o lazer tem sua especificidade, inclusive como política pública, mas não pode ser tratado de forma isolada de outras questões sociais.

Assim, cabe às equipes do planejamento urbano tratar o lazer de forma a fazerem governos e instituições de toda a ordem colaborarem para que os recintos públicos se tornem locais propícios ao desenvolvimento social, nos aspectos culturais e tradicionais da prática do lazer da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Localizar e analisar as principais áreas públicas destinadas ao lazer ao ar livre da população da maior cidade de Santa Catarina, a partir da evolução espacial do seu núcleo central ao longo dos anos é uma experiência única, marcada pela fascinante determinação dos primeiros colonizadores em construir um novo lar e pela pujança econômica que sempre ditou o crescimento da cidade.

O desenvolvimento de Joinville, principalmente aquele que marcou o início do processo colonizador, se assemelha muito ao processo histórico de outras cidades no Brasil e em todo o mundo, ressalvadas as particularidades relativas à proporção, contexto e tempo. A industrialização de Joinville vinculou-se às complexas relações econômicas, sociais e espaciais inter e extra-regionais, concernentes ao próprio contexto evolutivo do capitalismo no Brasil, notadamente após a Revolução de 1930.

O que torna esse fenômeno até certo ponto peculiar – não que isso seja uma particularidade de Joinville – é que um rico e intenso processo de desenvolvimento, ditou as regras tanto de crescimento da população e das atividades econômicas, como da ocupação e estruturação das áreas públicas de lazer. Com o passar do tempo, a estrutura primária de colônia cedeu lugar à cidade. Assim, as necessidades econômicas definiram a estrutura social, o espaço físico, principalmente da área central, foi apropriado primordialmente pelas atividades que favorecessem a produção. Isto somado a mentalidade herdada dos imigrantes germânicos que com sua ética protestante do trabalho, desprezam o ócio em troca da prosperidade financeira.

E é essa participação relativa dos protestantes na propriedade do capital, em empresas comerciais e industriais, pode em parte ser explicada pelas circunstâncias históricas, nas quais a filiação religiosa não poderia ser apontada como causa da condição econômica, mas sim, até certo ponto, resultado desta.

Ou seja, a ideologia moral e capitalista ligada ao sentimento religioso, fez com que a educação fosse voltada a atmosfera do trabalho e do ambiente familiar, estimulando o afastamento de prazer proporcionado pelo lazer.

A percepção de que a cidade representa a materialização de uma sociedade constituída a partir de uma divisão social e técnica do trabalho, expressadas em uma organização espacial que lhe confere características particulares também pode ser percebida ao longo da pesquisa. Em suma, a forma de encarar o trabalho moldou o joinvillense quanto à sua forma de relacionamento com as pessoas e quanto à maneira de ocupar seus momentos de ócio. Vê-se, pois, que as diferentes formações sócioespaciais definem, em razão de características, naturais, históricas, econômicas e socioculturais, a prática do lazer.

A partir disso é possível chegar a uma conclusão de causa e efeito. Ou seja, se por um lado o poder público ao longo dos anos não aperfeiçoou ou criou novos equipamentos de lazer, bem como promoveu poucas ações para esse fim, por outro lado, uma parte da população passou a encarar as suas atividades de lazer de uma outra forma, buscando alternativas talvez para suprir a carência desses espaços públicos, ou até mesmo por conta de um processo naturalmente evolutivo de novas ofertas de divertimentos e condições materiais derivadas da mudança de cotidiano da sociedade pós-moderna.

A intensidade de toda a atividade industrial de Joinville, caracterizou a cultura sócioeconômica da cidade, resultando em um progresso contínuo, mas ao mesmo tempo deixando-a cada vez mais deficiente em termos de espaços públicos. Para Santos, “o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade” (SANTOS, 1997, p. 49). Dessa forma, na definição da organização do espaço urbano de Joinville, a função produtiva, ou seja, a industrial, teve um papel muito mais significativo, o que relegou a um plano secundário a localização dos espaços públicos.

O que se pôde observar é que, em Joinville predominou claramente uma visão capitalista com nítida diferenciação de classe, inclusive na prática do lazer, visto que as classes mais abastadas tinham suas próprias formas de lazer. A organização sócioespacial da cidade aconteceu de acordo com as necessidades de consumo desse espaço pela população. A isso, somados os fatores

econômicos, políticos, sociais e culturais provenientes de seus cidadãos.

A apropriação do espaço central da cidade pelo setor de serviços, instituições e comércio em geral fez com que os espaços públicos para interação social fossem se distanciando das áreas centrais devido ao grande interesse econômico pelas mesmas. Por outro lado, os espaços destinados a esse fim localizados no centro da cidade perderam, pouco a pouco, as suas características funcionais em razão do rápido crescimento econômico da cidade.

A isso alia-se a ausência de políticas públicas de lazer e o abandono desses locais, em especial as praças analisadas no desenvolvimento deste trabalho. Um exemplo dessa dissonância do poder público pôde ser registrado no final do ano de 2004, quando a prefeitura de Joinville determinou a abertura da rua do Príncipe, no centro da cidade, em um trecho de aproximadamente 70 metros destinado a um calçadão – onde inclusive era realizada aos sábados uma feira de artesanato – para o tráfego de veículos.

E é em ações como essa que as políticas públicas de lazer, ao contrário de outros setores sociais, ficam à mercê da sensibilidade dos governantes. Eventualmente o que se vê ressurgindo é o aumento das discussões sobre o tema e uma maior cobrança por parte da população para a instituição de mais espaços para o lazer. Contudo, é necessário que as políticas públicas sejam efetivamente pensadas de forma democrática e participativa. Por não existir uma receita pronta e acabada para cada comunidade, a atuação de políticas públicas deve estar vinculada à realidade local, sendo também construída coletivamente com base nas preferências dos cidadãos.

Pode-se observar também que as características espaciais do ambiente, sobretudo aquelas ligadas às dimensões físicas das praças estudadas, poderiam desempenhar um papel importante para a atividade de lazer desde que houvesse políticas públicas para o setor privilegiando sobretudo as classes menos favorecidas. Tais características contribuem como dispositivos para a valorização e utilização desse espaço. O conjunto de elementos, ou seja, a forma física auxilia no melhor aproveitamento e na maior aproximação dos indivíduos. A praça passa a ser o espaço mais adequado para as práticas de sociabilidade realizadas em público, entre elas, a função de lazer, desde que possuam condições particulares para o exercício de tal função ou desde que a utilização destes espaços seja incentivada por iniciativas do poder público.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rufino Porfírio. **Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira: o estudo da companhia industrial.** 1979. Dissertação de Mestrado (História econômica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ATLAS Ambiental da Região de Joinville. **Complexo Hídrico da Baía da Babitonga.** Coordenação: Joachim L. W. Knie, Florianópolis: FATMA, 2001.

BRAMANTE, Antonio Carlos. **Recreação e Lazer: o futuro em nossas mãos.** In: MOREIRA, Wagner. Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas, 1992.

BRUHNS, Heloisa Turini (org). **De Grazia e o lazer como isenção de obrigações.** In: Lazer e ciências Sociais. São Paulo: Chronos, 2002.

CAMARGO, Luiz O. de L. **O que é lazer.** São Paulo: Moderna, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de Investigação em Sociologia Urbana.** Lisboa, Presença, Martins Fontes, 1979.

CAMPEHAUDT, Luc Van, QUIVY, Raymond. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Gradativa, 1998.

_____, **The Rise of the Network Society.** 1996.

CAVALETT, Lauci Aparecida. **O integralismo e o Teuto-Brasileiro: Joinville 1930-1938.** 1998. Dissertação (Mestrado em História do Brasil Meridional) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização.** 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Ática, 7. ed. 2003.

CULINARIA GLOBALIZADA BY CARMEM. Disponível em <<http://www.bycarmem.com.br>> Acesso em 10 maio 2005.

DE GRAZIA, Sebastian. **Tiempo, trabajo y ocio.** Madrid: Editorial Tecnos, 1966.

DO CARMO, Paulo Sérgio. **A Ideologia do Trabalho.** São Paulo: Moderna, 1992.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço Geográfico.** São Paulo: Difel, 1982. *L'Espace géographique* (título original) Trad. Heloysa de Lima Dantas.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo SP: Perspectiva, 2001.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. 2. ed. Joinville, SC: Ipiranga, 1965.

FOUCAULT, Michel. **O poder e a norma in: Chaim Samuel Katz (ed) Psicanálise, poder e desejo**, 1979.

SILVA, Marcos Aurélio. As origens da burguesia industrial e o tipo de evolução capitalista do nordeste catarinense. **GEOSUL. Revista do Departamento de Geociência Universidade de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas**. Florianópolis. v.1 n.1, 1986.

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUEDES, Sandra P.L. de Camargo. **Histórias de (I) migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville, SC: UNIVILLE, 1998.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e Industrial do Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau, FURB, 1987.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

_____. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo — para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Editora Aleph, 2000.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **O Conhecimento do Cotidiano**. Lisboa: Vega, 1984.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro. v. 27, n.3, jul./set. 1965. p.389-481.

_____, **Indústrias. Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

_____. **Industrialização brasileira, passado e presente**. Relatório de tempo integral da Universidade de São Paulo, 1988.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer: Uma introdução**. Campinas SP: Autores associados, 1996.

_____. Nelson Carvalho. **Formação e desenvolvimento pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas**. Campinas SP: Papirus, 2003.

_____. Nelson Carvalho. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. Nelson Carvalho. MAIA, Lerson F. dos Santos. **A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas**. Campinas SP: Papirus, 2003.

_____. Nelson Carvalho. **Políticas públicas setoriais de lazer**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: LTC 7. ed. 1982.

_____. **O capital: crítica da economia política**. vol. 1 trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. Tradição e Plano Urbano. **Estudos da Geografia Urbana de SC**. Florianópolis, 1991.

_____. O Plano de Joinville: um capítulo de geografia urbana. **Revista Vida Nova**. Joinville, SC, v.3, n.28/30, jan./mar.1951.

PIAZZA, F.Walter. **A Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PIMENTA, Margareth de Castro. **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo: algumas reflexões acerca das questões conceituais no estudo geográfico do cotidiano do turismo. **Revista Cátefra**. Colatina; Ano I, n. 1, 1998.

PRADO, Caio Jr. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1975.

RANGEL, Ignácio. **Dualidade e Ciclo Longo**. Florianópolis, 1983. 11p. Trabalho apresentado na 4^o Semana de Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina de 23 a 28 de maio de 1983.

RICHTER, Klaus. **A Fundadora de Joinville: Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo**. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de SC. Florianópolis, 3^o fase n. 4. 1982/3

_____. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau.** Florianópolis, UFSC; FURB, 1986.

ROCHA BRUSKE, Dinorah Luiza de Melo. **A Área Central de Joinville: sua configuração atual e aspectos de seu processo de expansão entre 1950 e 2001.** 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações.** Florianópolis: [s.n], 1997.

RODOWICZ, Oswiecimsky, Theodor. **A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil.** Florianópolis: UFSC, 1992.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço – Rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANT'ANA, Denise Bernuzzi de. **O Prazer justificado: história e lazer.** São Paulo, 1969,1979. Ed: Marco Zero, 1994.

SANTINI, Rita de Cássia Giraldi. **Dimensões do Lazer e da recreação – Questões espaciais, sociais e psicológicas.** São Paulo: Angelotti, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo - razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. De Souza, Maria Adélia A; Silveira, Maria Laura (organizadores) **Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Espaço e Sociedade (Ensaio).** Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Mundos do Trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico – científico e profissional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do Séc XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSE, Lino. **Praça Lauro Muller.** 2005. 1 fot., preto e branco. 10cm X 15cm.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Povoamento, Imigração e Colonização. A Fundação de Blumenau e de Joinville.** Joinville, 1983.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Trad. Sérgio G. de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí - Mirim.** Porto Alegre: Movimento, 1974.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TERNES, Apolinário. **A Construção da Cidade.** São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEBLEN, Thornstein. **A Teoria da classe ociosa.** São Paulo: Pioneira, 1965.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1992.

_____. **Historia Economica General.** México: Fondo de Cultura Econômica, 1942.

YURGEL, Marlene. **Urbanismo e lazer.** São Paulo: Nobel, 1983.

ZAMPIERI, S. L., CADORIM, A. B., *et al.* **Delimitação Física das áreas com Potencial para o Desenvolvimento da Agropecuária no Município de Joinville (Santa Catarina).** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 3; ENCONTRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO PARA OS PAÍSES DO MERCOSUL, 1, 1998, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 1998. (CD-ROM).

Seminário Nacional Plano Diretor 07 a 10 junho/2004 – Curitiba. Experiências e Pactos sobre a Função Social e Gestão Democrática nos Municípios Brasileiros.

Estatuto da Cidade. A Área Urbana Mais Humana – Trabalho do Carlito Merss Deputado Federal PT/SC sobre Lei no 10.257. Publicação: Câmara de Deputados

Entrevistas

Norberto Sganzerla – arquiteto e urbanista, 03/julho/2005

Rui Borba – engenheiro civil, 07/agosto/2005

Vereador do PT Marcos Aurélio – 05/agosto/2005

Talita Fortes, turista de 09 anos, 15/abril/2007

Vânio Lester Kuntze, engenheiro, 08/agosto/2005

Ronaldo Teixeira, empresário – 10/abril/2007

Filipe Alandt, design – 12/abril/2007

Marilda Andrade, garçoneiro, 12/abril/2007

Murilo de Miranda, residente, 08 anos, 15/abril/2007

Afonso Carlos Fraiz, engenheiro Conurb, set/2005

Maria Nazaré Fabel, bibliotecária, 15/abril/2007

Silvio Bertolo de Andrade, motorista de táxi, 16/abril/2007

José Akrouche, ex-empresário, 16/abril/2007

Tiago da Silva Costa, engraxate, 16/abril/2007

Nilton José Padoan, artesão, 16/abril/2007

João de Mello, instrumentista, 10/abril/2007

Juliano Jaboeski e Fabrício Corrêa, skatistas, 12/abril/2007

João Luiz Sdrigotti, vereador PMDB, maio/2007

Conrado Dalagnelo, estudante, 05/agosto/2005

Tânia Eberhard, vereadora, 16/abril/2007

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)